

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais

**“O TRABALHO INFORMAL DOS CAMELÔS NA REGIÃO
CENTRAL DE BELO HORIZONTE E A TRANSFERÊNCIA PARA OS
SHOPPINGS POPULARES”**

Paulina Helena Lima Zambelli

Belo Horizonte

2006

Paulina Helena Lima Zambelli

**“O TRABALHO INFORMAL DOS CAMELÔS NA REGIÃO
CENTRAL DE BELO HORIZONTE E A TRANSFERÊNCIA PARA OS
SHOPPINGS POPULARES”**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Trabalho e Cidade

Orientadora: Profa. Dra. Magda de Almeida Neves

Belo Horizonte

2006

**“O TRABALHO INFORMAL DOS CAMELÔS NA REGIÃO
CENTRAL DE BELO HORIZONTE E A TRANSFERÊNCIA PARA OS
SHOPPINGS POPULARES”**

Paulina Helena Lima Zambelli

Dissertação de Mestrado submetida à banca examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Belo Horizonte, 05 de julho de 2006.

Profa. Dra. Magda de Almeida Neves

Orientadora – PUC Minas

Profa. Dra. Juliana Gonzaga Jayme

PUC Minas

Profa. Dra. Regina Helena Alves da Silva

UFMG

*Dedico este trabalho aos meus pais, a minha irmã Tatá, meu filho Artur pelo amor absoluto,
carinho e apoio sempre constantes.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer minha orientadora Magda de Almeida Neves, pelo apoio, compreensão, atenção e pelos seus ensinamentos.

A professora Juliana Jayme pelas sugestões e críticas no exame de qualificação e pela disponibilidade e acessibilidade.

A professora Léa Souki pela sabedoria, carinho, incentivo, e presença, sempre marcante.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Puc Minas pelo carinho e dedicação aos alunos . Meus agradecimentos se estendem também ao pessoal de apoio, Ângela e Guilherme.

A minha irmã Tatá pelo incentivo e força durante toda a minha trajetória de vida

A minha Tia Ida , meu filho Artur, minha sogra, Zilá(in memorian) e ao meu marido Marlon presentes durante o trabalho. Agradeço a compreensão e o carinho

Aos meus amigos Marisnei, Luciana, Renata, Marquinho, Beatriz, Débora, que tanto me apoiaram.

Aos colegas de mestrado Ana Maria, Luciana, Aurélio, Cláudio pelas reflexões e incentivo.

A bolsista Cibele pelo apoio incondicional e pelo trabalho desenvolvido na pesquisa de campo.Muitíssimo obrigada, pela presença constante, pelas trocas, pelas reflexões, pelas sugestões e pela amizade.

Aos camelôs que participaram das entrevistas, fornecendo informações importantes para a construção do trabalho. Muito obrigada por acreditar no nosso projeto.

E finalmente a Deus, sempre presente na minha vida.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar o trabalho informal desenvolvido pelos camelôs nas ruas de Belo Horizonte e a mudança do hipercentro da cidade para os *shoppings* populares, criados pelo poder público em parceria com a iniciativa privada. A marca da ocupação popular e o desenvolvimento de atividades informais no espaço público da cidade, se fez presente desde o início do século. Com o crescimento da metrópole, ocorreu um processo de deterioração urbana, ocasionada pela diminuição relativa de investimentos públicos na infra-estrutura da região, estagnação no ritmo das edificações, queda do uso habitacional e, ao mesmo tempo, pela intensificação da utilização popular do centro. A área central da cidade tornou-se, ao longo tempo, o espaço de sobrevivência de uma população com baixa qualificação, que atingida pela instabilidade da oferta de empregos, principalmente em períodos de agravamento do desemprego, buscou, no setor informal, uma estratégia de trabalho para a garantia de um rendimento. O poder público por meio de leis e ações buscou, em diversos momentos da história da capital, garantir a organização e o funcionamento do trabalho informal desenvolvido nas ruas centrais da cidade. A ocupação do espaço público, a sujeira dos passeios, a dificuldade de locomoção dos pedestres, a pouca visibilidade das lojas comerciais e o próprio acesso a elas, dentre outros aspectos, foram fatores importantes para a retirada dos camelôs das ruas centrais da cidade e a sua alocação em *shoppings* populares criados pelo poder público municipal em parceria com a iniciativa privada.

Palavras-Chave: camelôs, trabalho informal, espaço público, shoppings populares, centralidade.

ABSTRACT

This work has as objective to present the informal work developed by the peddlers in the streets of Belo Horizonte and the change of hipercentro of the city for shoppings popular, created for the public power in partnership with the private initiative. The mark of the popular occupation and the development of informal activities in the public space of the city, if made gift since the beginning of the century. With the growth of the metropolis, a process of urban deterioration, caused for the relative reduction of public investments in the infrastructure of the region occurred, stagnation in the rhythm of the constructions, fall of habitacional use e, at the same time, for the intensification of the popular use of the center. The central area of the city became, to the long time, the space of survival of a population with low qualification, that reached for the instability of offers of jobs, mainly in periods of aggravation of the unemployment, searched, in the informal sector, a strategy of work for the guarantee of an income. The public power by means of laws and action searched, at diverse moments of the history of the capital, to guarantee the organization and the functioning of the informal work developed in the streets central offices of the city. The occupation of the public space, the dirt of the strolls, the difficulty of locomotion of the pedestrians, to little visibility of the commercial store and the proper access they, amongst other aspects, had been important factors for the withdrawal of the peddlers of the streets central offices of the popular city and its allocation in shoppings created by the municipal public power in partnership with the private initiative.

Word-Key : peddlers, informal work, public space, shoppings popular, centralidade.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01: Entrada do <i>Shopping</i> Oiapoque	100
FIGURA 02: Entrada lateral do <i>Shopping</i> Oiapoque	101
FIGURA 03: Rua Oiapoque onde está localizado os <i>Shoppings</i> Oiapoque e Xavantes	102
FIGURA 04: Pátio II do <i>Shopping</i> Oiapoque.....	103
FIGURA 05: Parte interna do <i>Shopping</i> Oiapoque	104
FIGURA 06: Segundo andar do <i>Shopping</i> Oiapoque.....	104
FIGURA 07: Segundo andar do <i>Shopping</i> Oiapoque.....	105
FIGURA 08: Fachada externa do segundo andar do <i>Shopping</i> Oiapoque	106
FIGURA 09: Fachada externa do segundo andar do <i>Shopping</i> Xavantes	107
FIGURA 10: Entrada do <i>Shopping</i> Xavantes pela Rua Oiapoque	108
FIGURA 11: Entrada do <i>Shopping</i> Xavantes pela Rua Curitiba.....	108
FIGURA 12: Boxes fechados no <i>Shopping</i> Xavantes	109
FIGURA 13: Parte interna do <i>Shopping</i> Xavantes	110
FIGURA 14: Parte interna do <i>Shopping</i> Xavantes	110
FIGURA 15: Entrada do <i>Shopping</i> Tupinambás pela Rua Tupinambás	111
FIGURA 16: Entrada do <i>Shopping</i> Tupinambás pela Rua Rio Grande do Sul.....	112
FIGURA 17: Entrada do <i>Shopping</i> Tupinambás pela Av. do Contorno	112
FIGURA 18: Parte interna no <i>Shopping</i> Tupinambás	114
FIGURA 19: Parte interna no <i>Shopping</i> Tupinambás	114
FIGURA 20: Parte interna no <i>Shopping</i> Tupinambás	115
FIGURA 21: Rua Caetés revitalizada.....	116
FIGURA 22: Rua Caetés onde está localizado o <i>Shopping</i> Oiapoque	116
FIGURA 23: Entrada do <i>Shopping</i> Caetés pela Rua Caetés	117
FIGURA 24: Entrada do <i>Shopping</i> Caetés pela Av. Santos Dumont.....	118
FIGURA 25: Fachada externa do <i>Shopping</i> Caetés pela Av. Santos Dumont.....	118

FIGURA 26: Parte interna do <i>Shopping Caetés</i>	119
FIGURA 27: Parte interna do <i>Shopping Caetés</i>	119
FIGURA 28: Parte interna do <i>Shopping Caetés</i>	120
FIGURA 29: Parte interna do <i>Shopping Caetés</i>	120
QUADRO 01 - Perfil dos Entrevistados nos Shopping Populares	124
QUADRO 02 - Experiência no mercado formal de trabalho.....	127
QUADRO 03 - Comparação dos rendimentos na rua e nos shoppings populares.....	155
MAPA 01 – Hipercentro de Belo Horizonte.....	090

ABREVIATURAS

CDL - Cama de Diretores Lojistas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PBH - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

PREALC - Programa Regional de Emprego para a América Latina

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	013
2 - BELO HORIZONTE: A FORMAÇÃO DA CENTRALIDADE E AS OCUPAÇÕES SOCIAIS DO CENTRO, AO LONGO DAS DÉCADAS DE 20 À 60	026
2.1-A CIDADE, ESPAÇO PÚBLICO, ESPAÇO URBANO : TRANSFORMAÇÕES E FORMAS DE ENFRENTAMENTO	027
2.2. A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO CENTRO DE BELO HORIZONTE: OS ANOS DE 1920	043
2.3-A EXPANSÃO DA CAPITAL	049
2.4- A CIDADE DE BELO HORIZONTE NAS DÉCADAS DE 1950 A 1960	054
3 - O TRABALHO INFORMAL E O CRESCIMENTO DA ATIVIDADE DE CAMELÔS E TOREROS, A PARTIR DA DÉCADA DE 1970 EM BELO HORIZONTE	058
3.1-TRANSFORMAÇÃO NO EMPREGO E O CRESCIMENTO DO TRABALHO INFORMAL	058
3.2-A INFORMALIDADE NA REALIDADE BRASILEIRA	069
3.3- OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA REGIÃO CENTRAL DE BELO HORIZONTE POR CAMELÔS E TOREROS	076
3.4 –A OCUPAÇÃO DESORDENADA DA REGIÃO CENTRAL	081
4 - A CONSTRUÇÃO DOS <i>SHOPPINGS</i> POPULARES E O PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO DA REGIÃO CENTRAL DE BELO HORIZONTE: IMPACTOS DAS MUDANÇAS	088
4.1-O HIPERCENTRO DE BELO HORIZONTE	089
4.2-O PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DA REGIÃO CENTRAL	093
4.3- A CRIAÇÃO DOS <i>SHOPPINGS</i> POPULARES: ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA	099
4.4 -PERFIL DOS ENTREVISTADOS	123
4.5-O TRABALHO DOS CAMELÔS NAS RUAS DA REGIÃO CENTRAL DE BELO HORIZONTE	128

4.6-A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO DA RUA.....	137
4.7-SOCIABILIDADE DESENVOLVIDA NAS RUAS	140
4.8 - A MUDANÇA PARA OS SHOPPINGS POPULARES	148
4.9- SOCIABILIDADE ESTABELECIDADA NOS <i>SHOPPINGS</i> POPULARES.....	160
4.10-AVALIAÇÃO DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS PELA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE	162
4.11-OS INTERESSES COLETIVOS	168
4.12-RELAÇÃO COM OS ADMINISTRADORES DOS <i>SHOPPINGS</i> POPULARES	171
4.13-PERSPECTIVA PARA O FUTURO	174
5-CONCLUSÃO	177
REFERÊNCIAS	184
APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA	189
ANEXO B: DECRETO 14424 DE 22 DE AGOSTO DE 2003; LEI 8728 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003; DECRETO NO. 12025 DE 19 DE ABRIL DE 2005; REGULAMENTO DE CENTRO DE COMÉRCIO POPULAR SHOPPING POPULAR TUPINAMBÁS; DIÁRIOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO (NOTIFICAÇÕES); CONTRATO DE COMPRA E VENDA	190

1 – INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo analisar o trabalho dos camelôs nas ruas de Belo Horizonte e a sua mudança do hipercentro da cidade para os *shoppings* populares, criados pelo poder público em parceria com a iniciativa privada. Tendo-se como foco os camelôs, pretende-se levantar os diversos aspectos dessa mudança, inclusive os ganhos e perdas proporcionados com a transferência desses trabalhadores e a sociabilidade estabelecida nesse espaço. Ainda será verificado o que representou, para essa categoria de trabalhadores, a saída das ruas (local de trocas, vivências diversas e múltiplas), e se a troca determinou melhoria das condições de trabalho, da qualidade de vida e da renda.

Pretendemos estudar as relações de trabalho desenvolvidas por esses sujeitos tanto nas ruas quanto nos *shoppings* populares, levantando as principais modificações ocorridas com a transferência para um espaço fechado, estruturado e organizado. Assim, serão analisadas a forma como ocuparam o espaço público e as redes de relações estabelecidas com outros indivíduos, grupos e com o poder público; além de verificar como esse processo foi construído nos *shoppings* populares.

A figura do camelô e do trabalho informal é um fenômeno global, visto que está presente nos cenários urbanos contemporâneos de várias metrópoles do mundo. Entretanto, é também um produto de relações e processos locais, e sua dinâmica de funcionamento se desenvolve de acordo com a própria lógica do sistema formal.

Em Belo Horizonte, existem registros da presença do trabalho informal realizado por vendedores ambulantes ou mascates desde o início da fundação da capital mineira com o arraial ‘Curral Del Rey’. Tais vendedores exerciam um papel importante, pois vendiam produtos manufaturados e alimentícios nos domicílios e aceitavam o pagamento das compras em prestação.

No final da década de 1960, a figura do camelô tornou-se presença constante na região central da cidade, invadindo ruas e calçadas, vivenciando conflitos com o poder público e o comércio oficializado.

Em Belo Horizonte, a partir da década de 1970, uma nova centralidade foi formada na região da Savassi para fins comerciais. Essa região também se transformou no pólo de concentração das atividades terciárias, passando a ser mais freqüentada pela elite da cidade, que abandona as áreas centrais. Desta maneira, cresceu a presença dos camelôs nas ruas, ocupando, assim, os espaços públicos e contribuindo para a deterioração urbana do centro da cidade. Essa situação tornou-se mais complicada em função da diminuição relativa dos investimentos públicos em infra-estrutura da região, além da estagnação do ritmo de novas edificações e queda da utilização do espaço central para fins habitacionais.

De acordo com dados históricos, o poder público tentou controlar o trânsito comercial dos camelôs, desde o início da construção da cidade. Porém, somente na década de 1990, é que esses trabalhadores conseguiram seu credenciamento junto aos órgãos públicos e um ponto fixo para trabalharem. Além disso, também conseguiram um alvará, conferindo-lhes direitos e deveres no exercício da profissão (lei nº 3.841). De trabalhadores avulsos sem garantias legais, considerados “infratores” para muitos, passaram assim, a ter o estatuto de cidadãos.

Porém é também na década de 90 que as ruas, logradouros e praças da região central de Belo Horizonte são invadidos de forma desordenada por um grande número de pessoas conhecidas como *toreros*. Eles montavam suas bancas e passavam a comercializar produtos que, em sua maioria, eram importados ou contrabandeados, juntando-se aos camelôs já existentes no local. Isso criou uma situação de difícil controle por parte do poder público.

Os trabalhadores do setor informal na capital mineira são classificados em quatro categorias de acordo com Lemos (2003): camelôs, toureiros, ambulantes e guerreiros. Os camelôs são caracterizados como comerciantes informais com garantias legais para o

exercício de suas atividades, oficializados pelo Departamento de Controle Urbano, através de processos de licitação. Os toureiros eram os trabalhadores que atuavam nas ruas com uma licença provisória, em áreas alternativas, chamadas de minifeiras, criadas pela PBH, com intuito de retirá-los da chamada “área zero” e da Avenida Paraná. Os ambulantes e guerreiros eram caracterizados como uma subcategoria devido a suas efemeridades e alta rotatividade. Os ambulantes trabalhavam em bancas improvisadas e comercializavam geralmente um ou dois produtos em pequena quantidade. Já os guerreiros eram aqueles que não possuíam bancas, mas ocupavam ruas de maior movimentação e comercializavam produtos sazonais pautados na mídia.

Ainda no trato da classificação dos trabalhadores informais, é importante ressaltar que os toreros/toureiros são apresentados de forma diferenciada pelos analistas. No caso de Lemos, a categoria é chamada de toureiro e possui licença provisória. Já no estudo de Figueredo e Moraes (2005), esses trabalhadores são considerados sem licenciamento e ainda comercializam seus produtos na “tora”, um tabuleiro de madeira. Neste estudo, será utilizado o termo “torero”, de acordo com a caracterização de Figueredo e Moraes, por considerá-lo mais adequado à descrição feita pelos entrevistados, durante a realização da pesquisa de campo.

A apropriação privada dos espaços das ruas centrais de Belo Horizonte foi se tornando um processo amplo, complexo e com manifestações bastante variadas, além de comum em função da necessidade de sobrevivência da classe trabalhadora. Esta ocupação ocorreu de forma desordenada, invadindo praças, ruas e demais logradouros públicos, e até mesmo potencializando conflitos com outros segmentos da sociedade estabelecidos nesses lugares, dentre eles, residentes, comerciantes, ou ainda os usuários das calçadas e praças das cidades.

Assim, a partir de 2000, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, iniciou um programa de requalificação da região central da capital, buscando a reapropriação do espaço público ocupado pelo trabalho informal. Os trabalhadores informais foram retirados das ruas da área

central da metrópole, e transferidos para *shoppings* populares, que foram construídos para receber essa categoria.

Os passeios de várias ruas foram reformados e alargados, os prédios históricos tiveram suas fachadas pintadas e houve um grande esforço para controlar a poluição visual do espaço. Dessa forma, as ruas tornaram-se mais amplas, facilitando a movimentação e circulação dos pedestres e, além disso, o comércio e imóveis localizados na área tornaram-se mais valorizados e atraentes.

Diante desse novo cenário, surgiu nosso interesse em estudar o tema, por considerá-lo um assunto atual, com pouca pesquisa realizada até o momento e de grande importância dentro do espaço urbano da cidade de Belo Horizonte. Ainda entendemos que o estudo é relevante socialmente, por fazer parte das mudanças presentes no contexto das cidades, como também pelo envolvimento de diversos atores sociais no processo, incluindo o poder público.

Assim, algumas perguntas e ao mesmo tempo curiosidades fizeram parte do estudo, dentre elas destacamos: havia satisfação em trabalhar nas ruas? O que significava ocupar ou mesmo apropriar-se de um espaço que é público? Quais os principais ganhos e/ou perdas com a mudança para os *shoppings* populares? Qual a avaliação dos empreendedores com relação à política urbana implementada pelo poder municipal, que determinou a desocupação das ruas? O que significou, para o poder público, a apropriação do espaço público das ruas?

As principais hipóteses do trabalho são: 1ª - o crescimento do desemprego e o conseqüente aumento do trabalho informal foram determinantes para as mudanças atuais no cenário das regiões centrais das metrópoles brasileiras, que se tornaram deterioradas e apropriadas por grupos de trabalhadores. Isso determinou a intervenção do poder público para garantir a organização e recuperação do espaço urbano; e 2ª - a criação dos *shoppings* populares aparece como solução alternativa para o trabalho dos camelôs e define uma reorganização e requalificação do espaço público da região central de Belo Horizonte.

A pesquisa teve como métodos de trabalho:

- 1º- Pesquisa Documental: levantamento de dados na Regional Centro Sul sobre os camelôs e os *shoppings* populares; seleção de matérias de jornais locais sobre o assunto; estudos relacionados à história de Belo Horizonte, à formação e às principais mudanças ocorridas na região central nas últimas décadas; coleta de material sobre o Programa Centro Vivo e mapas da região central junto à Secretaria Municipal de Políticas Urbanas;
- 2º- Visita aos *shoppings* populares: conhecimento do espaço, localização, estrutura física, organização interna, administração e realização do pré-teste;
- 3º- Entrevistas: as entrevistas foram realizadas com os camelôs que foram transferidos da rua para os *shoppings* populares; com o Gerente dos Centros de Comércio Popular - representante da Prefeitura de Belo Horizonte-; com um ex-representante da associação dos toreros e com dois gestores dos *shoppings* populares, representantes dos empreendedores.

Na primeira parte do trabalho de campo, visitamos todos os *shoppings* populares inaugurados na região central da capital, andamos pelas ruas do centro e buscamos observar as mudanças ocorridas após a implementação de algumas ações do Programa de Requalificação da área central, denominado de “Centro Vivo”. Verificamos alterações significativas na paisagem das ruas centrais da cidade, que se tornaram livres para a circulação de pedestres, facilitando o tráfego e a movimentação de pessoas na região. Também percebemos que os prédios tombados pelo patrimônio histórico dentro do novo cenário da região, tornaram-se mais valorizados, pois suas fachadas passaram a ser visualizadas, resgatando, assim, a memória da cidade e, ao mesmo tempo, embelezaram o espaço.

Na segunda parte do trabalho, foi realizado um levantamento de dados junto à Regional Centro Sul a fim de se conhecerem a estruturação dos *shoppings* populares, o

número de boxes organizados em cada um, o número de camelôs transferidos para os *shoppings* e a localização desses novos espaços dentro do hipercentro. Ainda buscamos conhecer a história da fundação da capital e a história do centro tradicional. Estudamos os elementos mais significativos que fizeram parte da construção da região central e ainda as mudanças desencadeadas no espaço contemporâneo. Os dados coletados estão voltados para a história, cultura, planejamento urbano e arquitetura da capital; além disso também demonstram as experiências sociais, as práticas de consumo e as ações promovidas pelo poder público no trato da organização da região central. É importante salientar que, para desenvolver essa parte do trabalho, foram utilizadas várias bibliografias, porém, o trabalho teórico desenvolvido por Celina Borges Lemos, sobre as “Antigas e Novas Centralidades: A Experiência da Cultura do Consumo no Centro Tradicional de Belo Horizonte” contribuiu de maneira significativa para o aprofundamento do estudo.

A terceira parte da pesquisa subdividiu-se em três modalidades principais de trabalho de campo: as entrevistas com indivíduos que trabalharam nas ruas do hipercentro, como camelôs ou toreros, selecionados aleatoriamente de acordo com a sua localização nos *shoppings* populares, de forma que se atingisse toda a área dos *shoppings*; a segunda modalidade tratou das entrevistas com os gestores dos *shoppings* populares, representantes dos empreendedores a fim de se conhecerem seu papel na administração interna do empreendimento e quais suas principais dificuldades no desenvolvimento do trabalho; a terceira modalidade se referiu à entrevista realizada com o poder público.

O trabalho de campo teve início em abril de 2005 com as visitas informais em todos os *shoppings* populares. Nesses locais foram realizados os primeiros contatos com os camelôs e levantadas as primeiras apreensões sobre a dinâmica do trabalho desenvolvido nesses espaços e coletados alguns dados sobre a mudança para os *shoppings* populares.

Diante do estudo e observações realizadas foi desenvolvido um roteiro de entrevista e aplicado um pré-teste tanto junto aos camelôs que ainda estavam trabalhando nas ruas; quanto junto àqueles que já estavam instalados nos shoppings populares. Foram realizadas cinco entrevistas assim distribuídas: duas nos *shoppings* populares e três na rua.

A formulação final do roteiro de entrevistas utilizado na pesquisa de campo foi efetuada com base em informações qualitativas das entrevistas feitas com os cinco camelôs entrevistados. Essa formulação também fundamentou-se nas observações e estudos levantados durante o período.

A pesquisa de campo foi realizada no período de 1º a 30 de agosto de 2005, quando foram entrevistados 43 camelôs dos quatro shoppings populares de Belo Horizonte. Em cada *shopping*, foram entrevistados em média 10 camelôs ou “empreendedores”, entretanto o gravador foi utilizado somente em poucas entrevistas, devido à resistência dos entrevistados e às próprias particularidades do local. Cabe salientar que as entrevistas foram realizadas, em sua maioria, nos corredores dos *shoppings* e esse local não ofereceu condições adequadas de desenvolver o trabalho com o gravador, em função do intenso barulho e de interrupções freqüentes dos clientes e outros empreendedores. Dessa forma, os dados apresentados nesse trabalho baseiam-se em anotações realizadas pelas pesquisadoras e em algumas gravações. Este trabalho de dissertação insere-se em um estudo que está sendo realizado pelas professoras Magda de Almeida Neves e Juliana Gonzaga Jayme, ambas professoras do Mestrado em Ciências Sociais da PUC Minas, sobre os *shoppings* populares de Belo Horizonte, com financiamento da Fapemig . A pesquisa de campo foi realizada pela autora, juntamente com bolsista da Fapemig, Cibele Feital, aluna do curso de Serviço Social da Puc Minas .

Uma das grandes preocupações no desenvolvimento do trabalho foi entrevistar pessoas instaladas nos diversos pontos dos *shoppings*, considerando que a localização, de

acordo com nossas observações, tem uma interferência direta no sucesso do negócio, ou seja, os corredores mais centrais e o 1º piso, geralmente apresentam um fluxo maior de pessoas, a movimentação é mais constante, o que facilita as vendas; as laterais e os pisos superiores circulam um número bem menor de pessoas.

Os problemas enfrentados na realização da pesquisa de campo foram muitos e de natureza diversa. Além dos já especificados anteriormente, os administradores de um dos *shoppings* ficaram receosos com o desenvolvimento do trabalho e colocaram pessoas da administração observando o tempo gasto nas entrevistas e quem estava sendo entrevistado. Em outro *shopping*, considerado o de maior sucesso, um grande número de “empreendedores” se negou a participar da entrevista, alegando perda de vendas ou mesmo indisposição para dar depoimentos. As maiores resistências com relação à participação no trabalho centraram-se nos pontos de maior movimentação de clientes, mas as pessoas entrevistadas desse *shopping* apresentaram vendas baixas e, durante a entrevista, o boxe teve uma pequena movimentação de clientes. Assim, nesse mesmo *shopping* as pesquisadoras tiveram uma boa aceitação e receptividade nos locais com menor movimentação de clientes, e os entrevistados sentiram-se à vontade e forneceram informações e dados importantes.

Um outro dificultador foi a resistência por parte de alguns entrevistados em responder algumas perguntas, principalmente aquelas relacionadas ao rendimento obtido nas ruas. De uma maneira geral, a grande maioria apresentou um valor que, pelas observações das pesquisadoras, não era o real. No trato dessa questão, ainda foram observadas, em algumas entrevistas, respostas curtas e extremamente objetivas, por meio das quais os entrevistados procuraram não aprofundar no assunto explorado, demonstrando um grande desinteresse pelo trabalho.

Também tivemos sérias dificuldades em fotografar os *shoppings* populares. Com exceção do *shopping* Caetés, em todos os outros a preocupação foi enorme com relação ao

registro fotográfico. Em um deles um empreendedor se manifestou de maneira bastante agressiva, ameaçando destruir o equipamento fotográfico utilizado.

A identificação das lideranças existentes dentro dos *shoppings*, consideradas representantes dos camelôs junto ao Conselho Gestor criado pela PBH para a administração dos *shoppings*, foi uma das preocupações da pesquisa. Em um dos *shoppings* não foi realizada a entrevista com o gestor, em função da falta de disponibilidade de tempo por parte do entrevistado, e em outro foi entrevistado um representante do sindicato, que esclareceu a vigência da entidade até 2008. Nos demais, *shoppings* as entrevistas foram realizadas com as lideranças que se apresentaram disponíveis e interessadas pelo trabalho, fornecendo não só dados, como também recortes de jornais e xerox de documentos sobre a temática.

Os *shoppings* que foram pesquisados neste trabalho se referem àqueles inaugurados até a data do início do trabalho. Assim foram pesquisados: *shopping* Oiapoque – primeiro *shopping* popular de Belo Horizonte considerado o de maior sucesso e inaugurado em agosto de 2003, localizado na Avenida Oiapoque, 176, Centro; *shopping* Tupinambás inaugurado em 09 de agosto de 2004, localizado na Rua Rio Grande do Sul nº 54; o “Xavantes Pop *Shopping*,” localizado na Rua Curitiba, 149, inaugurado em 9 de agosto de 2004; o *shopping* Caetés, localizado na Rua dos Caetés 466 e inaugurado em 05 de dezembro 2004.

Nesse contexto, o estudo foi organizado em três partes, além desta introdução, das considerações finais e das referências bibliográficas.

No primeiro capítulo do trabalho, buscamos conhecer o processo histórico de formação da região central de Belo Horizonte, as mudanças ocorridas na centralidade da metrópole, assim como os determinantes da ocupação do espaço público, no caso específico, dos camelôs. Na análise, enfocamos a questão da centralidade, as transformações ocorridas em virtude da expansão e crescimento das cidades, bem como os processos de requalificação

das áreas centrais implementados por meio da articulação de grupos interessados e o poder público.

No desenvolvimento da análise desse capítulo, foram utilizados alguns conceitos desenvolvidos por autores contemporâneos, considerados importantes para fundamentação do estudo, sendo os principais: cidade, espaço público, espaço urbano e centralidade e, ainda, as recentes transformações dos espaços centrais das metrópoles brasileiras. Assim, as concepções utilizadas nesse capítulo basearam-se nos seguintes autores: Fanny (2004), Leite (2001/2002), Gomes (2002), Lefebvre (1999), Zukin (2000), Frúgoli (1995/1999/2000).

O conceito de rua, (CARLOS, 2004) como um elemento de grande importância dentro da cidade, será analisado como o lugar da experiência, da rotina, dos conflitos, das dissonâncias e ainda o espaço da elucidação da dimensão do urbano com seus ritmos, suas contradições, suas construções, seus sentimentos de estranhamento e onde a arte da sobrevivência ganha forma.

A noção de cidade que norteará este estudo remete-se a uma concepção que a compreende como o lugar da diversidade, onde são produzidos modos e estilos de vida distintos e singulares. Assim, pela sua diversidade e diferenças, há sempre tensão com possibilidades de manifestação de conflitos, como também de mediações, tolerância à diversidade sociocultural e expressões políticas, etc.

Para Leite (2002), o espaço urbano tem uma dimensão maior que ultrapassa a rua, que é a dimensão sócio-espacial da vida urbana. O autor considera que a reativação pura e simples de um determinado espaço urbano não confere a ele a característica de espaço público, sendo fundamental saber a que tipo de uso público se destina. Esse espaço, então, se define fundamentalmente pelas ações que atribuem sentidos a certos espaços da cidade e são por eles influenciados. Assim, quando as ações atribuem sentidos de lugar e pertencimento a certos espaços urbanos, e, de outro modo, essas espacialidades incidem igualmente na construção de

sentidos para as ações, esses espaços podem constituir-se como públicos: locais onde as diferenças se publicizam e se confrontam politicamente.

O conceito de centralidade utilizado no trabalho baseou-se no estudo realizado por Frúgoli (2000) sobre a cidade de São Paulo, que caracteriza as áreas centrais da metrópole como regiões onde se concentram empresas, principalmente do setor terciário, oferecendo um número considerável de empregos. Ainda segundo o autor, essas regiões são espaços que reúnem uma variedade de serviços, atividades comerciais, instituições político-administrativas e religiosas, além do patrimônio representado pelo conjunto de edificações, e em alguns casos constituem, também, áreas de moradia para as classes médias e populares.

No segundo capítulo do trabalho, buscamos compreender o significado da informalidade que, apesar de fazer parte da nossa história desde o início do século e da própria história da capital, por meio das figuras dos mascates e ambulantes, teve seu crescimento de maneira vertiginosa, a partir da década de 1990, tornando-se uma forma de sobrevivência de quase 46% da população ativa do Brasil. O trabalho informal vem definir um quadro de acentuada precarização do mercado de trabalho, sendo marcante o seu aumento em detrimento de segmentos estruturados e formais.

Assim, buscar-se-á num primeiro momento, fazer uma reflexão sobre o conceito de mercado de trabalho e informalidade, a fim de se conhecer como as relações informais de trabalho, dentro do sistema capitalista, são estabelecidas, dando-se ênfase à conjuntura atual da economia. Para esse estudo será utilizada a análise de alguns autores, dentre eles: Pochman (2000), Cacciamali (2000/1992), Filgueiras; Druck; Amaral (2004); Hugon (1997); Lima (2004).

Para efeito desta dissertação, o trabalho informal será definido como aquele formado pelos trabalhadores das atividades formais ou legais que foram transferidos para as atividades informais ou ilegais/não capitalistas. Essa nova informalidade, como passou a ser conhecida,

se caracteriza pela presença de novos trabalhadores informais em velhas e novas atividades, articuladas ou não, com os processos produtivos formais; ou pela presença desses trabalhadores em atividades tradicionais da velha informalidade que são por eles redefinidas. Essa nova definição de informalidade, segundo Lima (2002), é constituída a partir da junção de dois critérios: ilegalidade e/ou atividades e formas de produção não tipicamente capitalistas. Assim, a informalidade abrange tanto as atividades e formas de produção não tipicamente capitalistas (legais ou ilegais) quanto às relações de trabalho não registradas, mesmo que tipicamente capitalistas (assalariados, sem carteira assinada). Nessa definição, a informalidade se identifica com todas as formas e relações de trabalho não fordistas, também identificadas como precárias devido à falta de proteção das leis sociais e trabalhistas reguladas pelo Estado.

Ainda no segundo capítulo, será desenvolvida uma última discussão sobre o crescimento desse tipo de atividade na região central da cidade de Belo Horizonte, que se tornou uma estratégia de sobrevivência diante do desemprego e da precariedade do trabalho. Serão analisados os problemas decorrentes desse crescimento, dentre eles, a deterioração e ocupação dos espaços públicos da metrópole.

O terceiro capítulo tem como objetivo apresentar as ações implementadas pelo poder público em parceria com a iniciativa privada, buscando a recuperação da região central da cidade e a apropriação do espaço público pelo poder municipal. Dentre as ações implementadas pelo poder municipal, será focada a retirada dos camelôs das ruas centrais da cidade de Belo Horizonte e sua transferência para os shoppings populares. Assim, nesse capítulo mostraremos de forma concisa e geral elementos existentes na dinâmica de funcionamento do mercado informal nas ruas, a ocupação do espaço público como atividade privada, a sociabilidade desenvolvida nas ruas, os conflitos e como se estabeleceu essa dinâmica dentro dos *shoppings*.

Também faz parte desse capítulo a apresentação dos resultados da pesquisa de campo - de caráter qualitativo - feita entre os 43 camelôs, escolhidos aleatoriamente, que trabalharam nas ruas e foram transferidos para os shoppings populares, procurando identificar algumas características dos trabalhadores ocupados nas atividades informais, as redes de relações estabelecidas nos shoppings populares, as condições de trabalho, renda e as vantagens e perdas proporcionadas com a mudança. Pretende-se, também, analisar as conseqüências das ações de requalificação da região central da cidade desencadeadas pela Prefeitura de Belo Horizonte e seus principais impactos.

2 - BELO HORIZONTE: A FORMAÇÃO DA CENTRALIDADE E AS OCUPAÇÕES SOCIAIS DO CENTRO, AO LONGO DAS DÉCADAS DE 20 À 60

Neste capítulo, pretende-se analisar os conceitos de cidade, espaço público e espaço urbano e ainda o uso e ocupação desses espaços por alguns segmentos sociais. A análise terá como enfoque a questão da centralidade, as transformações ocorridas em virtude da expansão e crescimento das cidades, bem como os processos de requalificação das áreas centrais desencadeados a partir dos anos de 1990, por meio da articulação de grupos interessados e do poder público .

Além disso, buscar-se-á traçar, esquematicamente, a história de Belo Horizonte, focalizando a formação do centro da metrópole, as principais mudanças ocorridas no seu processo de crescimento e desenvolvimento, assim como as ocupações dos espaços da cidade e as ações implementadas pelo poder público direcionadas à organização da área central.

A Belo Horizonte do final do século XX e início do XXI pode ser definida como o resultado do seu processo de crescimento e expansão. A organização do seu espaço reflete sua história, as idéias que por aqui passaram e aqui buscaram se expressar: a construção da capital da era republicana, a cidade moderna, planejada; as relações de poder que aqui se estabeleceram: a oligarquia agrária, a elite industrial emergente, os movimentos sociais reivindicatórios, enfim as lutas que nele se travaram. (ARROYO, 2004, p. 26).

Assim, buscar-se-á neste capítulo, pontuar alguns fatos e marcas da história de Belo Horizonte inscritos em seu formato inicial, à época de sua construção, e as transformações mais importantes ocorridas em decorrência de seu crescimento e desenvolvimento. A tentativa aqui é levantar alguns fragmentos dessa trajetória histórica para a melhor compreensão da ocupação dos espaços públicos da região central e como foram sendo construídos e ampliados.

2.1-A CIDADE, ESPAÇO PÚBLICO, ESPAÇO URBANO : TRANSFORMAÇÕES E FORMAS DE ENFRENTAMENTO

A cidade pode ser entendida como o *locus* que possibilita o encontro de pessoas oriundas das mais diversas culturas, que produzem modos e estilos de vida distintos e singulares. Ela expressa uma realidade complexa e heterogênea tanto social quanto culturalmente. Em virtude dessa diversidade, há sempre a tensão e a possibilidade de emergirem conflitos e, muitas vezes, esses ocorrem de fato.

A rua, elemento fundamental dentro da cidade, teria um papel revelador nesse contexto a partir do qual se pode pensar o lugar da experiência, da rotina, dos conflitos, das dissonâncias e desvelar a dimensão do urbano – seu ritmo, suas contradições, assim como os sentimentos de estranhamento, a arte da sobrevivência, o contraste das construções, de suas formas, usos e cores.

As ruas e calçadas, principais locais públicos de uma cidade, são seus órgãos mais vitais. Ao pensar numa cidade, o que lhe vem a cabeça? Suas ruas. Se as ruas de uma cidade parecerem interessantes, a cidade parecerá interessante; se elas parecerem monótonas, a cidade parecerá monótona (JACOBS, 2003, p. 29).

Segundo Lefebvre (1999), a cidade constitui a “ordem próxima” e o urbano se refere a uma “ordem distante”; enquanto este se estabelece no processo de formação de uma sociedade voltada para a possibilidade, aquela se revela como o lugar do vivido, do manifesto. O urbano engloba e transcende a cidade e o lugar, na medida em que tudo está em contato com o mundo todo, ligando pontos isolados e distantes. Porém, a ordem distante se estabelece e se consolida no plano do vivido, do lugar, do cotidiano. O espaço urbano se torna a condição, o meio e o produto da ação humana. Pelo seu uso, ao longo do tempo, vai se definindo como o lugar da construção, da possibilidade, do movimento e da dinâmica da vida. A cidade deixa de ser

considerada como simples localização de fatos e fenômenos e passa a ser analisada num contexto mais amplo, em que as realizações humanas podem ser concretizadas.

Para Carlos (2004), o cidadão habita os lugares das cidades articulados por seus trajetos, com os quais vai estabelecendo relações de troca, construindo sua identidade e sua memória, e dando sentido à sua vida. Portanto, o plano do lugar torna-se a base da reprodução da vida e o espaço da constituição da identidade, que é criada na relação entre os usos. É a partir do uso, que o cidadão se relaciona com o lugar e encontra o sentido da vida, e é nas relações dos indivíduos com os lugares da vida, na sua apropriação, que os lugares vão ganhando sentido e significados.

Segundo Leite (2002), embora o espaço público se constitua, na maioria das vezes, no espaço urbano, o mesmo deve ser visto como algo que ultrapassa a rua. Ele deve ser analisado como uma dimensão socioespacial da vida urbana, caracterizada fundamentalmente pelas ações que atribuem sentidos a certos espaços da cidade e são por eles influenciados. Como espaço social, um espaço público não existe a priori apenas como rua (que ao contrário, é sempre uma rua, vazia ou não), mas se estrutura por meio das ações que lhe atribuem sentidos. No entanto, nem todo espaço urbano é, necessariamente, um espaço público. Por exemplo, a reativação pura e simples dos usos cotidianos de um determinado espaço urbano não lhe garante a característica de espaço público. A questão fundamental é verificar que tipo de uso público ocorre nesse espaço e qual o papel desempenhado pela construção dos lugares nesse processo. Para que o espaço se defina como público, deve-se, acima de tudo, ser criada uma interação entre os diversos grupos sociais, permitindo a exteriorização dos conflitos e das discordâncias. O espaço público nem sempre se ergue na harmonia das falas, mas na comunicabilidade política do desentendimento, da qual surgem diferentes inteligibilidades sobre fatos iguais e torna possível o exercício da democracia e um pacto de justiça e equidade.

Ainda para Leite (2002), todo espaço urbano é antes uma *public property*, e nele podem ser instituídas, ou não, práticas sociais que venham caracterizar a dimensão propriamente política dos espaços públicos. Partindo de Arendt e Habermas, o autor sugere que um espaço urbano somente se constitui em um espaço público, quando nele se conjugam certas configurações espaciais e um conjunto de ações. O espaço público seria uma categoria construída a partir das interfaces entre os conceitos de esfera pública (da qual retira a categoria ação) e de espaço urbano (do qual retém a sua referência espacial).

Quando as ações atribuem sentidos de lugar e pertencimento a certos espaços urbanos, e, de outro modo, essas espacialidades incidem igualmente na construção de sentidos para as ações, os espaços urbanos podem constituir como espaços públicos: locais onde as diferenças se publicizam e se confrontam politicamente. (LEITE, 2002, p. 116).

De acordo com Gomes (2002), a cidade deveria ser o lugar da possibilidade, do encontro, onde se processa a mistura social e onde os diversos segmentos com diferentes expectativas e interesses nutrem-se da co-presença, deixando de lado suas diversidades concretas, transcendendo o particularismo. Além disso, a cidade é, ainda, o lugar em que as práticas da civilidade e do diálogo são lembradas como elementos fundamentais desse processo. Possivelmente, a partir desse tipo de comportamento, a sociabilidade se transformaria em civilidade, ganhando uma nova dimensão no espaço público, que passaria a ser um espaço de trocas e de encontros, reafirmando o estatuto da sociedade civil fundada em relações do tipo contratual. É por meio da civilidade, seu emprego e uso que surge a possibilidade de diálogo e que se opera a transformação desse lugar de contato e de mistura em espaço público, terreno fundamental da vida social democrática. (GOMES, 2002, p. 64).

De acordo com o mesmo autor, o que constrói o espaço público é a obediência à lei e aos seus limites. Seria simbolicamente o espaço composto pelo espetáculo da tensão

entre a diferença e a possibilidade de coabitação e, ainda, a condição fundamental de expressão da individualidade dentro de um universo forçosamente plural. O espaço público tem uma dependência direta com a afirmação do contrato social que o funda.

Esse espaço é, também, o lugar dos conflitos, da problematização da vida social, e, sobretudo, é o terreno onde esses problemas são assinalados e significados. Geralmente, todas as cidades dispõem de lugares públicos que correspondem a sua imagem e de sua sociabilidade, proporcionando, através desses lugares de encontro e comunicação, uma espécie de resumo físico da diversidade socioespacial daquela população. É nesse espaço que se desenrola a cena pública, composta de uma diversidade e multiplicidade de manifestações que são bastante variadas e que dependem da localização espacial e do período de tempo em que ocorrem. Esta cena é caracterizada por certos gestos, pela maneira de as pessoas se apresentarem em grupo, sozinhas, com a família, pelas atividades desenvolvidas, pelas roupas, pelos acessórios, pela maneira de falar, pelos comportamentos e pelos itinerários e percursos em que são particularizados e valorizados determinados espaços. Essas manifestações caracterizam e definem as formas de ser do indivíduo nesse espaço. Assim, as formas de sociabilidade e de apropriação dos espaços públicos estão em constante transformação, determinadas principalmente por um tempo e um lugar específico. (GOMES, 2002).

Fisicamente, o espaço público é caracterizado como o lugar, a praça, a rua, o *shopping*, a praia, ou qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa. Essa condição deveria ser uma norma respeitada a despeito de todas as diferenças e discórdias entre os inúmeros segmentos sociais que circulam e convivem nesses espaços, ou seja, as regras do convívio e do debate teriam que ser respeitadas. Essa liberdade no acesso ao espaço deveria estar condicionada somente aos critérios impostos pela lei que regula os comportamentos em áreas comuns, não sendo

permitido nenhum outro tipo de regulação. Por isso, esse espaço seria considerado o *locus* da lei. Também se pode dizer que o espaço público seria, ainda, o lugar onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças, quaisquer que sejam elas, teriam que se submeter às regras da civilidade e do respeito.

No entanto, as mudanças que vêm ocorrendo no mundo contemporâneo, como um todo, tem alterado essa condição e há um processo em curso de redefinição nos quadros da vida social coletiva. Esta, por sua vez, vem gradativamente, modificando o estatuto das práticas sociais e espaciais.

A procura incessante do novo, do diferente, como imagem do progresso, do desenvolvimento, do moderno transformou a cidade numa paisagem dinâmica e em constantes mudanças. Novas formas urbanas foram construídas determinando profundas transformações no modo de vida da sociedade. As práticas urbanas se tornaram conflituosas e passaram a ser definidas pelo estranhamento e pela destruição dos referenciais individuais e coletivos.

O processo de transformação que ocorreu no mundo moderno, nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, provocou nas cidades alterações importantes que se revelaram na morfologia e na vida cotidiana dos indivíduos. Em decorrência dessas mudanças rápidas, novos padrões e formas de adaptação foram desenvolvidos pelos sujeitos na busca da apropriação do espaço da cidade.

Essas mudanças têm sido alvo de diversas análises e interpretações. Uma delas, Gomes, 2002, caracteriza esse momento como um recuo da cidadania e identifica quatro principais processos em que ocorre esse recuo: apropriação privada crescente dos espaços comuns; a progressão das identidades territoriais; emuralhamento da vida social e o crescimento das ilhas utópicas.

O autor apresenta a apropriação privada dos espaços comuns como um processo muito amplo, complexo e com manifestações e aspectos bem variados. Considera que o elemento fundamental nessa dinâmica está no crescimento de forma acelerada do setor informal, que se desenvolve quase sempre em locais públicos de maior circulação de pessoas ou de grande valor comercial. Dessa forma, camelôs, ambulantes, vendedores, engraxates, guardadores de carros apropriam-se de uma área que, em princípio, deveria ser de livre acesso a todos. O espaço público se transforma em um espaço controlado por pessoas ou grupos que, após um determinado período de tempo, tornam-se legítimos proprietários.

Praças transformam-se assim em grandes mercados, e as principais ruas da cidade tornam-se estritas, pois restam apenas pequenas passagens para transeuntes. Os lugares da vida pública, de deambulação, do passeio, do espetáculo da coabitação, da idéia de vida urbana, que construíram os grandes projetos urbanísticos do final do século XIX e começo do século XX, desaparecem, dando lugar a um emaranhado de balcões de mercadorias. A dimensão do homem público se estreita, restringindo-se à de um mero passante ou no máximo se limitando à de um eventual consumidor (GOMES, 2002, p. 177).

O segundo processo apresentado pelo autor refere-se à afirmação de identidades sociais na cidade, fenômeno também conhecido como tribalização, através do qual, grupos estabelecem territórios de domínio e, nesses espaços, não é permitida a inclusão de diferentes. E o terceiro processo trata-se do emuralhamento da vida social, no qual o homem torna-se inacessível para o contato social, pois o mundo chega em sua casa sem que precise sair dela: o lazer, as necessidades de abastecimento e a comunicação social são intermediados por máquinas que permitem uma vida solitária e individual, por meio das quais o contato entre os sujeitos se torna limitado ou quase nulo. O último processo apresentado pelo autor trata-se do crescimento das ilhas utópicas. Esta seria uma tendência de alguns segmentos das classes médias metropolitanas brasileiras para morarem em ambientes cada vez mais homogêneos e isolados, tais como os condomínios fechados.

Carlos (2004) considera que o uso do espaço público se tornou caracterizado pela inacessibilidade de contato social do homem das cidades modernas. O avanço da informática, aumentando a velocidade da comunicação, ligando pessoas e lugares, em rede, permitiu o acesso rápido à informação e produziu, contraditoriamente, o espaço do isolamento e da individualidade. Cada vez mais são criados mecanismos e recursos que reforçam a perda da sociabilidade, dentre eles podemos destacar o *walkman*, a internet, as redes de televisão com diversas opções de entretenimento, os *dvd's*, os serviços telemáticos de entrega em domicílio, serviços bancários via internet etc., que inibiram os contatos mais próximos entre as pessoas

Sennet (1988) afirma que estamos diante da morte ou declínio dos espaços públicos e, com isso, nossa época estaria impregnada por um individualismo, uma impessoalidade, definindo um cenário de perda humana e uma total ausência de relacionamentos humanos.

A metrópole, então, se transformou no local do passageiro, da efemeridade, do trânsito rápido, caracterizada pelo distanciamento do indivíduo em relação aos lugares do encontro e da troca. As pessoas passaram a ser obrigadas a se readaptar, de maneira constante, num espaço sempre cambiante, que sofreu e ainda sofre alterações rápidas e profundas. (CARLOS, 2004).

A consequência desse tipo de comportamento, segundo essa autora, é a vivência cada vez menor com o espaço da cidade. As pessoas, principalmente das classes médias e altas, saem cada vez menos e quando o fazem geralmente se locomovem através de automóveis, reproduzindo a idéia de confinamento e de segurança. Essa condição aponta para um processo de segregação que seria uma negação do urbano e da vida urbana .

No entanto, outros autores por exemplo, Andrade; Jayme; Teixeira (2004) defendem a tese de que, apesar de as formas de usufruir e interagir nos espaços públicos das cidades tenham sofrido significativas alterações, principalmente em função do sentimento de insegurança, alguns espaços públicos revelam grande vitalidade. Deixam

claro em seus estudos que existe uma distinção muito marcada em relação às formas de uso, sociabilidade e controle desses espaços, quando se observam os seus usos pelos diferentes grupos sociais. Afirmam que, em um contexto de agravamento da chamada violência urbana em todas as grandes cidades, existe um maior controle e intensificação das interações entre iguais, porém as pessoas continuam se apropriando dos espaços públicos em grandes cidades, principalmente das praças.

Porém, é fato que as transformações advindas dos recentes processos de modernidade têm determinado mudanças na vida cotidiana dos indivíduos, principalmente em função de novos modelos culturais e de comportamento que vão sendo constituídos a partir do mundo da mercadoria no plano mundial. A vida social empobrece na medida em que as relações entre as pessoas passam a ser substituídas por relações profissionais e institucionais. A mundialização então, segundo Carlos (2004), é um processo em curso, que busca dar explicação para as mudanças do mundo moderno, porém se realiza num plano local, do lugar e do cotidiano. A mundialização como processo de constituição da sociedade urbana generaliza-se e produz um novo modo de vida, estabelecendo novos valores, novos comportamentos, novos hábitos, nova cultura e, ainda, um projeto de transformação da sociedade e do mundo.

Segundo Carlos (2004), nos anos de 1970, inicia-se uma mudança significativa no sentido da história. As interações globais passam a predominar produzindo um novo espaço na metrópole dominado pelo capital financeiro e seus serviços modernos. O período foi marcado pela gradativa mudança do regime de acumulação industrial baseado no fordismo para o de acumulação flexível. O processo de acumulação flexível, iniciado na década de 1970, desencadeou mudanças significativas em diversas cidades. Diante da crescente desindustrialização, cidades se tornaram centros eminentemente financeiros, de consumo e de entretenimento. Então, objetivando a retomada econômica, as metrópoles buscaram, a partir

da revitalização de suas áreas centrais e da ressignificação dos espaços urbanos, atrair novos capitais e outros interesses para seus habitantes e consumidores, como o turismo, entretenimentos culturais e inovações no comércio.

Nos últimos anos, as pressões para o ajuste às normas do mercado global têm criado programas de reestruturação urbana surpreendentemente similares. Os centros das cidades fazem brotar arranha-céus em ‘distritos financeiros’ e museus de arte em ‘distritos culturais’, e os dois distritos normalmente se desenvolvem ao mesmo tempo. As empresas privadas organizam muitos serviços básicos, de transporte a saneamento, que eram anteriormente fornecidos pelo Estado. Os espaços públicos são ‘domesticados’ por shopping centers e cafés. Enquanto isso, as crescentes populações de migrantes e imigrantes tornam as cidades mais diversificadas, transmitindo a cultura da cidade oficial por meio de linguagens e lugares alternativos. (ZUKIN, 2000, p. 105).

As políticas urbanas objetivam recriar os lugares, produzindo mudanças no cenário das metrópoles, de acordo com interesses determinados – implodindo ou construindo novas centralidades ou deslocando outras – em função de novas formas de uso/consumo do espaço. A intervenção do poder público se faz de forma pontual a partir da consideração da cidade como quadro físico, material e concreto no qual, muitas vezes, as práticas socioespaciais não são reconhecidas e tampouco valorizadas e/ou ainda visam interesses de determinados grupos. A cidade tornou-se reduzida ao seu nível funcional, com estratégias políticas que têm como base os interesses, principalmente os imobiliários e financeiros.

Em outras palavras, significa uma intervenção urbanística adequada à nova ordem econômica, ou seja, uma perspectiva de atuação na qual o arquiteto ou urbanista passa a atender demandas de grupos distintos de clientes, na busca de soluções pontuais e locais, pretensamente “personalizadas”, ecléticas e diversificadas, abrindo mão de soluções abrangentes – típicas do ideário modernista. Tal prática exprime, em outros termos, atender às classes de maior poder aquisitivo, ou poder do mercado, contribuindo assim para maior fragmentação do contexto urbano e, numa posição favorável. (FRUGÓLI, 2000, p. 22).

Tal modelo representou um novo modo de intervenção urbana, no qual o poder público, por meio de articulações e alianças estratégicas com setores do capital privado, desenvolveu planejamentos, buscando favorecer a especulação imobiliária e o capital financeiro. As formas sistemáticas de intervenção urbana desenvolvidas pelo poder público favoreceram, basicamente, os grupos sociais mais poderosos, e as classes populares acabaram sofrendo fortes impactos, especialmente no seu modo de viver.

Esse tipo de intervenção urbana, conhecido como *gentrification* ou enobrecimento, é considerado como um empreendimento, no sentido de elegerem certos espaços da cidade considerados centralidades e transformá-los em áreas de investimentos públicos e privados, “cujas mudanças nos significados de uma localidade histórica faz do patrimônio um segmento do mercado” (LEITE, 2002, p. 118).

Segundo a literatura clássica, da qual umas das principais referências são as reflexões de Walter Benjamin, há um consenso de que a modernização urbana está historicamente ancorada em seus primórdios na Paris da segunda metade do século XIX, cuja industrialização foi acompanhada pelo aumento populacional, alimentado pelo enorme afluxo de camponeses desenraizados que passaram a compor a multidão urbana, numa cidade que sofreu uma intervenção planejadora de grande escala, com a criação do sistema de bulevares, sob o comando do barão de Haussmann. (FRÚGOLI, 2000, p. 19).

Segundo Frúgoli (2000), a revitalização urbana das áreas centrais está conectada diretamente ao surgimento de outros subcentros relacionados a um modelo multipolar no qual o centro tradicional passa a competir com os demais, principalmente no que se refere ao ponto de vista econômico. Dessa forma, o crescimento metropolitano torna a questão da centralidade mais complexa. Em determinadas situações os subcentros mantêm certas relações de complementaridade com o núcleo central, mas, em muitos casos, esses subcentros passam a competir economicamente, às vezes de forma acirrada, com o centro tradicional, de modo a se tornarem ou almejarem se tornar novos centros. Em casos

específicos como o ocorrido em São Paulo, a lógica dessa expansão acarretou a fuga de empresas para os subcentros e a deterioração urbana do núcleo central.

Para o mesmo autor, percebe-se, nesse processo, a expansão de um padrão totalmente distinto de urbanização, direcionado ao setor terciário moderno mediado por regras do mercado imobiliário, num campo em que se concentram as áreas de consultoria, construção e instalação de empresas ligadas, sobretudo, a grandes corporações multinacionais. Isso resulta, para ele, num declínio gradativo da vida pública porque são produzidos espaços desertos direcionados ao beneficiamento de fortes grupos privados, submetendo o poder público à sua lógica de interesses, numa sincronia com a atual fase do capitalismo em que a dimensão política é cada vez mais subordinada à ordem econômica.

Um dos resultados desse processo de revitalização é a alteração profunda da paisagem urbana e a construção de uma nova imagem do local. Por meio da reforma de casarios e patrimônios históricos, o lugar geralmente é transformado, tornando-se um agitado ponto de encontro, por onde passam a circular pessoas que nunca haviam freqüentado o espaço. O processo de enobrecimento restitui movimento aos usos públicos dos espaços urbanos, é como se o uso público do espaço fosse recuperado e reanimado.

Os usos dos espaços enobrecidos podem, de fato, alterar a paisagem do local e imprimir-lhes novos significados e sentidos. Apesar da reordenação da lógica interativa da vida pública que objetiva o processo de *gentrification*, os lugares vão sendo apropriados de diferentes maneiras de acordo com as práticas e as políticas cotidianas dos usos dos espaços. Assim, essas práticas e as sociabilidades urbanas vão demarcando os espaços da cidade, onde as condutas identitárias definem ritos e posturas, estabelecendo uma singularidade para o lugar.

De acordo com Leite (2002), o processo de revitalização, embora transforme o conjunto dos espaços enobrecidos em uma “paisagem de poder”, os seus contra-usos

podem transformar um espaço criado predominantemente para as práticas econômicas e simbólicas de consumo e lazer em um espaço político de visibilidade pública e de contestação.

(...) os lugares, quando erguidos pelos contra-usos no interior dos processos de gentrification, podem representar formas táticas – espacializadas e simbólicas – de criar singularidades, expressar dissensões e reivindicar direitos. Direitos de pertencer à cidade, de estabelecer itinerários próprios, de fazer do espaço público contemporâneo, enfim, um legítimo espaço político da diferença. Ao contrário de significar uma espécie de “privatização” do espaço público – pelo aparente excesso de segmentação espacializada de modos de conduta pública –, a construção social dos lugares politiza o espaço urbano (qualificando-o como espaço público), na medida em que cada lugar, para se legitimar perante o outro – e a partir do qual se diferencia –, precisa igualmente ser reconhecido publicamente em sua própria singularidade. (LEITE, 2002, p. 49).

É importante salientar, de acordo com Leite (2002), que a “desapropriação de sujeitos” dos locais revitalizados pode corresponder à reapropriação do espaço por outros sujeitos, os quais por sua vez, podem alterar a paisagem e imprimir outros sentidos aos espaços da cidade, contribuindo para uma diversificação dos atuais sentidos dos lugares. Dessa forma, o processo de *gentrification* pode separar esses lugares dos que neles vivem, como pode ampliar as possibilidades de reciprocidade entre aqueles que interagem no local, através de conflitos ou não. Os sujeitos das cidades, ao se movimentarem dentro do espaço urbano, vão continuamente trilhando e construindo coletivamente as fronteiras simbólicas que podem tanto aproximá-los, quanto nivelá-los ou mesmo hierarquizá-los. Segundo Leite (2004), “as disputas que incidem sobre essas demarcações socioespaciais urbanas podem resultar tanto em um enfrentamento político mais elaborado quanto na mera contraposição de estilos de vida, marcadas pelas formas cotidianas de ritualizar códigos de conduta.” (LEITE, 2004, p. 130). Então, é no âmbito da vida pública e nunca na esfera privada, que as pessoas compartilham ou disputam realidades, de onde surge e se constitui a condição humana da

pluralidade que se constrói, a partir das diferentes apropriações dos lugares pelas práticas e políticas cotidianas dos usos dos espaços urbanos.

Assim, nem sempre os processos de “*gentrification*” resultam em uma reordenação lógica dentro do planejado pelas políticas urbanas. Pode ocorrer uma subversão das expectativas esperadas de um espaço regulado, ou seja, o espaço pode se transformar em um lugar de disputa por visibilidade pública e afirmação de diferenças, contribuindo para uma diversificação dos sentidos dos lugares. Na realidade ocorre a constituição de um contra-uso que possibilita a origem de diferentes lugares, a partir da demarcação socioespacial de forma diferenciada e das resignificações que esses contra-usos realizam. Os lugares são apropriados pelas práticas e políticas cotidianas dos usos do espaço urbano e são essas formas cotidianas de apropriação que publicizam e politizam as diferenças, atribuindo sentidos e qualificando os espaços da cidade como espaços públicos. Os usos e os contra-usos podem transformar espaços predominantemente moldados para práticas econômicas e simbólicas de consumo e lazer em espaços políticos de visibilidade pública, no qual os lugares dentro do contexto urbano tornam-se formas espacializadas e simbólicas de expressão de singularidades e de reivindicação de direitos. (LEITE, 2001).

Para Zukin (2000), o enobrecimento é o processo de melhoramento urbano e de deslocamento devido à ação do mercado privado e não ao planejamento do Estado. O crescimento das profissões urbanas, juntamente com as atividades do setor terciário e as indústrias culturais foram determinantes para o processo de enobrecimento, que estruturou paisagens bem conhecidas em Nova York, Londres e em outras grandes cidades da América do Norte e da Europa. O fenômeno resulta num mercado imobiliário em torno do “lugar” de diversidade social e cultural criado por artistas, intelectuais e classes trabalhadoras. O enobrecimento, então, vai redefinir o “significado social de um lugar

especificamente histórico para um segmento do mercado, a descentralização densa redefine o mercado imobiliário em termos de um sentido de lugar”. (ZUKIN, 2000, p. 87).

Ainda segundo a autora, os arranha-céus e os projetos de habitação popular podem ser entendidos como paisagens de poder. Essas paisagens determinam relações sociais que separam e estratificam atividades e grupos sociais, incorporando e reforçando diferenças. A paisagem, então, não é só uma construção material, mas também é uma representação simbólica das relações sociais e espaciais.

Assim a paisagem do século XXI será uma justaposição sobre camadas formadas nos séculos XIX e XX, com tensões resultantes da “destruição” criativa das antigas localidades agrícolas e industriais e dos mercados urbanos mais novos e complexos. A paisagem do poder transferiu-se de cidades industriais, como Detroit, que parecem ter crescido organicamente em torno da produção de materiais, para subúrbios e metrópoles, como Disney World e Las Vegas, que parecem construídas em torno da organização do consumo. Há três temas principais que regem a fabricação da paisagem: memória histórica, a diversão como controle social e a cultura da natureza. (ZUKIN, 2000, p.109).

É importante ressaltar que várias intervenções desenvolvidas nas cidades tiveram como foco principal o progresso, o desenvolvimento e o crescimento, porém outras procuraram considerar as identidades locais, potencializando a utilização desses lugares por grupos sociais diversos. A valorização do lugar, da história local e do sentido da própria cultura e identidade passou a ser também uma preocupação dos projetos de intervenção.

Os projetos tem buscado um significado cultural respaldado na organização de um ambiente onde as referências, a história, assumam um significado e sejam apropriadas efetivamente pelos habitantes da cidade na sua pluralidade e não espaços contemplativos estranhos à própria comunidade. (ARROYO, 2004, p. 32).

As discussões atuais sobre política urbana têm apontado para mudanças conceituais

e metodológicas significativas no trato da questão da reabilitação urbana. Essa passa a ser um instrumento de planejamento com o papel de estabelecer a continuidade nos processos de apropriação dos espaços, incorporando as demandas físicas e sociais contemporâneas juntamente às referências simbólicas do passado e às potencialidades futuras, com um sentido de persistência temporal. Então, trata-se de um processo a longo prazo, no qual o passado se adequa às demandas e necessidades atuais e futuras da cidade, respeitando as práticas sociais/culturais consolidadas.

Ao ser recuperado, o patrimônio torna-se mais acessível, principalmente em função da melhoria das ruas e dos espaços para pedestres, assim como as áreas de estacionamento e transporte coletivo etc. Dessa forma, os centros históricos podem ser transformados em um elemento singular na hierarquia das centralidades urbanas ao convergir valores sociais, culturais e ambientais para toda a sociedade. Assim, uma área considerada degradada, subutilizada ou utilizada apenas como passagem pode ser potencializada e se converter em um valioso espaço de aglutinação e apropriação plural de variados grupos sociais, tornando-se referência de toda a cidade. A imagem da cidade está diretamente relacionada às suas marcas, à cultura local e aos símbolos que contam sua história. E é partir da área central que se constrói a história da cidade, pois é para o centro que se converge a pluralidade dos sistemas sociais por sua capacidade de aglutinação. (ARROYO, 2004)

Os centros tradicionais, como espaço de múltiplas apropriações, são os lugares da comunicação, das trocas, dos encontros e desencontros, das manifestações, da moradia, do comércio, das festividades, além de serem o espaço onde os laços de convivência são construídos e as relações sociais estruturadas. Esse espaço se caracteriza pela pluralidade, pelas contradições, pelos hábitos e usos diferenciados, pela diversidade de formas de apropriação, dando um caráter de espaço público pela sua capacidade de absorver e centralizar uma multiplicidade de sentidos e formas. (ARROYO,2004).

Segundo Frúgoli (1995, p. 12) , “os espaços centrais das cidades são densos não só porque concentram atividades e grupos, mas também porque abrangem várias significações que ao mesmo tempo se entrecruzam, complementam-se e contradizem-se”. Ainda Frúgoli, utilizando os estudos de Henri Lefebvre, apresenta a centralidade como uma construção de cada época histórica, e na cidade capitalista moderna, a dimensão lúdica ligada ao jogo das relações sociais, aos encontros, muitas vezes se entrelaça à dimensão do consumo, que é o tipo peculiar e específico de centralidade criado pela cidade capitalista. O autor ainda complementa, afirmando que o capitalismo não apenas atrelou a centralidade urbana ao consumo, como, aos poucos, desfigurou as centralidades tradicionais

Frúgoli (2000) amplia a análise de centralidade e apresenta a realidade metropolitana das cidades. Tal realidade é, hoje, marcada tanto por centros ou pólos em competição, cuja força difere a partir do dinamismo econômico, do conjunto de empresas que abarca, das políticas de poder público, quanto o desenvolvimento metropolitano e dos grupos sociais que, com diferentes intuitos, se situam nessas áreas.

Para Arroyo (2004, p.34), “o desafio é garantir em primeiro lugar, os valores do espaço como espaço público de apropriação social e plural e não como espaço mercadológico em que o acesso está restrito a capacidades privadas de pequenos setores da população”.

Assim, por mais que as classes economicamente privilegiadas busquem reproduzir modelos na lógica acumulativa do capital, os processos históricos das lutas e práticas sociais presentes no cotidiano da vida dos sujeitos não se desfazem tão facilmente. As lutas pela ocupação do espaço fazem parte do aprendizado do direito à cidade e o espaço urbano é o local onde se travam as lutas pela efetivação da cidadania e de uma cultura urbana pública.

Os principais conceitos de cidade, espaço público, espaço urbano, centralidade e processo de requalificação analisados na primeira parte deste estudo nortearão o segundo momento do capítulo que tratará da formação da região central de Belo Horizonte, suas transformações e o tipo de organização que foi estabelecida em cada momento da sua história .

2.2- A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO CENTRO DE BELO HORIZONTE: OS ANOS DE 1920

O centro de Belo Horizonte foi constituído, no projeto inicial da cidade, dentro da zona urbana com um traçado bem delimitado de sua área de ocupação, através de espaços territoriais definidos, e com características de centralidade bem marcantes. Os espaços do centro receberam, desde o início da ocupação da capital, grupos sociais que reforçaram e, ao mesmo tempo, criaram uma identidade própria. As relações de sociabilidade na região central foram constituídas não somente através das praças, para onde convergiam todas as principais avenidas da cidade e local onde é de encontro, de manifestações populares e de grandes cerimônias, mas também se faziam através da rua. O intenso comércio atraía a circulação de pessoas que estabeleciam negociações com os comerciantes baseadas em um relacionamento pessoal e de confiança.

O centro se caracterizava pelo lugar das trocas, do comércio varejista, de consumo e onde se localizavam os pequenos estabelecimentos semi-industriais, além de bares, cafés, restaurantes, hotéis, bancos, teatros e armazéns. A sua organização espacial se desenvolvera através de uma diversidade de atividades interrelacionadas e dentro de um processo de produção e consumo.

O caráter simbólico e as relações sociais que foram sendo constituídas nos diversos espaços da região central definiram as peculiaridades e singularidades da região. Segundo Arroyo (2004, p. 67), “nessa cidade de linhas retas, os locais de encontro dispostos estrategicamente já assumiam um caráter de centralidade simbólica e estruturante”.

A Avenida do Comércio, hoje Avenida Santos Dumont, se constituiu no início do século, como área do comércio atacadista, na qual foram instaladas também indústrias de pequeno porte no fabrico de velas, massas, sabão, açúcar e bebidas. Outro espaço importante de comércio foi a Rua dos Caetés que, durante quase 20 anos, se estruturou com lojas de armarinhos e fazendas, fornecendo ao público uma variedade de quinquilharias, desde brincos de fantasia a fivelas, argolas etc.

No decorrer do seu processo de ocupação e desenvolvimento, a zona urbana sofreu várias intervenções do poder público direcionadas à limpeza da área central da cidade e à preservação de seu espaço visando, acima de tudo, garantir a valorização imobiliária da região. Em 1900, o então Prefeito Bernardo Monteiro ordenou a demolição de cafuas e barracos, localizados na área central, concedendo, aos operários que residiam, ali lotes a título provisório, na área suburbana da cidade, com um menor valor imobiliário.

Também se tornou presença importante na cidade, nesse período, a figura de vendedores ambulantes, conhecidos por mascates. É importante ressaltar que a formação de um pólo comercial e industrial levou algumas décadas para se solidificar e, durante esse período, a cidade conviveu com um comércio incipiente, constituído principalmente por essa categoria de trabalhadores. O problema do abastecimento da capital, desde os primórdios da sua construção, foi uma grande preocupação das autoridades e, diante dessa dificuldade, os ambulantes exerceram um papel fundamental, vendendo produtos variados.

Esses comercializavam a preços reduzidos produtos manufaturados e suas atividades provocavam desconfiança, pois seus preços estavam abaixo do comércio local.

Diante desse fato, havia suspeita de contrabando, sonegação de impostos, venda de produtos de baixa qualidade e quantidade, sendo acusados de enganar o Estado e os consumidores. Além disso, essa prática era considerada desleal frente ao comércio oficial.

Apesar do perfil apresentado anteriormente, os mascates e ambulantes foram dois grupos importantes na formação da sociabilidade na região. Os comerciantes, em especial os mascates, eram conhecidos pela população como turcos.

Ambos comercializavam produtos nas ruas e casas, entretanto possuíam características diferentes e assim eram distinguidos pela população. Os ambulantes eram, em geral, brasileiros que moravam nas colônias e vendiam lenha, produtos hortigranjeiros, doces, biscoitos e conhecidos pelos produtos que vendiam: doceiro, verdureiro. Já os mascates eram pessoas que residiam na cidade ou vinham de fora e vendiam produtos manufaturados, como tecidos, roupas, louças, jóias. (ARROYO, 2004, p. 91).

De acordo com a legislação municipal, decreto nº 10436.27 de dezembro de 1900, a prefeitura apresentou algumas restrições à comercialização de determinados gêneros, como o comércio de aves em bando, assim como determinou higienização para a comercialização de doces e biscoitos.

Em 1908, através da lei nº 28, o poder público buscou o controle da prática do comércio desenvolvida pelos mascates e ambulantes, estabelecendo uma taxa pública para o exercício das atividades de mascate adventício e estipulou multa àquele que fosse encontrado negociando sem a referida licença. Também em 1911, a lei nº 53 criou uma taxa para os vendedores ambulantes de jornais e revistas (CASTRO, 2003, p. 32).

Assim, os mascates que fossem apanhados negociando sem licença da prefeitura seriam submetidos a uma multa de 100\$000. Haveria também represálias para as pessoas que hospedassem tais comerciantes. Essa nova categoria de comerciante compreendia libaneses e judeus que viam na capital um campo propício ao

desenvolvimento de pequenas atividades comerciais, até conseguirem se estabelecer no comércio oficial. (CASTRO, 2003, p. 33).

Cabe pontuar que, a partir de 1910, o comércio formal e informal na região central foi dominado pelos imigrantes, com destaque para os libaneses e judeus, que chegaram à nova capital incentivados pelas possibilidades de crescimento e prosperidade da cidade.

O bairro Comercial, assim nomeado por Aarão Reis e autodesignado como Centro Comercial, contava com pouco mais de 38.000 habitantes em 1912 e exerceu o papel de centro urbano nos primeiros vinte anos da capital. Porém, devido à supremacia em relação à área suburbana, principalmente por possuir melhores condições de infra-estrutura e pelo seu valor imobiliário, a região atraiu grupos sociais de diversas origens, provocando uma desordem em sua ocupação. Tal quadro de “desordem” durou até meados de 1912, quando o prefeito Olinto Meireles oficializou mais uma intervenção pública na área, desta vez denominada de “operação limpeza”. Esta se baseava no controle da ocupação do espaço da área central por meio da retirada dos barracos e cafuas localizados na região.

O início dos anos 20 se definiu pela retomada do crescimento urbano e econômico da cidade desencadeado pelo fim da Primeira Guerra Mundial e o término da crise econômica enfrentada pelo país durante o período de guerra. As atividades comerciais em Belo Horizonte foram se desenvolvendo de modo a atender à demanda da população.

Surgiu uma força incipiente no setor industrial, aquecendo a economia mineira, que vinha demonstrando sinais de decadência em função de perdas na agricultura local. O declínio das oligarquias agrário-exportadoras colocou em cena, a emergente elite industrial que influenciaria a dinâmica do desenvolvimento da cidade. A década seguinte teve como marco inicial a Revolução de 1930 e o processo industrial que, germinado na década de 1920, tornou-se mais efetivo e se desenvolveu a partir daí.

Neste período, a cidade sofreu um aumento de sua população com a migração campo-cidade. A zona suburbana foi a principal área de absorção dessas pessoas e os problemas relacionados à infra-estrutura em alguns bairros e vilas se agravaram. Dentre os principais problemas, cabe destacar o abastecimento de água e de energia elétrica, o esgotamento sanitário e a falta de equipamentos urbanos, tais como escolas e hospitais.

A desordem produzida pelos barracos e cafuas caracterizou a expansão de Belo Horizonte, ameaçando a imagem da cidade, durante o período de 1920 a 1930. O poder público se empenhou em conter o avanço de tal desordem, utilizando a ordem como orientadora do processo de uso e ocupação dos espaços da cidade.

As noções de ordem e desordem fizeram parte do desenvolvimento da cidade neste período, sendo que a ordem se baseou no controle da ocupação do espaço urbano através de ações devidamente planejadas. As ações públicas implementadas no período continuaram direcionadas à realização de obras na zona urbana. O poder público, preocupado com o embelezamento e limpeza da cidade, realizou várias remoções e expulsões de favelas localizadas na área central da cidade, à medida que Belo Horizonte crescia.

A década de 1920 se caracterizou, ainda, pela retomada da construção da cidade que foi suspensa devido à falta de recursos financeiros. Na tentativa de impulsionar o comércio e a indústria local foram desencadeadas algumas iniciativas para a retomada do processo de desenvolvimento da nova capital, podendo-se destacar: o início do processo de desenvolvimento da siderurgia mineira incrementado com a participação de capital estrangeiro e a inauguração de ramais férreos, ligando Belo Horizonte ao Rio de Janeiro e a outras cidades mineiras.

Além dos incentivos para construções de prédios com mais de três pavimentos, implementados pelo poder público durante a década de 1920, o Decreto Municipal nº 165

de 1933 proibiu a construção, reconstrução, modificação e acréscimo de edificações com apenas um pavimento. Ficou estabelecido que em alguns locais da cidade todas as novas construções deveriam ter no mínimo três pavimentos.

O setor terciário sofreu uma forte expansão, principalmente com a retomada das construções e melhorias urbanas em geral. De acordo com Lemos (2003, p. 74), “os serviços de moradia, financeiros e de comércio foram os que mais cresceram no período coadunados com o aumento populacional”.

O poder público incentivou, ainda no período, a construção de hotéis para atendimento aos visitantes na região central e, através do Projeto nº 07 de 1928 do Conselho Deliberativo, foi prevista a isenção de taxas e impostos municipais, por dez anos, aos três primeiros hotéis que fossem edificados com, no mínimo, cinco andares.

A área central da cidade, neste período, era delimitada pela rua da Bahia, que servia de limite entre os dois territórios: o daqueles que possuíam uma condição social melhor com o daqueles com menor poder aquisitivo. Na rua da Bahia concentravam as atividades consideradas especiais, como o comércio sofisticado, cinemas, teatros, hotéis, confeitarias, tornando-se um ponto de referência para a população, em especial os escritores da época. O centro comercial da época pode ser caracterizado por uma estrutura fragmentada e descontínua determinada por uma dualidade espacial e temporal.

A cidade, neste período, teve um crescimento significativo de sua população, ampliação do transporte coletivo, proliferação dos cafés, bares e cinemas, melhoria de seu comércio, multiplicação de suas escolas e faculdades. O consumo, no período, se consolidou e as ruas da região central tornaram-se espaços de passagem, de circulação e de negócios, de entretenimento e de lazer.

2.3-A EXPANSÃO DA CAPITAL

Diante da necessidade de acelerar o desenvolvimento industrial do Estado e, ao mesmo tempo, conter a desordem urbana, o planejamento tornou-se um elemento de fundamental importância no processo de expansão da capital a partir dos anos de 1930. Um novo plano urbanístico marcou a superação do plano de Aarão Reis, voltado mais para as zonas suburbanas e rurais, revelando uma visão mais integrada da cidade.

Em 1936, o Governo do Estado criou a “Zona Industrial de Belo Horizonte” com o intuito de expandir a economia da capital. Localizada próxima às linhas da Estrada de Ferro Central Brasil e da Oeste de Minas, margeando o Ribeirão Arrudas, a área industrial absorveu mais de 20 empresas da região. A prefeitura municipal, buscando favorecer a instalação de indústrias na cidade, propôs a isenção de impostos e taxas e o fornecimento de energia elétrica.

Com a zona industrial instalada, tornou-se necessário a construção de vilas operárias, que ocorreu em 1937, através de medidas adotadas pelos empresários, que tinham interesses de manobra junto aos empregados e governo. Porém, cabe ressaltar que o poder público em seu novo plano priorizou, mais uma vez, a área central da cidade, visando a manutenção da zona urbana limpa e bela, expulsando tudo que viesse a comprometer sua imagem. Dessa forma, no final dos anos de 1930, os mendigos foram proibidos de circular pelas ruas do centro, sendo construído um lugar fora da região central para abrigá-los.

A segregação e a discriminação fizeram parte dos decretos que regularam a área central da cidade. Dentre as medidas adotadas pelo poder público podem ser citadas como exemplo, o controle da permanência e circulação de ambulantes e tropeiros, e a desativação da zona boêmia que foi transferida para os bairros Bonfim e Lagoinha.

A década de 1930 já apresentava o comércio ambulante como um problema para o poder público. Através do decreto nº 79, de 21 de junho de 1931, os ambulantes e mascates passaram a ser obrigados a cuidar da limpeza dos locais em que estacionassem, e seus utensílios de transporte de mercadorias deveriam ser submetidos à aprovação da polícia sanitária. Caso não cumprissem as normas de higienização estabelecidas, deveriam ser removidos.

Em 1934, os ambulantes foram proibidos de permanecer estacionados nas vias públicas e, posteriormente, foi determinado que as vendas deveriam ocorrer rapidamente, sendo proibida a fixação diante de prédios onde existissem estabelecimentos dedicados ao comércio de produtos afins. Já no ano de 1935, o comércio dos mascates recebeu novas determinações relacionadas ao horário de funcionamento das atividades, que passaram a ser desenvolvidas das 8:00 às 17:30 horas.

Especialmente no perímetro da Região Comercial esses controles foram conduzidos com uma maior rigidez e uma fiscalização mais acirrada. Submetidos à Polícia Sanitária, os ambulantes deveriam manter a limpeza dos locais de sua permanência e equipar-se de materiais de transporte aprovados pela mesma. (LEMOS, 2003, p. 197).

O decreto de 1934 ainda definia o horário de funcionamento dos comércios atacadistas, varejistas e ambulantes, sendo que os tropeiros foram proibidos de circular e permanecer fora das imediações do novo Mercado Municipal. Os tropeiros que vinham à cidade só poderiam estacionar nas dependências do mercado municipal ou em locais previamente determinados pela PBH.

Os anos 30 serão marcados por políticas públicas voltadas para o controle do uso do espaço público através de normas e fiscalização na região da Praça da Estação. Devido a grande circulação de ambulantes e mascates na região, o decreto nº 79 de 21 de junho de 1931, exigiu a limpeza dos locais de venda e a aprovação da Polícia

Sanitária dos meios utilizados para o transporte das mercadorias (carroças, automóveis, cestos). Em 1934 será proibida a permanência estacionária nas vias públicas e em 1936 é proibida a operação de venda em frente a estabelecimentos dedicados ao comércio de produtos afins. (ARROYO, 2004, p. 103).

Durante os anos de 1930, o comércio atacadista que era desenvolvido na Avenida Santos Dumont migrou para as ruas Oiapoque e Guaicurus e, em seu lugar foi realizado o comércio varejista de caráter mais popular. Neste período, os antigos armazéns foram demolidos e substituídos por lojas. O maior fortalecimento do comércio, durante os anos de 1930 e 1940, se firmaria na Avenida Afonso Pena, próximo à Praça Sete e à Rua Caetés, a partir da Praça da Estação.

A Rua dos Caetés se definia por um comércio variado e ainda pelas lojas de enxovais para noivas. Possuía um caráter de rua popular, porém foi muito freqüentado por outros segmentos sociais.

No final dos anos de 1930, ocorreu o processo de reforma da região central com uma série de demolições e novas construções. Começaram a surgir edifícios altos que passaram a dominar a paisagem do centro e esse se afirmou como centralidade comercial da cidade. Os primeiros arranha-céus tinham a função comercial no pavimento térreo, com lojas e sobrelojas e nos andares superiores, salas ou residências.

Os anos de 1940 se caracterizaram pelo crescimento, reforma urbana e modernização da capital, buscando uma recuperação da imagem da cidade como uma cidade moderna. No período, foram desenvolvidos vários projetos considerados fundamentais para o reconhecimento da modernidade da metrópole.

Um novo centro na capital surgiu a partir dos anos de 1940 influenciado pelas ações do poder público, pelas renovações e inovações de políticos que faziam parte dos setores importantes do Brasil no Estado Novo.

Através de prioridades elencadas pelo poder público, foram construídas grandes obras, dentre elas: o complexo urbanístico da Pampulha, o alargamento e abertura de vias, a ampliação do mercado municipal e a construção de vários viadutos buscando a organização do tráfego de veículos. A circulação de veículos passou a ser uma das prioridades dos investimentos públicos.

Durante a administração municipal de Juscelino Kubitschek, no período de 1940 a 1945, ocorreu um processo de modernização, visando reforçar a capital como pólo político e econômico. Iniciou na cidade um processo acelerado de renovação urbana marcante, principalmente na área central que foi ampliada durante os anos de 1950. Várias edificações pequenas foram substituídas por grandes prédios. As principais transformações ocorridas no centro, neste período, estão relacionadas à qualidade e à forma do uso do espaço que se baseou na verticalização das construções. Essa verticalização tornou-se oficializada através do decreto-lei nº 84 de 21 de dezembro de 1940 que permitiu a construção de sobrelojas nos estabelecimentos comerciais. Essa mudança no formato das construções e a ocupação de lojas, sobrelojas e salas determinaram uma nova organização funcional no centro, baseada no comércio e serviços, com predomínio das atividades financeiras e comerciais. De acordo com Arroyo (2004), em 1946 foi feita a delimitação oficial da Zona Comercial da cidade, através do decreto-lei nº 1910.

A zona comercial tornou-se reconhecida de fato, a partir do incremento do comércio do centro da cidade e também do comércio desenvolvido em bairros próximos. Nesse momento, tornou-se definida a determinante simbólica de centralidade em relação ao comércio, na qual o centro da cidade passou a ser o espaço do comércio ampliando os limites reconhecidos pela população como centro.

empregos diretos. Nota-se que neste período se configura uma expansão significativa de empregos, paralelamente ao crescimento dos estabelecimentos comerciais. (CASTRO, 2003, p. 39).

A afirmação do uso comercial como caráter de centralidade se manifestou sob diversas formas no período – indústria, varejista, atacadista, ambulantes, mascates e uma variedade de produtos – e sustentou esta região como o local do encontro de vários setores da população e grupos sociais.

A partir dos anos de 1950, quando a capital completou 50 anos, iniciou-se uma grande mudança no contexto da cidade não baseada somente no aspecto físico, na forma e na imagem trazidas com a modernização, mas, acima de tudo, “nas relações sociais estabelecidas diante da nova fisionomia e relação simbólica com a cidade”. (ARROYO, 2004, p. 105).

Ao iniciar seu processo de metropolização, de modernidade e progresso, a capital foi perdendo aos poucos os valores a ela atribuídos, relacionados à localização, clima, racionalidade de seu desenho, organização, pólo civilizador político e cultural do Estado e se tornou um centro econômico e industrial no qual a dimensão econômica passou a ser exclusiva dentro da dinâmica.

Apesar da cidade ter um comércio e uma indústria de bens de consumo bem consolidada, ainda não havia constituído no período, o seu parque industrial de grande porte. A Cidade Industrial, então, foi criada no município de Contagem como símbolo do desenvolvimento, buscando estimular a implantação de indústrias para a região.

As indústrias localizadas na região central da capital foram aos poucos se deslocando para a Cidade Industrial, porém as áreas que foram sendo desocupadas não receberam nenhum tipo de acompanhamento por parte do poder público para uma nova utilização do local.

Para alguns analistas, esta desocupação não acompanhada de políticas públicas de reocupação do espaço, foi um dos fatores determinantes da degradação do centro, principalmente a partir da década de 70.

2.4- A CIDADE DE BELO HORIZONTE NAS DÉCADAS DE 1950 A 1960

O período tem como característica marcante o enorme crescimento populacional, oriundo do processo de industrialização ocorrido na cidade durante os anos 40 e ainda pela superação da crise financeira ocasionada principalmente pela Segunda Guerra Mundial.

A Cidade Industrial, criada em 1947, quando contava com 10 indústrias e 1.000 trabalhadores, atraiu, no decorrer da década, um grande número de indústrias ligadas ao capital estrangeiro. Em decorrência desse processo, os fluxos migratórios para a região metropolitana aumentaram em 59% a população de Belo Horizonte e a de seus municípios limítrofes, contribuindo para o adensamento e para a expansão do espaço urbano da cidade.

De acordo com Lemos (2003, p. 108), “o início dos anos 50 é marcado pelo expressivo crescimento urbano, definindo a expansão para os vetores oeste e norte do território”. O centro comercial na década também se expandiu com grande aumento populacional e passou por uma remodelação do seu espaço e por uma diversificação de suas atividades.

O período foi marcado pelas primeiras demolições, retratando a renovação da arquitetura da capital, símbolo de uma economia em ascensão. O centro já organizado e bem estruturado aumentou o seu potencial socioeconômico, e a urbanização de seu território tornou-se evidente.

O transporte coletivo realizado pelos bondes passou por mudanças importantes com a chegada dos ônibus elétricos. Para a área central convergia todo o transporte coletivo da época, o que dava um grande impulso para o comércio da região.

Outro elemento importante no desenvolvimento da capital no período foi a proliferação dos cinemas que influenciaram e determinaram um novo modo de viver da sociedade da época.

Os meios e serviços de publicidade contribuíram para o crescimento do comércio e para o desenvolvimento socioeconômico do município. As atividades comerciais, principalmente aquelas voltadas para o consumo doméstico e de roupas, foram as que mais se destacaram no cenário da capital durante os anos 50. Várias lojas de departamento, de eletrodomésticos e roupas feitas foram abertas oferecendo uma multiplicidade de produtos e introduzindo um novo tipo de comércio mais direcionado ao mercado. Com a proliferação das cadeias de lojas de departamento, de roupas e eletrodomésticos surgiu a cultura do crediário e da compra a prazo, estimulando a cultura do consumo especialmente aos grupos de menor poder aquisitivo.

Nesse processo, o poder público interveio de forma mais direta e buscou um planejamento mais racional tentando estimular e controlar o adensamento da zona urbana, denominada, então, “Área Central”. A renovação da arquitetura representou uma nova valorização do solo no centro e nas adjacências e criou um submercado imobiliário que levou a um novo quadro de segregação do espaço central. Os quarteirões do centro e áreas adjacentes passaram a ter um duplo valor monetário em comparação com as demais zonas.

O centro passou a se caracterizar pela funcionalidade, pela racionalidade, pelo aprimoramento das atividades de prestação de serviços, pela especialização, pelo desenvolvimento da cultura do consumo e sua esfera habitacional deixou de ser representativa.

O período é marcado pelo desaparecimento de vários nichos de sociabilidade, principalmente aqueles localizados na rua da Bahia, considerados empecilhos para o desenvolvimento e crescimento da capital. Esta rua cedeu, gradativamente, seu lugar de privilégio para a Avenida Afonso Pena, antiga Avenida do Comércio que seria a propulsora do lazer e entretenimento da cidade, com seus bares, cafés, cinemas. A avenida, então, assumiu a hegemonia em termos de centralidade, e a antiga avenida do Comércio perdeu sua função comercial atacadista para as ruas Oiapoque e Guaicurus e proximidades da Praça da Estação. A Avenida Santos Dumont passou a concentrar o comércio popular varejista com a demolição do Mercado Municipal.

O conhecido Ópera (Teatro Municipal) fora transformado em cinema, restaurantes, cafés e antigos cinemas, em sua maioria desapareceram em um curto período de tempo. O Parque Municipal, o local bucólico de lazer, perdera grande parte da sua área para a construção de um complexo hospitalar: é o início da perda da sua magia como lugar de descanso e lazer. O Grande Hotel, por onde passaram literatos, poetas e artistas, também fora demolido, juntamente com o Hotel Central e o Bar do Ponto. (LEMOS, 2003, p. 192).

Essas mudanças foram definidoras na estruturação de uma nova forma de viver no centro e na capital e ainda foram responsáveis pelos papéis sociais que os indivíduos passaram a ter de desempenhar dentro do contexto da cidade.

Um novo ambiente urbano no período foi consolidado resultante da especialização do setor terciário com a ampliação da área financeira, prestação de serviços e comércio e de uma maior concentração demográfica.

A implantação de um novo regime político em 1964 instaurou no país uma nova forma de governar pautada no autoritarismo. A nova ordem política econômica estabelecida no país pelos militares mudou a estrutura de poder, a forma de acumulação do capital e a própria organização social. Os movimentos reivindicativos desapareceram e o que se assistiu no período foi o desfavelamento das áreas urbanas e suburbanas, com a

destruição de um número enorme de barracos. A política das remoções implementada no período se pautou em solucionar o problema das favelas através de sua retirada do local, não oferecendo outra alternativa à população.

Os problemas urbanos foram agravados e não solucionados, e basicamente todas as ações públicas desenvolvidas no período foram voltadas para os segmentos sociais de maior poder aquisitivo, em especial para a nova classe média.

É importante salientar que, no final da década de 60, principalmente em decorrência do acirramento da crise econômica, a figura do camelô tornou-se uma presença marcante na região central da cidade, invadindo ruas e calçadas e vivenciando conflitos com o poder público e os comerciantes.

Concluindo este capítulo, é importante salientar que a presença dos ambulantes nos espaços públicos da região central de Belo Horizonte é tão antiga quanto a história da cidade. Percebe-se, através dos registros da cidade, que os governos municipais buscaram em vários momentos a organização do espaço público na região, principalmente por meio de intervenções pontuais. No entanto, enquanto a cidade expandia suas fronteiras, boa parte do centro foi passando por um processo de diversificação de suas funções, sofrendo gradativa deterioração urbana e foi sendo ocupado cada vez mais pelas classes populares, em especial camelôs e toreros. A crise do desemprego que será analisada no próximo capítulo proliferou o comércio informal, acentuando a presença dessa categoria de trabalhadores na região central.

Deve-se atentar, entretanto, de acordo com Frúgoli (1995), que as razões do setor informal não estão vinculadas somente à capacidade da produção industrial oferecer maior ou menor oferta de empregos, embora o setor se intensifique em períodos de grande desemprego. Esse tipo de atividade faz parte de costumes arraigados na cultura popular e ainda se relaciona a formas de integração do migrante nas grandes cidades

3- O TRABALHO INFORMAL E O CRESCIMENTO DA ATIVIDADE DE CAMELÔS E TOREROS, A PARTIR DA DÉCADA DE 1970 EM BELO HORIZONTE

O presente capítulo pretende analisar as principais transformações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas, assim como as conseqüências desse processo para a classe trabalhadora e as alternativas que foram criadas para a sua sobrevivência .

Serão apresentadas inicialmente, as mudanças mais significativas que determinaram as transformações na organização da produção e na gestão das empresas e como estas alterações foram determinantes e, ao mesmo tempo, desalentadoras para a classe trabalhadora, principalmente em função do aumento do desemprego estrutural .

No segundo momento, será analisado o trabalho informal, como alternativa de sobrevivência dos desempregados e dos trabalhadores com poucas chances de inserção no mercado de trabalho, buscando conceituá-lo, caracterizando os trabalhadores que a ele se vinculam, assim como sua evolução na América Latina, dando ênfase a situação do Brasil e de Belo Horizonte. Ainda, serão apresentados os problemas decorrentes do crescimento desse tipo de atividade na região central da capital mineira, dentre eles, a deterioração e ocupação dos espaços públicos da metrópole.

3.1-TRANSFORMAÇÃO NO EMPREGO E O CRESCIMENTO DO TRABALHO INFORMAL

Alguns analistas acreditam que os problemas que atingiram as economias industrializadas tiveram um menor impacto, quando comparadas com aqueles enfrentados pelos países em desenvolvimento. As nações da periferia do capitalismo, devido à baixa

qualificação de seus trabalhadores e a enorme oscilação da demanda foram os que mais sofreram com as mudanças do período, agravando o subemprego e a informalização.

Apesar da tendência geral ter sido a diminuição de empregos diretos por parte dos líderes das cadeias mundiais e seus fornecedores globais - principalmente em função da automação e da informatização crescentes dos sistemas de gestão e produção e dos radicais processos de reengenharia - o impacto das novas cadeias de produção sobre os empregos globais variou conforme a política adotada por cada país. Podemos destacar alguns fatores que influenciaram diretamente neste processo: a acomodação de cada país dentro da cadeia produtiva; a forma de entrada do investimento direto estrangeiro (fusão, aquisição ou participação minoritária); substituição ou não de produção local; complementação de investimentos domésticos, contribuindo para o crescimento da produção ao desfazer gargalos financeiros, tecnológicos e administrativos locais.

Desta forma, como observamos anteriormente, os novos desafios para o enfrentamento da crise estrutural do capitalismo determinaram profundas reestruturações econômicas, produtivas, organizacionais e institucionais.

Para a classe trabalhadora, estas mudanças estruturais significaram a redução das opções e o acirramento da competição no mercado de trabalho, devido ao menor número de postos de trabalho disponíveis, e também, aos novos requisitos cada vez mais exigentes por parte dos empregadores, principalmente se considerarmos o novo perfil do trabalhador requerido pelas empresas, adaptado às novas mudanças organizacionais em curso. Conseqüentemente, uma série de direitos e mecanismos de proteção social vêm sendo questionados no bojo do que se denomina atualmente de flexibilidade dos direitos trabalhistas. (DEDDECA, 1996, p. 17).

Com o aumento do desemprego e as dificuldades de inserção no mercado, devido principalmente a baixa qualificação para o trabalho industrial, muitos trabalhadores buscaram, no setor informal, alternativas de sobrevivência. Dessa forma, o trabalho informal se

intensificou, formando uma vasta rede de atividades de sobrevivência envolvendo amigos, vizinhos, parentes e familiares.

Importante ressaltar que, sob o manto da informalidade, foram e são feitos estudos sobre fenômenos de natureza muito distintos e que possuem dinâmicas e processos de trabalho muito específicos, como por exemplo: as micro-empresas, o trabalhador autônomo, o empregado assalariado sem carteira de trabalho assinada, o pequeno produtor, a economia subterrânea ou submersa, o empregado doméstico, o trabalhador terceirizado, o trabalho em domicílio, as cooperativas de trabalho.

Conceito polêmico desde sua origem, a informalidade engloba situações analiticamente distintas, como economia informal, mercado informal, setor informal e trabalho informal. Em comum, a inexistência de regulações estatais em sua organização e funcionamento ou melhor, dizendo, organização e funcionamento paralelo às regulações existentes (LIMA, 2002, p. 164).

A definição mais geral é de uma economia escondida, subterrânea, oculta, não registrada e não observada estatisticamente, o que dificulta uma análise mais acurada deste fenômeno.

De acordo com Silva,

Desde sua origem “informal” tem sido uma noção orientada para discutir “o outro lado” da problemática, se não exatamente do emprego, ao menos da mobilização ativa do trabalho-ou seja, ela foi proposta para analisar as dificuldades e distorções da incorporação dos trabalhadores do processo produtivo em contextos onde o assalariamento era pouco generalizados. Em consequência, sempre tendeu a focalizar, prioritariamente, seus estratos mais desfavorecidos e a desenvolver, em torno deles, um debate sobre a natureza, as condições e os limites de sua integração econômica, lidos com adaptação desses grupos à estrutura social à qual pertencem, isto é, de seu papel(ou função, ou necessidade. (SILVA, 2002, p. 83).

Segundo o mesmo autor, a noção de informalidade surgiu na década de 60, muito em

função dos problemas ligados à incorporação produtiva de crescentes contingentes de trabalhadores que se deslocavam para as cidades em todo o mundo subdesenvolvido.

Nesse primeiro momento, foram apresentadas duas posições contraditórias sobre o assunto, porém com certos pressupostos comuns. De um lado, a teoria da modernização que acreditava que o baixo nível de capitalização dos países subdesenvolvidos desequilibrava a estrutura do emprego urbano. A outra se referia à teoria da marginalidade que enfatizava as conseqüências, sobre a estratificação social, das dificuldades de superação dos desequilíbrios estruturais identificados.

O setor informal para a primeira posição era visto como aberto, como uma situação transitória, decorrente de atitudes e modos de vida de contingentes de migrantes ainda não adaptados aos padrões moderno-industriais. Para a segunda posição, o setor informal se apresentava fechado, pelo menos para algumas categorias de trabalhadores fadadas a uma inserção produtiva marginal de mais longo prazo.

Então, nessa primeira fase, os estudos sobre a economia informal nos países desenvolvidos explicavam esse fenômeno como um excesso de mão-de-obra transitória na economia e que esta voltaria para a formalidade, na medida em que o crescimento econômico avançasse. Porém, a realidade acabou sofrendo fortes alterações e os empregos estáveis e em tempo integral foram destruídos e substituídos por uma nova forma de organização produtiva.

O termo *informalidade* foi explicitado com mais freqüência no início dos anos 70, época em que as economias de grande porte estavam experienciando uma situação crítica, ou seja, depois de 30 anos de desenvolvimento, surgiram os primeiros sinais de estagnação, inflação e desemprego.

De acordo com Hugon (1997), durante esse período, mesmo com a defasagem entre a oferta e a demanda do trabalho, o desemprego aparente não aumentou tão rapidamente quanto teria feito supor o ritmo do êxodo rural. Era então preciso explicar como os desempregados

podiam subsistir na cidade. Esse fato se devia à existência de um setor informal mal estruturado e pouco conhecido que absorvia, nas cidades do Terceiro Mundo, de 20% a 30% dos empregos e contribuía, de maneira significativa, para a circulação dos fluxos reais e financeiros nas cidades.

A partir da década de 1970, foram formuladas questões sobre a economia invisível, e seu crescimento foi mapeado, e o primeiro estudo realizado foi sobre a economia do Quênia, no âmbito de um programa de estudos de iniciativa da OIT, denominado Programa Mundial de Emprego.

Esse programa de estudos tinha como objetivo avaliar os efeitos sobre o emprego e distribuição da renda, assim como as estratégias de rápido crescimento econômico empreendidas por países retardatários no processo de industrialização. Nesse momento, tornou-se necessário explicar a persistência da pequena produção, do trabalho autônomo, de subsistência, e uma série de outras atividades econômicas pouco precisas ou dificilmente classificáveis.

O diagnóstico foi que o padrão de crescimento econômico substituto de importações, rápido e intensivo em capital derivava insuficiente oferta de empregos ante a população economicamente ativa. Conseqüentemente gerava também um expressivo excedente de mão-de-obra que não se manifestava sob a forma de desemprego, em virtude da ausência de mecanismos institucionais como seguro desemprego, mas sob a forma de trabalhos realizados em atividades organizadas em pequena escala. (CACCIAMALI, 2000, p. 155).

O termo *informal* origina-se e difunde-se a partir desses estudos realizados, e sua apreensão foi discutida através de um conjunto de características, dentre elas destacam-se: propriedade familiar do empreendimento; origem e aporte próprio dos recursos; pequena escala de produção; facilidade de ingresso; uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada; aquisição das qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino; participação em mercados competitivos e não regulamentados pelo Estado.

Esses aspectos receberam inúmeras críticas por não obedecer a nenhum rigor ou homogeneidade. A abordagem foi considerada estática, privilegiando a relação moderno/tradicional, ou seja, o setor moderno absorveria o setor tradicional como a locomotiva fez com o carrinho de mão, não conseguindo refletir a complexidade da dinâmica do processo da produção e do emprego. O setor informal foi associado aos segmentos mais pobres da população e não foram consideradas as diversas formas de inserção do trabalhador na produção. Dessa forma, de acordo com Lima e Soares (2002), nos anos de 1960 e 1970, o setor informal foi analisado como próprio dos países subdesenvolvidos, dentro de uma perspectiva dual. De um lado, o setor formal, legalizado com trabalhadores tendo acesso a direitos sociais e, de outro, um amplo conjunto de atividades chamadas de subterrâneas ou mercado negro em que atividades informais, ilegais, criminais nem sempre se distinguem.

No final dos anos de 1970, novas questões sobre a informalidade foram enfocadas, a partir da realidade dos países capitalistas centrais. As transformações ocorridas no mundo do trabalho e a desarticulação da estrutura produtiva resultaram em desemprego e precarização. Nesse contexto de crise financeira e política de endividamento, várias análises, principalmente as realizadas por instituições de Washington, viram no informal uma resposta espontânea às distorções criadas pelo Estado, ou mesmo um remédio milagroso diante da crise instalada nos países capitalistas.

O termo informal passou a exprimir atividades e práticas econômicas e/ou ilícitas com relação às normas estabelecidas pela sociedade e às leis trabalhistas.

Com isso a informalidade identifica-se com a chamada economia subterrânea ou não registrada, ou ainda, com a economia submersa ou não registrada, sendo redefinida portanto, por um critério jurídico; e não mais pelo uso de um critério econômico, como é o caso do primeiro conceito (FILGUEIRAS, 2004, p. 214).

Segundo Mello e Telles, o setor informal definido desta maneira é composto por agentes que atuam à margem da regulação do Estado e significa, em outras palavras, sonegação em seus vários aspectos (de informações relativas a receitas, compras de materiais, contratação de empregados, etc); em relação aos empregados significa atividade fora das normas da legislação trabalhista, como também atividades clandestinas (inclusive algumas ilícitas à luz do código penal - como prostituição e contrabando)

De acordo com os mesmos analistas, o setor informal passou a ser considerado uma área de sobrevivência do excedente de mão-de-obra e funcionaria como um colchão amortecedor ao absorver a mão-de-obra desempregada pela economia formal, nas fases recessivas. Este setor teria funcionalidade para o setor capitalista, pois rebaixaria o custo do trabalho ao produzir a preços menores itens da cesta ao trabalhador, assim como atenderia à demanda por bens e serviços em setores pouco atraentes, em termos de lucratividade para o capital.

Nesse momento, a informalidade deixou de ser uma questão somente dos países periféricos e passa a fazer parte das discussões e preocupações dos países centrais. Em outras palavras, a informalidade se universalizou e tornou-se então, sinônimo de flexibilização e desregulação, como também de clandestinidade.

A década de 90 caracteriza-se por um contexto de pluralidade e ambivalência provocado pelo processo de globalização e de reestruturação produtiva, resultando em altas taxas de desemprego nos países centrais e periféricos, além do aumento da precarização do trabalho, do auto-emprego ou emprego autônomo, tornando necessária uma tentativa de definição do setor informal que viesse a contemplar essa nova realidade. O conceito de emprego informal vai ultrapassar, então, o conceito de subemprego, considerando-o impróprio e superficial para descrever uma realidade complexa e móvel. O subemprego

visível não seria suficiente para descrever a diversidade das situações cobertas pelo setor informal.

A Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho, instituição não permanente que se reúne desde 1923, encarregada de formular recomendações sem caráter obrigatório – mas geralmente com aplicação – sobre normas internacionais, iniciou os debates sobre o emprego informal, considerando a realidade dos países em desenvolvimento e, ainda, as características próprias das atividades exercidas e não somente as características do indivíduo.

Em 1993, na 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho, foi aprovada a resolução relativa às estatísticas do emprego no setor informal, caracterizando o trabalho informal como:

(...) o setor informal é constituído das unidades econômicas que produzem bens e serviços em vez de criarem principalmente empregos e rendas e que trabalham em pequena escala com baixo nível de organização e uma tênue divisão entre trabalho e capital, relações de trabalho que cobrem estreitamente as relações de parentesco, relações pessoais, sociais, relações muito mais ocasionais do que permanentes contratuais e garantidas. São empresas individuais cujos ativos, despesas e compromissos, são dificilmente dissociáveis daqueles de seus proprietários. Por isso mesmo, essas empresas não visam, necessária e deliberadamente, esgueirar-se das obrigações legais e são distintas da economia dita subterrânea. (BAGNASCO, 1997, p. 69).

A partir dessa característica geral, foi construída uma definição operacional do setor informal, para permitir a observação estatística nos países onde essas atividades exerciam um papel importante na economia, tendo como partida a unidade econômica e não o trabalhador individual.

O setor informal passou a ser compreendido como as unidades que produzem bens e serviços com o objetivo de gerar emprego e renda para seus participantes, excluídas aquelas relacionadas à produção de bens e serviços para autoconsumo. Esse setor é formado por um conjunto de unidades produtivas de baixa capitalização, pouca organização, produção em

pequena escala, sem acesso a crédito. Geralmente essas unidades de produção utilizam-se de práticas obsoletas. Cabe salientar que esses critérios são utilizados pela Organização Internacional do Trabalho e embasa os estudos realizados pelo Programa Regional de Emprego para a América Latina (PREALC).

Também essa definição foi utilizada pelo IBGE em suas pesquisas sobre economia informal, sendo delimitado o setor informal às unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria, e de empregadores com até 05 empregados, independentemente do número de proprietários ou trabalhadores sem remuneração, moradores de áreas urbanas, sejam elas, as atividades principais de seus proprietários ou secundárias.

Independentemente do local, do exercício da atividade, o grau e utilização do capital fixo, a duração da atividade (sazonal, permanente ou ocasional) e o caráter principal ou secundário de seu exercício passaram a constituir setor informal as empresas individuais que respondiam aos seguintes critérios: empresas familiares ou informais de pessoas que trabalham por conta própria; empresas individuais que não empregam assalariados de maneira contínua, mas podem empregar familiares e/ou assalariados ocasionais; microempresas ou empresas de empregadores informais; empresas individuais que empregam um ou mais assalariados de maneira contínua.

Os trabalhadores externos à empresa, pessoas que trabalham como autônomos ou assalariados por conta de empresa, principalmente o trabalho em domicílio pode ser compreendido como informal.

Esta vertente metodológica apreende o setor informal a partir das unidades econômicas e com base na forma de organização da unidade produtiva, o que possibilita a definição de distintas categorias analíticas e gera interpretações diferenciadas.

Cacciamali (2000), em seu estudo, apresenta como ponto de partida para delimitar o setor informal, as unidades econômicas direcionadas ao mercado, nas quais o principal

elemento constitutivo se refere ao fato de o detentor do negócio exercer, simultaneamente, as funções de patrão e empregado e de não existir separação entre as atividades de gestão e de produção. Este recorte analítico trabalha com a apreensão de unidades produtivas, caracterizado por proprietários, trabalhadores familiares e assalariados que exercem seus trabalhos nesses determinados modos de organização.

Outros recortes mensuram o setor informal a partir da categoria de empregado sem carteira assinada ou de atividades econômicas selecionadas a priori, ou de empresas que operam com um número pequeno de empregados, ou ainda de trabalhadores que auferem baixos rendimentos.

O setor informal com base na forma de organização da unidade produtiva, pode ser analisado a partir de várias interpretações, apresentaremos duas citadas por Cacciamali (2000). A primeira trata a estrutura produtiva de uma maneira dual, na qual o setor informal representa um conjunto de firmas caracterizadas por uma constituição incipiente, onde se ocupa a maior parte do excedente da oferta de trabalho urbana, com o objetivo de gerar seu emprego e sua renda. Seus proprietários são caracterizados por escassez de capital, técnicas de produção obsoletas, baixos níveis de produtividade e sub - remuneração de suas rendas.

A dualidade se faz presente em função de constituir um mercado de capitais imperfeito, e as pequenas empresas não tem acesso a grandes investimentos. Com isso, não se implantam tecnologias avançadas e competitivas, e, conseqüentemente, não conseguem, de modo geral, compor o setor formal.

A resposta do setor público a esse tipo de segmentação é eliminar ou minimizar seus efeitos e, desta forma, busca remover os obstáculos do desenvolvimento das micro e pequenas empresas, incrementando o acesso às linhas de crédito, qualificando microempresários, agilizando canais de comercialização e criando regimes especiais fiscais, etc.

A segunda abordagem citada por Cacciamali (2000) retoma os conceitos de mudanças estruturais e de subordinação do setor informal ao processo de acumulação, e a análise é feita considerando o processo de acumulação capitalista em nível mundial, seus aspectos espaciais e institucionais, as relações de subordinação que são engendradas e suas especificidades nacionais e locais. Alguns estudiosos consideram que os atores do setor informal possam não ter como lógica a busca do lucro, mas apenas a sobrevivência de seus proprietários.

Ainda nos anos 90, desenvolveu-se no mundo capitalista, um processo de terceirização determinando o crescimento de autônomos, os quais, algumas vezes disfarçados, trabalham para empresas e se articulam com o processo produtivo desenvolvido nas atividades formais.

Nesse contexto, ampliou-se a informalidade, como consequência da transferência dos trabalhadores inseridos nas atividades formais ou legais para as atividades informais ou ilegais/não capitalistas, o que se denominou “nova informalidade”. Segundo Lima (2002), seria o retorno do ônus da reprodução da força de trabalho para a própria família e o enfraquecimento da regulação sobre o mercado de trabalho.

Essa nova informalidade está vinculada ao processo de reestruturação em curso, tanto nos países centrais quanto nos periféricos, desde os anos 80 nos primeiros, e a partir dos anos 90, nos segundos. Seu desenvolvimento está relacionado à entrada de novas pessoas na informalidade, detentoras de trajetórias profissionais constituídas nas atividades econômicas, bem como na redefinição de outras já existentes. A mudança se reflete na qualidade dos produtos e dos serviços oferecidos diretamente ao público em geral. Dessa maneira, a nova informalidade se caracteriza pela presença de novos trabalhadores informais em velhas e novas atividades, articuladas ou não, com os processos produtivos formais; ou pela presença desses trabalhadores em atividades tradicionais da velha informalidade que são por eles redefinidas.

Essa nova definição de informalidade, segundo Lima (2002), é constituída a partir da junção de dois critérios: ilegalidade e/ou atividades e formas de produção não tipicamente capitalistas. Assim, a informalidade abrange tanto as atividades e formas de produção não tipicamente capitalistas (legais ou ilegais) quanto às relações de trabalho não registradas, mesmo que tipicamente capitalistas (assalariados, sem carteira assinada). Nessa definição, a informalidade se identifica com todas as formas e relações de trabalho não fordistas, também identificadas como precárias devido à falta de proteção das leis sociais e trabalhistas reguladas pelo Estado.

Ainda para Lima (2002) a nova informalidade não representa nada de novo, se pensarmos nos países periféricos, nos quais amplos contingentes de trabalhadores sempre estiveram na informalidade e sempre dependeram da família para sua reprodução como força de trabalho. É importante considerar, também, que o processo de formalização nos países periféricos nunca conseguiu atingir a maioria dos trabalhadores, apesar do crescimento no período de 1950-1970, mas nos períodos seguintes sofreu forte declínio.

A grande questão para esse mesmo autor referir-se à da mudança de perspectiva, pois a informalidade deixa de representar algo transitório, ou mesmo um futuro desejado, para se constituir em algo definitivo e, às vezes, único para a sobrevivência de inúmeras famílias.

3.2-A INFORMALIDADE NA REALIDADE BRASILEIRA

No Brasil, as décadas de 1960 e 1970, se caracterizam por um grande crescimento urbano provocado pela saída de migrantes rurais para os centros urbanos à procura de melhores condições de vida. O crescimento acelerado de numerosos centros urbanos agravou a situação da marginalidade social, manifestando, no tecido urbano das grandes cidades, o crescimento das favelas, das atividades informais e da violência urbana.

A discussão então sobre o setor informal na América Latina, inclusive no Brasil, iniciou-se nesse período e ocorreu juntamente com a discussão sobre marginalidade e as análises sobre modernização, vista como sinônimo de urbanização acelerada e metropolização nos países da região.

Analisando a situação do Brasil, verifica-se que, no início dos anos 1980, o país experimentou um período de recessão econômica, originária da política de ajustamento estrutural implementada pelo governo. Além disso, ocorreu um grande aumento do desemprego e expansão do assalariamento sem registro e do trabalho por conta própria. Com a transição política ocorrida nos anos seguintes, houve uma pequena recuperação da economia, acompanhada da expansão do emprego registrado, como também do trabalho por conta própria.

Os anos 1990 caracterizam-se pela retração da economia, mas em 1993 iniciou-se a recuperação econômica, porém as taxas alcançadas de crescimento não possibilitaram a expansão dos níveis de emprego. O período se define pelo aumento do desemprego e diminuição do emprego industrial, provocados pela reestruturação produtiva e pelas mudanças tecnológicas e abertura da economia. A entrada de produtos importados provocou uma perda significativa da lucratividade do setor industrial e, conseqüentemente, determinou uma reorganização das empresas: desemprego, mudanças na tecnologia e organização do trabalho. A ocupação evoluiu a partir de então, com base na expansão do setor terciário, trabalhos por conta própria e por meio do assalariamento sem registro. Essas mudanças favoreceram o crescimento da renda dos trabalhadores por conta própria e assalariados sem registro.

No Brasil, esses mesmos movimentos se reproduziram em condições históricas e conjunturais específicas. Foram constatadas, na década de 1990, as maiores taxas de desemprego da história do país, e uma grande expansão do setor terciário, por meio das micro e pequenas empresas. Além disso, também observaram-se um crescimento de autônomos,

uma perda importante do crescimento industrial e o decréscimo do emprego com carteira assinada.

De acordo com estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)-2005, desde o início da década de 1980, o mercado de trabalho brasileiro tem se caracterizado por uma elevada proporção de trabalhadores sem contrato formal de trabalho. Em 1981, segundo o PNAD do IBGE, os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada já representavam cerca de 28% da população ocupada. Apesar desse número ter sofrido uma pequena elevação nos três primeiros anos da década de 1980, pode-se considerar uma certa estabilidade da informalidade ao longo desse período. No entanto, a partir de 1990, tem-se início um processo de elevação do setor informal brasileiro, totalizando um aumento de 10 pontos percentuais no final dos anos 1990.

Segundo Filgueiras; Druck; Amaral (2004), no período de 1989-98, o emprego industrial caiu em 8%; decresceu o emprego com carteira assinada em 12%; aumentou o emprego sem carteira em 7% e o trabalho por conta própria em 6%. Ainda no período, ocorreu um acréscimo do número de desempregados de 16% em média a cada ano .

O aumento da informalidade estaria mais associado a um componente estrutural do que cíclico. De acordo com análise do IPEA - 2005, a expansão de um setor caracterizado por um grau de informalidade elevado (setor de serviços) e a retração de um setor mais intensivo em postos de trabalhos formais (indústria de transformação) podem ser considerados suficientes para gerar a elevação do grau de informalidade no mercado de trabalho brasileiro.

Também foram apontados pela literatura nacional como fatores responsáveis pela elevação da taxa de informalidade no país a rigidez contratual e os custos impostos pela legislação trabalhista. A idéia geral é que da forma como está desenhada a legislação trabalhista, tanto empregadores quanto trabalhadores tem fortes incentivos à informalidade (IPEA, 2005).

Cacciamali (2000) em seu estudo reflete sobre as mudanças estruturais em andamento e faz uma análise da situação da América Latina e do Brasil no que se refere à informalidade. Apresenta três elementos que considera condicionantes da configuração da estrutura produtiva, dos mercados de trabalho e do setor informal: os processos de reestruturação produtiva; a internacionalização e a maior abertura comercial das economias e a desregulamentação dos mercados.

Segundo a autora, nos países latino-americanos ocorreram uma diminuição relativa do emprego industrial, maior expansão do emprego terciário e ampliação do setor não estruturado. De acordo com os dados da CEPAL, de cada 100 empregos gerados durante 1990/95, 84 corresponderam ao setor informal. O setor informal mais dinâmico é o das microempresas: 52% do crescimento anual no período 1990/95, isso representou 22,5% do emprego total da região frente a 20,2% em 1990. Os trabalhadores informais por conta própria também aumentaram (44%) e representaram 26,5% do total de ocupados na região.

Observa-se tanto na América Latina quanto na Europa, em proporções diferenciadas, uma desregulamentação do mercado de trabalho através de ações passivas ou ativas por parte dos governos. Essa reorganização do trabalho orienta-se para o uso flexível da jornada de trabalho, da remuneração e função e ainda para o aumento da intensidade do trabalho em escala global, ampliando, com isto, as relações e formas de trabalho díspares.

Na América Latina em especial, ao mesmo tempo em que se renovaram as relações de trabalho na busca do binômio qualidade-produtividade, através de benefícios indiretos e treinamentos, ocorreu a recriação do trabalho em domicílio, do trabalho temporário organizado através de firmas locadoras de mão – de - obra, algumas delas especializadas por ocupações (limpeza, segurança, construção, digitação, etc) ou subcontratadas diretamente na montagem de bens, produção de serviços, distribuição de bens através do comércio de rua ou ambulante. Este tipo de organização do trabalho é definido pela dinâmica empresarial, em

especial pelas grandes empresas. Incluem-se, neste quadro, a ampliação do trabalho por conta própria, em função do racionamento do emprego assalariado e ausência de políticas públicas compensatórias, a oportunidade de melhores ganhos e o estabelecimento de estratégias de sobrevivência devido às dificuldades de reemprego ou de inserção no mercado de trabalho.

O que estes estudos demonstram é que o processo de informalidade se refere a um processo de mudanças estruturais em andamento na sociedade e na economia. Esse processo também incide na redefinição das relações de produção e nas formas de inserção dos trabalhadores na produção e, ainda, nos processos de trabalho das instituições.

Assim, deve-se considerar o atual processo de informalidade associando-o às diferentes formas de inserção do trabalho que se originam dos processos de reformatação das economias mundial, nacional e local. Essas formas sejam elas novas, recriadas ou ampliadas devem ser tipificadas de tal forma a comporem categorias de análise, considerando o processo de desenvolvimento econômico, social, político em andamento.

Nesse sentido, o processo de informalidade oferece condições de análise tanto de inserções relacionadas a determinadas formas de organização da produção (trabalho por conta própria e microempresa), como podem ser captadas diferentes formas de assalariamento ilegal.

As diversas categorias do mercado de trabalho e situação ocupacional como: assalariado com registro e sem registro; conta própria; empregador; serviço doméstico; sem remuneração – que constam usualmente dos sistemas de informação sobre o mercado de trabalho, bem como outros que não contribuem para a seguridade social permitem assimilar as macromudanças em andamento na estrutura do emprego e o rendimento no mercado de trabalho.

O processo de informalidade pode ser representado e acompanhado por duas categorias de trabalhadores que são predominantes no processo: os assalariados sem registro e

trabalhadores por conta própria. É importante salientar que os seus níveis de emprego e de renda são determinados por mecanismos distintos e, com isto, tanto sua evolução quanto a análise dessas categorias não pode ser efetuada de forma conjunta.

A maior parte dos assalariados sem registro tem como característica comum a contratação sem regulamentação. Aqueles que recebem salário próximo ao mínimo não têm interesse em estabelecer um contrato legal de trabalho, pois a Constituição Federal de 1988 garante alguns direitos sociais, como saúde pública e aposentadoria mínima, sem a necessidade de contribuição para a seguridade social.

Porém, os trabalhadores não dispõem de nenhuma garantia de renda no caso de acidente de trabalho ou de algum problema de saúde decorrentes do trabalho e tampouco as compensações de renda referentes à dispensa involuntária (aviso prévio, férias proporcionais, 1/3 salário, FGTS), horas extras, resoluções dos acordos coletivos e, além disso, não podem ingressar no sistema do seguro desemprego.

A demanda por trabalho sem registro perpassa todo o espectro das firmas, porém a predominância se faz com mais freqüência em firmas menores e no trabalho por conta própria, quando ocorre a contratação de ajudantes. Há evidências, segundo Cacciamali (2000), que nos grandes centros urbanos esta categoria é composta por trabalhadores jovens, mais velhos e mulheres.

Na categoria “trabalhadores por conta própria”, o que se observa é que estes têm desempenhado atividades relacionadas a prestação de serviços, com o objetivo de se auto-empregarem. A composição principal desse grupo é de indivíduos com pouco capital financeiro ou humano e que são, simultaneamente, patrões e empregados de si mesmos. Geralmente trabalham diretamente na produção ou prestação de serviços e podem engajar familiares ou ajudantes assalariados nesse processo, como extensão de seu próprio trabalho, ou seja, prescindem de mão- de- obra assalariada permanente para seu funcionamento.

A lógica de sua participação no mercado de trabalho prende-se à sobrevivência, à obtenção de um montante de renda que permita sua reprodução e de sua família, não tendo como meta determinada a acumulação ou a obtenção de uma rentabilidade de mercado. Isso porque não possuem nem capitalização, nem organização de trabalho que lhes dêem sustentação para tais fins. Seus trabalhos e atividades se desenvolvem dentro da própria lógica das mudanças provocadas no tecido produtivo, assim como pela expansão das empresas capitalistas, pelas mudanças da estrutura de oferta e composição da demanda.

É uma estratégia de trabalho desenvolvida por indivíduos com dificuldades de reemprego, ou ingresso no mercado de trabalho, ou que se encontram inativos em famílias com renda familiar baixa, aposentados com pensões insuficientes ou baixas, indivíduos com dificuldades de se adaptarem em trabalhos assalariados; ou ainda pelo achatamento dos rendimentos afetados por fatores como a flexibilização do mercado de trabalho e pela terceirização progressiva da produção.

Em estudo realizado na cidade de São Paulo, Frúgoli (1999) chama atenção para a mudança do perfil dos camelôs da cidade, antes tradicionalmente composta por desempregados de baixa qualificação atingidos pelas demissões em massa, geralmente migrantes. Mas, posteriormente, esse espaço estaria incorporando profissionais de outras áreas, como bancários, administradores de empresa, engenheiros.

O rendimento desse grupo de trabalhadores, embora haja exceções, é inferior ao nível de renda dos empregados assalariados com registro ou sem registro. Mas dependendo do ramo de atividade, das habilidades e do mercado do qual participam, esses trabalhadores conseguem apropriar-se de rendimentos maiores do que se estivessem numa condição de empregados. Essa afirmação é mais consistente quando se trata de trabalhadores mais velhos, com menor nível de escolaridade e pouca experiência profissional no mercado de trabalho,

mas com habilidade ou experiência adquirida através da prática de ocupações por conta própria.

A capital mineira também apresenta, nesse período, um aumento significativo de trabalhadores informais que buscam, nesse tipo de atividade, alternativas de sobrevivência, em decorrência do agravamento do desemprego e da precariedade do trabalho.

Ao analisar a crescente presença de camelôs e toreros nas ruas centrais de Belo Horizonte na segunda parte deste capítulo, este trabalho se propõe a tratar o problema a partir da concepção de trabalho informal ligado fundamentalmente ao trabalho por conta própria, sem proteção social e não inserido na legislação trabalhista.

3.3– OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA REGIÃO CENTRAL DE BELO HORIZONTE POR CAMELÔS E TOREROS

Conforme analisado anteriormente, desde os fins da década de 1960, existem registros da forte presença dos camelôs na região central de Belo Horizonte. A capital, nesse período, aumentou significativamente sua população que passou de 693.328 para 1.235.030 habitantes. O aumento populacional foi influenciado diretamente pelo crescimento da indústria de bens intermediários e, nesta época, a capital se transformou no principal núcleo dinâmico do Estado. Esse fato acabou atraindo um grande número de migrantes do interior do Estado para a capital à procura de emprego e de melhores condições de vida. Segundo Frúgoli (1995), analisando a capital paulista, a maioria dos migrantes nacionais possui historicamente baixa qualificação para o trabalho industrial, e se tornam o grupo mais atingido pela instabilidade da oferta de empregos. Com o agravamento do desemprego passam a encontrar, no setor informal, as alternativas de sobrevivência, desenvolvendo atividades que vão desde empresas familiares, venda de pequenos serviços, até trabalho por conta própria e serviço doméstico.

No entanto, foi na década de 80 que ocorreu um grande aumento dessa categoria de trabalhadores, desencadeado principalmente pela crise econômica do período. O país vivenciou uma forte recessão econômica originária da política de ajustamento estrutural implementada pelo governo federal. Como já estudado anteriormente, o período foi marcado pelo aumento do desemprego, do subemprego e do trabalho por conta própria. Essa crise determinou a expansão da economia informal, que se tornou a grande alternativa de sobrevivência de inúmeros trabalhadores desempregados. Afetou, ainda, o país como um todo, inclusive Belo Horizonte, onde se observou, a partir da década de 1980, o crescimento de atividades comerciais consideradas informais e à margem da legalidade, desenvolvidas por camelôs e toreros. Essa categoria de trabalhadores passou a ocupar o espaço da região central, oferecendo uma diversificação de produtos, indo de frutas e legumes aos importados dos dias atuais. Os passeios do Centro se transformaram em verdadeiros mercados, onde os produtos comercializados passaram a ser oferecidos a preços bem inferiores aos vendidos nas lojas, desencadeando uma forte concorrência com os comerciantes já estabelecidos na região.

Concomitantemente ao trabalho do camelô, surgiu a figura do comprador do comércio informal, formado pelas classes denominadas médias e baixas que, diante da crise instalada no país, da inflação e da queda na renda e desejando continuar mantendo um certo padrão de vida e ainda acompanhar o “movimento da moda” passaram a comprar os produtos comercializados pelos camelôs. Essa condição contribuiu de maneira significativa para o incremento e crescimento da atividade.

O achatamento salarial das denominadas classes médias e principalmente da massa proletária fez com que tivessem o seu poder aquisitivo reduzido pela crise econômica, vendo-se obrigadas a adotar novos hábitos de consumo, passando a suprir suas necessidades com produtos mais baratos, como os oferecidos pelos camelôs. (COUTO, 2003, p. 81).

As atividades informais, então, principalmente a partir dos anos 1980, passaram a ser comuns na região central de Belo Horizonte. Diante de seu crescimento, tornaram-se alvo de diversas ações públicas que tentaram não somente conter seu crescimento, como também buscaram manter a organização e a ordem da região. No entanto, é importante salientar que as atividades dos camelôs sempre foram motivos de preocupação do poder público, que, ao longo de várias décadas, buscou estratégias para disciplinar e organizar essas atividades, no tocante ao uso do espaço público.

Tanto a administração pública quanto os próprios camelôs percebem a desorganização que se instaurou no centro urbano. Também a Prefeitura de Belo Horizonte reconhece que a fiscalização e os métodos de controle adotados acabaram abrindo precedentes que ferem princípios éticos. Segundo alguns relatos, é comum a extorsão dos camelôs, para não serem autuados, além de apreensão de mercadorias que não são devolvidas. (CASTRO, 2003, p. 73).

A primeira lei municipal implantada, buscando organizar as atividades informais, foi sancionada na década de 80, lei 3.481 de 17 de agosto de 1984, que conferiu aos camelôs licença para o exercício de sua atividade. Essa lei apresentou conquistas importantes para categoria dos trabalhadores informais, principalmente por garantir a prática de suas atividades no espaço da rua. Determinou ,ainda, os seguintes critérios:

- 1- exploração de bancas de camelôs em locais públicos fica condicionada a autorização prévia da prefeitura, sendo concedida em caráter provisório, pessoal e intransferível, com vigência de um ano;
- 2- pagamento de uma taxa anual que funciona como alvará de licenciamento;
- 3- as bancas ficam submetidas a padrões determinados pela Prefeitura;
- 4- a expedição da licença será condicionada a um levantamento sócio-econômico realizado por uma entidade competente;
- 5- os camelôs que comprovarem mais de cinco anos de profissão estarão isentos do levantamento sócio-econômico. (CASTRO, 2003, p. 56).

A referida lei também previa obrigações que deveriam ser consideradas pelo licenciado:

- 1- manutenção da banca e acessórios em bom estado de conservação;
 - 2- porte do cartão de identidade do licenciado;
 - 3- respeito ao espaço mínimo de 10 metros de localização entre as bancas;
 - 4- manutenção da limpeza da área em torno de cinco metros da banca;
 - 5- o licenciado não poderá explorar mais de uma banca;
 - 6- proibida a venda de verduras, alimentos preparados no local e também bebida alcoólicas ou outras;
 - 7- proibido o uso de gás liquefeito ou outras fontes energéticas.
- Caso os camelôs licenciados não cumpram a legislação estabelecida, ficam sujeitos às penalidades, que vão desde a advertência, suspensão e multa, até a cassação da licença. (CASTRO, 2003, p. 56).

Em 12 janeiro de 1994, foi sancionada a lei nº 6.505 que dispunha sobre as penalidades no caso de infração à legislação sobre o comércio nas calçadas e em vias públicas. Essa afirmou de novo que o comércio em vias públicas só poderia ser exercido ao camelô licenciado pela prefeitura e seria dada prévia advertência, multa, suspensão e cassação da licença no caso de não cumprimento das normas estabelecidas.

Já no ano de 1995, a prefeitura regulamentou as leis números 3.841 e 6505, através do decreto nº 8.402, que revelou um aspecto diferenciador com relação aos demais, pois previu a licitação trienal. Essa apresentou as seguintes determinações:

1. o comércio em vias públicas ou calçadas somente poderá ser desenvolvido através de autorização;
2. a licitação será trienal, com critérios que serão publicados em edital;
3. a secretaria Municipal de Atividades Urbanas em conjunto com as administrações regionais determinarão a quantidade de barracas, cores, modelos, dimensões e pontos para estabelecimento do comércio ;
4. a renovação da licença levará em consideração os camelôs que não tiveram pontuação negativa ou quaisquer infrações nos anos anteriores;
5. fica determinada a distância de 10 metros entre as barracas. (CASTRO, 2003, p. 57).

No trato das proibições, ficou determinado:

1. instalação de bancas ou barracas na direção da faixa de pedestres e a menos de 2 metros das esquinas;
2. instalação de bancas/barracas em frente às instituições financeiras, joalherias, órgãos de segurança, prédios públicos e prédios tombados pelo patrimônio histórico. (CASTRO, 2003, p. 57).

Segundo estudo realizado por Morais e Figueredo (2004), em 1993, a PBH cadastrou cerca de 800 camelôs, distribuiu barracas de plástico e delimitou a área onde poderiam atuar. Quatro quarteirões foram fechados e dezenas de calçadas liberadas para uso exclusivo dos ambulantes. A única restrição era a chamada “área de tolerância zero”, próxima a uma das principais avenidas da cidade – a Afonso Pena – onde a fiscalização não permitia o comércio informal. Essa determinação foi aos poucos sendo ignorada pelos camelôs, que se organizaram de forma a dividir as calçadas por tipo de mercadoria comercializada, não respeitando as determinações impostas pelo poder público.

Em pouco tempo a categoria, composta tradicionalmente por desempregados de baixa remuneração, cresceu, incorporou profissionais de outras áreas e diversificou o tipo de produto comercializado, hoje diretamente ligado ao contrabando com a venda em larga escala de eletrônicos e falsificados. No início de 2004, eles já ultrapassavam a marca dos 2 mil, apenas na região central, sendo que a grande maioria trabalhava sem a autorização do município. (MORAIS E FIGUEREDO, 2004, p. 4).

O grande aumento dos camelôs e toreros na região central da cidade acabou determinando uma grande expansão da apropriação dos espaços públicos por essas categorias, dificultando a circulação de pessoas, tirando a visibilidade das lojas, causando incômodos e gerando insatisfação aos lojistas. Além desses fatores, outros elementos segundo Lemos (2003), colaboraram para a ampliação dos conflitos entre os comerciantes formais e informais: a sujeira dos passeios, a comercialização de produtos vinculados a modismos e uma produção massiva. Os atores sociais envolvidos nos conflitos de interesses estabelecidos na região central foram representados pelos camelôs, a Câmara de Diretores Lojistas, representantes dos comerciantes formais, a Secretaria Municipal de Coordenação da Gestão Regional Centro-Sul e os Sindicatos Representativos da Categoria dos Trabalhadores Informais (Sindicato dos Camelôs do Estado de Minas Gerais e o Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal de Belo Horizonte).

3.4 –A OCUPAÇÃO DESORDENADA DA REGIÃO CENTRAL

O centro tradicional de Belo Horizonte passou a ser considerado o pólo articulador e de atração das práticas socioculturais e econômicas da capital, a partir dos anos de 1970. No entanto, para alguns analistas nessa época, a transformação econômica e cultural de Belo Horizonte deu-se mais no sentido de consolidá-la como uma metrópole periférica, aumentando pouco sua área de influência sobre as cidades de periferia mineira.

O setor de serviços cresceu no período e se organizou de forma bastante efetiva na região, buscando se instalar em áreas menos congestionadas e de fácil acesso. Esse setor caracterizado por desenvolver atividades especializadas de alto grau de sofisticação, contribuiu para impulsionar o movimento da região central no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980.

A estrutura organizacional da região metropolitana foi estabelecida através da Lei do Uso do Solo, concluída em 1976, que permitiu o uso comercial e de serviços, além dos habitacionais no centro da cidade. A lei visou à verticalização com o objetivo de atrair para o centro, populações de alta renda, preconizando a acessibilidade e as boas condições de infra-estrutura do local. De acordo com Lemos (2003, p. 224), “tais dispositivos ocasionaram um expressivo adensamento no centro tradicional e, posterior e gradativamente, no bairro Funcionários redefinindo o quadro demográfico, econômico e social dessas áreas”.

A região também foi submetida a uma reestruturação do transporte urbano, através do Projeto Pace-Metrobel, que buscou uma reorganização dos terminais coletivos e a proteção de algumas vias e quarteirões. O projeto, porém, não conseguiu conter a deterioração de alguns novos pontos e algumas vias foram submetidas a um processo de degradação sem limites.

Apesar da criação do sistema coletivo bairro-a-bairro, o número de freqüentadores e consumidores da região central não diminuiu, principalmente porque as linhas continuaram a passar pelo Centro. Dessa forma, essa região continuou a receber um grande público proveniente das classes baixa e média à procura não só da compra de mercadorias, mas também para circular pelos espaços de entretenimento e lazer.

A região central, em especial a Praça da Estação e seu entorno, que foi utilizada durante várias décadas para atividades culturais, caracterizando-se como um espaço de manifestações e constituindo um fator de dinamização da área, foi aos poucos perdendo esta característica. Somente em 1987, através de um movimento promovido pelo IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil – a discussão quanto à retomada da questão cultural da praça foi realizada e, na década seguinte, foi registrada a recuperação da Serraria Souza Pinto para atividades culturais.

As décadas de 80 e 90 se caracterizaram pela deterioração da área central, que perdeu a sua capacidade de local de permanência e transformou-se em local de passagem para as várias regiões e bairros da cidade. Lugares que nas décadas passadas eram considerados como áreas nobres, de encontro, tornaram-se locais perigosos e inseguros. O número de crianças, adolescentes, mendigos, moradores de rua, camelôs, toreros aumentou de forma significativa tornando a rua o lugar da moradia, do trabalho, da diversidade, do conflito e do medo.

O Centro passou a ser apropriado e ocupado pela população de classe baixa e, ainda, pelos excluídos, que passaram a encontrar nas ruas do Centro, o espaço da sobrevivência. As calçadas, viadutos e praças passaram a ser apropriados de forma indevida, gerando desconforto nas áreas de uso coletivo, dificultando a circulação dos pedestres e levando a intensificação no uso da rua como espaço de interesses privados, provocando a sua decadência em alguns pontos.

Para alguns analistas, ocorreram no período uma degradação e esvaziamento da área em função de um adensamento populacional e um estado de insegurança, provocado, principalmente, pela falta de políticas públicas direcionadas à região.

O Centro gradualmente perdeu sua condição lúdica e espontânea das décadas de 40 e 50 e passou a se caracterizar por uma centralidade de base econômica e funcional. Nesse contexto, novas e fragmentadas centralidades foram surgindo no tecido urbano e se multiplicando, definindo um policentrismo e destruindo a singularidade e o valor simbólico do centro.

Apesar da sobrevivência de alguns “pedaços” de territorialidade no centro, o cotidiano nervoso do final do século aponta para uma diversidade de possibilidades. Inicia-se a preponderância de uma forma de vida impessoal mais focada na natureza calculista, o metropolitano. Ao abrigar o estrangeiro, o centro ainda guarda um índice de sedução, dada a sua tendência para a impessoalidade. (LEMOS, 2003, p. 228).

Essa região então, sofreu transformações significativas, principalmente no que se refere às práticas sociais e estilos de vida. Ela tornou-se congestionada, heterogênea e em alguns pontos deteriorada, na qual a convivência entre os grupos se tornou superficial com uma forte tendência à impessoalidade e ao isolamento.

Em estudo realizado pela PBH sobre “A Percepção Ambiental sobre a Área de Estudo do Projeto Quatro Estações”, um dos entrevistados avalia um elenco de fatores e fatos históricos que contribuíram para desencadear o processo de decadência observado na região central:

Essa região da Caetés até a avenida do Contorno era importante para a cidade e foi se degradando ao longo do tempo. A região da Rua Guaicurus com a avenida Oiapoque foi sendo transformada em área de prostituição. As pessoas foram se afastando, o comércio varejista saiu, deu lugar ao comércio atacadista. O Brasil passou a ser Rodoviário, tudo começou a chegar fora do centro da cidade. Houve o esvaziamento provocado pela industrialização, fora de Belo Horizonte pela

inauguração do CEASA na década de 70. E esse processo continua. Os bancos tinham quantos mil funcionários... esse esvaziamento que começou na região acabou se estendendo para o centro da cidade. Na hora que se começa a fazer elevados, pistas de tráfego rápido... e essa nossa matriz energética em cima do diesel, que é extremamente poluente, barulhento, então houve uma deterioração das condições ambientais da área. Você tem um modo econômico, uma maneira econômica naufragando, uma sustentação econômica indo embora. Mudaram hábitos, hoje ninguém mais compra tecido, compra é roupa pronta. Mesmo se as enchentes não tivessem ocorrido, era só uma questão de mais cinco ou seis anos, porque o processo já estava iniciado e aqueles grandes atacadistas de tecidos estariam saindo dali a mais tempo ou menos tempo. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2001, p. 19. Relatório da Oficina de Planejamento Participativo).

Então pode-se perceber que até meados do século XX, essa área foi intensamente ocupada, apresentando um inchaço e um adensamento populacional. Porém, na última década, a região central foi praticamente desabitada e, de acordo com dados dos censos demográficos de 1991 e de 2000 do IBGE, a população que habita a região central atualmente é de pouco menos de 1% do total do município, ou seja, cerca de 18 mil habitantes. O perfil etário dos habitantes é de pessoas acima de 40 anos.

Além da queda do número de habitantes, como já citado anteriormente, a região central sofreu, ainda um decréscimo significativo do comércio formal, as vendas do setor vêm diminuíram, principalmente a partir do início do século XXI, demonstrando sintomas de decadência econômica. Para Lemos (2003, p. 223), “não se pode indicar que o comércio formal de rua, apesar do descenso, se encontre em processo de extinção”. Segundo a autora, o Centro perdeu significativamente a sua hegemonia centenária, sendo que a principal causa se relaciona ao fenômeno dos *shoppings centers* e à inclusão das lojas de departamento e dos supermercados.

Nas últimas décadas do século XX, uma nova centralidade foi criada na região do bairro Funcionários, cognominada Savassi, para atender principalmente aos moradores da zona sul da capital. Os fatores que mais contribuíram para a criação dessa nova centralidade estão relacionados às boas condições de localização, com acessibilidade próxima ao Centro e

aos bairros da zona sul, à legislação permissiva e ao baixo valor do solo em relação ao centro tradicional.

A paisagem da Savassi se transformou em um curto espaço de tempo em função do alto investimento imobiliário e se consolidou como centro alternativo ao centro tradicional. Na década de 80, alcançou o *status* de mais sofisticado centro alternativo de consumo da Capital, direcionado para os nobres consumidores da cidade, através de um comércio de requinte, privilegiando artigos de luxo e venda de grifes famosas.

Uma nova configuração urbana se consolidou na região central com o advento da Savassi que para muitos, passou a ser um verdadeiro cartão postal da cidade. Esta nova região ampliou seus valores simbólicos e tornou-se o lugar do lazer, do encontro, do entretenimento e do comércio. O centro tradicional tornou-se estritamente funcional e lugar de passagem, e somente grupos de baixo poder aquisitivo passaram acessar o lazer e entretenimento oferecidos na região. Observou-se mais uma vez a segregação social, ou seja, a fronteira entre os mais ricos com maior poder aquisitivo, e os outros consumidores do centro tradicional com menor poder de compra.

Cabe destacar também nesse período, a construção de *shopping centers* dotados de ótima infra-estrutura, que possibilitou aos usuários da classe média e alta suprirem suas necessidades, sem precisar freqüentar a área central. Com essa mudança, pessoas de maior poder aquisitivo deixaram de transitar pelas ruas centrais, preferindo os *shoppings* pela comodidade e segurança oferecidas. Muitos estabelecimentos tradicionais também se transferiram para os *shoppings*, buscando se adequar à nova realidade, mas muitos também faliram, diminuindo ainda mais a atração pelo comércio da região central.

No início da década de 90, a Savassi se transformou, assim como o Centro, em uma área multifuncional fundamentada na diversidade dos serviços e tornou-se também um centro

de consumo e de negócios. Esta nova condição da Savassi causou alguns impactos no Centro, dentre eles, a redução no número de áreas construídas para fins de negócios e comércio.

Apesar da política de descentralização incrementada pelo poder público nas últimas décadas, buscando a formação de novas centralidades, o centro tradicional não perdeu sua hegemonia funcional ou cultural e manteve o volume de consumo de seus espaços. A centralidade da Savassi se tornou uma complementaridade ao centro tradicional, principalmente na dinamização do setor de serviços.

A cidade chegou, aos primeiros anos do século XXI, carregando as marcas de um processo de ocupação direcionado pela implementação, por parte do poder municipal, de políticas com o objetivo de diminuir a violência e a ocupação desordenada das ruas do centro pelos camelôs e toreros. A cidade estava dividida por barreiras invisíveis, que impediam a circulação e o acesso da população de forma igualitária aos seus espaços. Segundo Araújo (2004, p. 77), “foram estabelecidas barreiras invisíveis ou o acesso à área central da cidade para os segmentos mais pobres da população e a sociedade contemporânea estabeleceu barreiras simbolicamente invisíveis”.

A região central passou a apresentar sintomas de um processo de decadência socioeconômica, principalmente pela diminuição de investimento do setor de serviços na área. Também ocorreu uma redução nos segmentos do comércio de varejo e consumo, assim como nos estabelecimentos voltados para o setor financeiro e de negócios mais sofisticados.

O Centro, atualmente, de acordo com Lemos (2003), pode ser caracterizado a partir da perda da qualidade de vida local, seguida da perda de grande parte do dinamismo do setor de serviços. No entanto, apesar de a capital apresentar uma rede dinâmica de pólos, observa-se que o Centro tradicional não perdeu sua hegemonia. A região central ainda mantém, segundo dados, um acentuado dinamismo econômico e é o principal pólo social atrativo, apesar de não

ser a referência sociocultural primordial, tendo em vista a expansão de inúmeras outras atividades e espaços de diversão e lazer.

Concluindo, o Centro tradicional de Belo Horizonte constituiu um espaço das elites durante as primeiras décadas do século XX e, devido à ocupação desordenada de seu espaço e outros fatores como a própria diminuição relativa de investimentos públicos em sua infraestrutura, queda de seu uso habitacional, estagnação no ritmo das construções, começou a passar por um longo processo de deterioração urbana acompanhada pela intensificação da “apropriação privada” de seu espaço público e do abandono das camadas sociais de maior poder aquisitivo, que passaram a buscar outros espaços da cidade para residirem e consumirem.

A crescente ocupação do uso do espaço público por parte de agrupamentos sociais na região central da metrópole, dentre eles os camelôs e toreros, que passaram a utilizar-se das ruas da cidade como uma estratégia de sobrevivência e/ou a busca de um melhor padrão de vida, contribuiu de maneira significativa para a sua deterioração e diversificação. De acordo com Araújo (2004, p. 79) “o que se percebe é a redefinição de usos e funções dos espaços públicos a partir da forma como passam a ser utilizados pelas pessoas que nelas se instalam, apropriando-se deles como locais de trabalho e/ou moradia”. Assim, os espaços públicos transformam-se em lugares, a partir dos usos que os sujeitos que o ocupam passam a desenvolver neles, e é nesses espaços que esses sujeitos estabelecerão relações sociais e afetivas.

Com o objetivo de revitalização do centro da cidade, a partir 2002, a Prefeitura de Belo Horizonte, em parceria com a iniciativa privada, iniciou o desenvolvimento de vários projetos voltados à requalificação social, cultural, urbana, ambiental da região central da capital. No próximo capítulo, serão analisadas as ações desencadeadas para a recuperação da área central e os impactos provocados pelas mesmas.

4 - A CONSTRUÇÃO DOS *SHOPPINGS* POPULARES E O PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO DA REGIÃO CENTRAL DE BELO HORIZONTE: IMPACTOS DAS MUDANÇAS

Neste capítulo será apresentado, inicialmente, o hipercentro de Belo Horizonte, espaço de concentração das classes populares e do trabalho informal na metrópole, com intuito de localizar e mostrar a complexidade e organização dessa região. Pretende-se enfocar alguns aspectos relevantes dessa área, sua estruturação, as suas principais características e ainda seus problemas mais importantes.

No segundo momento do capítulo, será analisada a intervenção na área central da cidade Belo Horizonte, realizada pelo poder público em parceria com a iniciativa privada a partir de 2001, que teve como objetivo, recuperar, organizar, valorizar a região e ainda reativar o comércio local, resgatando o uso de seu espaço público pela população. Também faz parte deste estudo a análise das mudanças provocadas por essas ações, dentre elas a retirada dos camelôs e toreros da região, enfocando os aspectos positivos e negativos desencadeados pelo processo de requalificação da área central.

Ainda será desenvolvida uma análise da pesquisa de campo realizada nos quatro primeiros *shoppings* populares inaugurados no período de 2003 a 2004 com a apresentação dos resultados das entrevistas feitas com os camelôs, que para lá foram transferidos. Procurar-se-ão levantar alguns aspectos do trabalho dos camelôs desenvolvidos nas ruas, o grau de sociabilidade e a rede de relações estabelecida nesse espaço e ainda as principais mudanças ocorridas com a transferência para os *shoppings* populares. Também será analisada a relação

estabelecida entre a categoria, o poder municipal e os donos dos *shoppings*, além de alguns aspectos da representação coletiva e a opinião e avaliação sobre a atuação da prefeitura em relação à transferência dos camelôs para os *shoppings* populares. Um outro enfoque do estudo será fazer uma descrição dos *shoppings* populares apresentando alguns aspectos de sua organização interna, estruturação e localização.

4.1-O HIPERCENTRO DE BELO HORIZONTE

O hipercentro é considerado a área delimitada pelas Avenidas Bias Fortes, Praça Raul Soares, Avenida Álvares Cabral, Rua dos Timbiras, Parque Municipal, Avenida Francisco Sales, Rua Itambé, Rua Sapucaí, Avenida do Contorno e Rodoviária. A região funciona como eixo integrador com os demais espaços metropolitanos, devido, principalmente, à circulação diversificada de transportes coletivos, concentrando o maior fluxo de pedestres e veículos automotivos. A população residente ou usuária é favorecida pela acessibilidade e pela infraestrutura do local, que apresenta um comércio diversificado e um amplo setor de serviços.



MAPA 01: Hipercentro de Belo Horizonte
 Fonte: Plano de Ação para o Hipercentro -PBH

De acordo com o Plano de Ação do Hipercentro, organizado pela PBH em 2000 “a região é a principal articuladora do sistema viário do município de Belo Horizonte e o local de maior convergência e de trocas entre deslocamentos originados nas diversas regiões de Belo Horizonte e dos municípios da Grande BH”. (PBH , 2000, p. 04).

O Plano Diretor da PBH, em 2000, definiu o hipercentro como:

(...) uma área preferencial para a implantação de projetos especiais, visando a preservação do patrimônio e a melhoria de sua qualidade ambiental, das condições de segurança e de circulação para pedestres; um local de acesso privilegiado para o transporte coletivo e para o resgate das calçadas como espaço para circulação de pedestres; uma área da cidade que, pela grande concentração de edificações e espaços de interesse cultural, torna-se privilegiada para a implantação de políticas de valorização, proteção e promoção do patrimônio. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2000, p. 13-14. Plano de Ação para o Hipercentro).

No hipercentro concentra-se uma diversidade de atividades, abrigando a maior parte dos setores financeiro, de comércio e serviços da capital, além do uso residencial. Possui um dos mais altos índices de aproveitamento dos lotes e tem como característica a verticalização de suas construções. No entanto, a região apresenta um esgotamento de áreas para novas edificações, o que restringe a possibilidade de expansão.

A violência é considerada um dos principais problemas enfrentados pela população que frequenta o hipercentro e reside nele e, ainda, há a falta de estacionamento, além das opções de lazer que outrora seduziam os boêmios serem escassas e o fechamento do comércio ocorrer, impreterivelmente, ao cair da noite. Ainda podem ser destacados como problemas enfrentados pela área: elevados índices de poluição sonora, atmosférica e visual; ausência de padronização e inadequação do mobiliário urbano; atividades que transbordam os estabelecimentos comerciais (mesas, bancas e vitrines); dificuldade de carga e descarga;

disputa do espaço viário entre pedestres, veículos coletivos e particulares que circulam pela área e a ausência de atratividade e de comunicação visual das fachadas.

De acordo com o Plano de Ação do Hipercentro realizado no ano de 2000, foram apontados como problemas, além dos já citados, as seguintes questões:

Conflitos sócio-econômicos:

- comerciantes e camelôs;
- camelôs, toreros e ambulantes;
- moradores/lojistas e grupos ligados à contravenção e à prostituição;
- freqüentadores e população de rua.

Conflitos entre ações e políticas setoriais:

- transporte/trânsito e patrimônio;
- abastecimento e patrimônio;
- geração de renda(feiras e camelôs) e requalificação dos espaços. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2000, p. 11. Plano de Ação para o Hipercentro).

Mesmo com todas essas deficiências, o Centro da capital continua atraindo um número cada vez maior de belo-horizontinos. Conforto, comodidade, facilidade de deslocamento para qualquer ponto da cidade e, é claro, preços mais acessíveis são alguns dos argumentos de quem opta por viver e freqüentar o coração da cidade em meio à poluição sonora e ao fluxo intenso de pessoas.

O hipercentro simbolicamente é o “coração” de Belo Horizonte e, por isso, tem uma vitalidade urbana importante, no sentido de atrair a população e manter-se permanentemente em funcionamento. É ainda no hipercentro, que se encontram algumas das referências simbólicas mais importantes da cidade consideradas pela população(Praça da Estação, Mercado Central, Parque Municipal, Palácio das Artes) e é também o local dos conflitos de maior complexidade.

4.2-O PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DA REGIÃO CENTRAL

A fim de recuperar a área central, o poder público desenvolveu ações no início do século XXI buscando reativar as funções de moradia e lazer, incentivar a simultaneidade de usos, recuperar o patrimônio arquitetônico e replanejar o sistema viário, dentre outras.

A intervenção na área central se fez também com o objetivo de restabelecer a possibilidade de convivência entre os diversos segmentos e com a definição de regras para restringir a intensidade do uso em algumas ruas e incentivá-lo em outras.

Como diretrizes para a requalificação da região central, o Plano Diretor de 2000 definiu a necessidade de implantar políticas de valorização, proteção e promoção do patrimônio em função da concentração de edificações e, ainda, de espaços de interesse cultural. Apresentou como metas: a permanência e o desenvolvimento do uso residencial, restituindo boas condições de moradia, de permanência e encontro; a preservação do traçado original do plano de Aarão Reis, buscando a revitalização de marcos, espaços públicos históricos, turísticos e culturais; a recuperação ambiental e a priorização da circulação de pedestres, garantindo-lhes segurança e conforto; garantia de melhores condições para o pleno desenvolvimento das atividades comerciais, principalmente no que se refere à segurança e acesso aos estabelecimentos; a promoção da melhor integração do comércio informal à estrutura urbana do hipercentro; adequação e padronização do mobiliário urbano, respeitando especificidades de imagem urbana local; promoção da melhoria da qualidade ambiental através da despoluição visual da paisagem, do incremento das áreas verdes e da recuperação dos conjuntos urbanos tombados.

Dentre as ações gerais para o hipercentro, definidas pelo Plano Diretor, foi apontada a organização do comércio informal. Para o desencadeamento desse trabalho, foi prevista a mudança dos trabalhadores informais para outros locais e a desocupação dos

espaços públicos. A organização das atividades informais teve como objetivo resgatar os espaços públicos a fim de garantir a circulação dos pedestres, assim como desenvolver o lazer e a permanência das pessoas na região central da cidade.

Além disso, o plano se preocupou com a questão da segurança e previu a ampliação de projetos de iluminação e locais de vigilância em parceria com a Polícia Militar e a criação de Agência de Desenvolvimento e Promoção do Hipercentro, com o objetivo de estabelecer uma sinergia entre os diversos grupos interessados em contribuir com a melhoria da qualidade urbana.

Em 2003, foi criado pela Prefeitura de Belo Horizonte um Programa de Requalificação da Área Central de Belo Horizonte, denominado “Centro Vivo¹”. Este programa tem como metas criar condições de reforçar o papel dessa área como centro simbólico da cidade e do Estado; valorizar a diversidade de suas atividades, consolidando-a como local de encontros de todos, e, ainda melhorar as condições de funcionamento do comércio local e suas condições ambientais. Para isso, buscou-se incentivar a renovação das edificações e a valorização do patrimônio.

De acordo com a Secretaria Municipal da Coordenação de Política Urbana e Ambiental da Prefeitura de Belo Horizonte, a requalificação de que trata o Programa Centro Vivo se refere à recuperação não somente dos espaços físicos, como também dos espaços públicos - ruas e avenidas - além da preservação do patrimônio construído e da melhoria e manutenção da infra-estrutura. A requalificação tem, ainda, como preocupação a qualidade ambiental, a valorização da paisagem urbana, a melhoria das condições de mobilidade, a obtenção de condições adequadas de segurança. Ela pretende também repovoar a área com moradias permanentes, oferecendo boas condições de vida para a população que optar por viver nessa região.

¹ O Programa Centro Vivo ainda está em vigor na região central de Belo Horizonte e várias ruas continuam sendo refromadas.

As diretrizes principais do programa Centro Vivo se caracterizam pela interdisciplinaridade e os principais eixos traçados estão relacionados à: inclusão e revitalização econômica, inclusão social, requalificação urbanística e ambiental, valorização da memória cultural e a segurança, que inclui a melhoria da circulação de pedestres e transporte coletivo. Nas diretrizes do programa é apontada a implementação de ações de incorporação da população de rua, adultos, crianças e adolescentes, criando-se um vínculo entre as propostas de intervenção e a geração de oportunidades de inclusão social e econômica.

Dentro das ações desencadeadas pelo Programa Centro Vivo foi criado o projeto “É bom trabalhar no Centro de BH” que apresentou como objetivos, a melhoria da oferta de empregos no centro da cidade, a partir de sua potencialização e diversificação; a capacitação de trabalhadores do comércio com o intuito de ampliar as condições deste setor se expandir e se qualificar no centro da cidade; a organização do comércio na região central, tornando-o mais adequado e atrativo para o consumidor; a promoção da inclusão de trabalhadores no mercado formal, por meio da capacitação e a criação de melhores condições de trabalho para o centro, com o oferecimento de creches e instalações de qualidade para os comerciantes.

As primeiras intervenções direcionadas à organização do comércio no hipercentro da capital foram realizadas em julho de 2003, através da sanção do Código de Posturas elaborado pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, que determinou a retirada dos camelôs das ruas e calçadas da região central. Essa legislação foi baseada em debates ocorridos na II Conferência de Política Urbana, realizada em 2002, na qual se discutiu a ocupação das ruas por camelôs e toreros e ainda foi analisada a reivindicação dos comerciantes, incomodados com a presença do trabalho informal, considerado para eles, uma concorrência desleal. É importante salientar que, nessa Conferência, os delegados, em sua maioria compostos por líderes comunitários,

aprovaram a retirada dos camelôs do centro da cidade e sua transferência para *shoppings* populares que seriam construídos. Nessa Conferência foi acordado, ainda, que os centros de compras populares seriam instalados em locais de grande circulação de pessoas e que a concessão do uso do espaço não seria gratuita. Além do *shopping* popular, os camelôs, nesse processo, conquistaram outros benefícios, como a manutenção do diálogo com a PBH e a criação de projetos de capacitação profissional.

É importante salientar que, em 2002, antes de ser sancionada a lei, a PBH encomendou uma pesquisa a fim de levantar locais onde poderiam ser instalados os *shoppings* populares. No entanto, as opções apresentadas foram rejeitadas pelos camelôs, que temiam perder a clientela conquistada nas ruas. Apesar da resistência, a PBH levou adiante a proposta de retirada dos camelôs e para efetivá-la contou com a parceria e o investimento da iniciativa privada.

Então, por meio de uma parceria da Prefeitura Municipal com a iniciativa privada foram criados os *shoppings* populares na região central da capital, com o objetivo de recolocar os camelôs e toreros em atividade no centro da cidade. De acordo com dados da PBH, foram transferidos, no período de 2003 a meados de 2005, 1772 camelôs e toreros que atuavam nas ruas centrais da capital, sendo construídos, no período quatro *shoppings* populares: *Shopping* Oiapoque, *Shopping* Tupinambás, *Xavantes Pop Shopping* e *Shopping* Caetés. Ainda a PBH desapropriou um espaço para ampliação do *shopping* Caetés, que passou a abrigar mais 295 camelôs no final de 2005.

Também foram construídos, no ano de 2005, mais dois *shoppings* populares, *Shopping* Tocantins, na rua dos Caetés, e *shopping* Araguari, no bairro Barro Preto. Esse primeiro *shopping*, segundo informações da PBH, será administrado pela prefeitura, apresentando um grande diferencial em relação aos outros, que são administrados pela iniciativa privada.

De acordo com Jornal Estado de Minas de 08 fevereiro de 2006, no período de 2003 ao final de 2005, foram transferidos das ruas da região central da cidade, para os *shoppings* populares 2.358 camelôs e toreros, restando somente 13 camelôs nas ruas, na data em que foi escrita a matéria.

Além da transferência dos camelôs e toreros para os *shoppings* populares, outras ações relacionadas à requalificação do centro que fazem parte do Plano Diretor da metrópole já foram executadas ou encontram-se em andamento, dentre elas pode-se destacar: a recuperação de passeios, recomposição paisagística, melhoria da iluminação, recuperação do patrimônio histórico e cultural.

À medida que foram executados os projetos de requalificação do espaço público, como a transformação em praça dos quarteirões fechados das Ruas Carijós e Tamoios, antes ocupados pelos camelôs, alguns resultados foram percebidos, como o aumento de 10% na procura por imóveis residenciais no Centro e ainda foi constatada a queda de seis para quatro meses, no ano de 2005, do prazo para locação de imóveis comerciais. A devolução das calçadas ao público com a transferência dos camelôs para os *shoppings* populares, o Projeto Olho Vivo² que instalou a vigilância eletrônica em pontos estratégicos, reduzindo a criminalidade e a violência, a reforma das praças 7 de Setembro e da Estação, a recuperação das calçadas de ruas de grande movimentação transformaram o centro de Belo Horizonte num local mais aprazível. Também faz parte do projeto a recuperação de prédios abandonados, já que, de acordo com o levantamento da PBH, em 2003 havia 30 prédios desabitados e deteriorados pela ação do tempo ou inacabados no hipercentro. Reflexo do abandono, as condições legais e estruturais de cada uma dessas construções foram estudadas detalhadamente por técnicos da PBH, com o objetivo de retomar as obras, estimulando a

² Projeto Olho Vivo –projeto criado pelas parcerias do Governo do Estado de Minas Gerais, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e Câmara de Diretores Lojistas em 13/12/2004 com o objetivo de diminuir a violência e criminalidade na região central de Belo Horizonte. Por meio do projeto, foram instaladas 72 câmeras de monitoramento por vídeo nos pontos de maior movimentação e concentração de pessoas na região central

iniciativa privada a adaptar antigos prédios comerciais para moradias ou, dependendo da localização, criar estacionamentos, uma das maiores carências da área central.

Na conclusão do estudo realizado por Frugoli (2000), sobre a centralidade de São Paulo, o autor considera que a recuperação da área central é por si só insuficiente do ponto de vista da inserção das classes populares, e o que vem ocorrendo sistematicamente nas cidades que desenvolvem esse tipo de trabalho é a exclusão de vários atores sociais, dentre os quais, aponta o autor, os camelôs, população de rua e desempregados. O autor ainda sinaliza que as intervenções urbanas são abertamente contra as classes populares e os pobres, sob uma hegemonia empresarial em que os interesses públicos são constantemente subordinados aos interesses privados. Também Arroyo (2004) em seu estudo, discute essa questão e apresenta sua análise da seguinte forma:

O que se nota é que a relação entre as intervenções urbanas de larga escala e as alianças estratégicas entre o poder público e setores do capital tiveram, por muitas vezes, a característica de expulsar setores populares, “classes perigosas”, do que poderíamos chamar de centralidade da cidade, áreas que passam a representar um “ideal” de cidade, com modelos de ocupação aceitos mundialmente. Em vários casos, principalmente nas cidades brasileiras, muitas experiências de intervenção nos espaços referenciais, não necessariamente representam uma inserção internacional ou no processo de globalização. A transformação urbanística em larga escala de centros tradicionais passa, em alguns casos, por discursos de construção da cidade imaginária capaz de fazer parte de um ideal de espaços reabilitados em escala internacional. (ARROYO, 2004, p. 20).

Como o processo de requalificação da região central da capital mineira não terminou, o presente trabalho abordou somente uma parcela desse processo. Mas, a partir do segundo momento deste capítulo, vamos direcionar nossa análise para o processo de criação dos *shoppings* populares (uma das ações do Programa de Requalificação), sua organização interna e funcionamento e ainda, os impactos dessas mudanças para os camelôs e toreros que foram transferidos para os *shoppings* populares, buscando levantar os aspectos positivos e negativos da transferência.

4.3- A CRIAÇÃO DOS *SHOPPINGS* POPULARES: ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA

Em 22 de agosto de 2003, por meio do decreto 11.424, foi dado início a criação dos *shoppings* populares na capital mineira. O decreto determinou, como utilidade pública para fins de desapropriação, três imóveis situados na primeira seção urbana da capital, a fim de permitir à municipalidade a implantação de *shoppings* populares. O primeiro shopping inaugurado foi o Oiapoque, que entrou em funcionamento em agosto de 2003.

Em 30 de dezembro de 2003, com a lei de nº 8728, foi instituída a “Operação Urbana do Conjunto Arquitetônico da Avenida Oiapoque” com a finalidade de contribuir para a requalificação da área inserida na Zona Hipercentral. A operação previu a recuperação do conjunto arquitetônico tombado existente no quarteirão 32, antiga fábrica de cerveja, de forma a disponibilizar o espaço para atividades de interesse público relacionadas ao lazer, à cultura e à economia popular. O projeto teve, ainda como objetivo, a implantação de terminal de ônibus na Avenida Oiapoque e o tratamento urbanístico do entorno. A lei determinou, também, mecanismos compensatórios às entidades da iniciativa privada participantes da Operação Urbana :

- I - a autorização da Transferência do Direito de Construir, nos termos do Capítulo I, do Título IV da Lei nº7.165/96, do saldo do potencial construtivo dos lotes integrantes do quarteirão 32 (trinta e dois) da Primeira Seção Urbana -imóvel gerador -para terrenos inseridos na Zona Central de Belo Horizonte -ZCBH- e Zona Adensada -ZA;
- II - alteração do coeficiente de aproveitamento do terreno formado pelos lotes 4-A,4-B, 4-C e 11 a 21, do quarteirão 002-A, da Segunda Seção Suburbana para 1,6 (um inteiro e seis décimos) desde que esse potencial construtivo adicional seja resultado da aquisição de potencial construtivo originário do imóvel gerador descrito no inciso I deste artigo.

Ao proprietário gerador do imóvel compete, de acordo com a lei, promover a recuperação do conjunto arquitetônico tombado; destinar a edificação a atividades de lazer, cultura ou economia popular, desde que em sintonia com a política de requalificação da área central e oferecer apoio a essas atividades por meio dos serviços necessários.

Assim, por meio da “Operação Urbana do Conjunto Arquitetônico da Avenida Oiapoque” foi criado o Shopping Popular Oiapoque, e hoje considerado o de maior sucesso. A inauguração desse centro de compras foi em agosto de 2003, anterior ao Código de Posturas do município, e localiza-se à Avenida Oiapoque, 176, Centro. Possui três entradas na Avenida Oiapoque, todas bem sinalizadas, largas e movimentadas e, possui, ainda, uma entrada pela avenida dos Andradas, um pouco menor que as demais e, também, menos movimentada. Seu prédio, local onde anteriormente funcionou uma fábrica de cerveja, destaca-se dentro do conjunto arquitetônico da região e foi tombado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Histórico do Município em 1991. Em 2000, uma nova legislação foi publicada, dando proteção à antiga cervejaria e oferecendo novas condições para a restauração da edificação.



FIGURA 01: Entrada do *Shopping Oiapoque*

Fonte: Acervo Pessoal



FIGURA 02: Entrada lateral do *Shopping Oiapoque*
Fonte: Acervo Pessoal

O imóvel, então de propriedade da Ambev, foi vendido para um empresário, que o comprou com objetivo de transformar suas ruínas em um “camelódromo”. Suas instalações foram reformadas, além da Avenida Oiapoque ter passado por ampla revitalização.

Na região em torno do *shopping*, existem vários prostíbulos e bares com péssima aparência, ela é considerada por muitos como uma zona perigosa e degradante. O espaço é freqüentado por um público marginalizado, como alcoólatras, prostitutas, drogaditos, traficantes e ladrões. Esse aspecto é relevante, pois prejudica a dinâmica do funcionamento do *shopping* no sentido de limitar a freqüência mais assídua dos possíveis consumidores, principalmente aqueles provenientes da classe média. Entretanto, é importante salientar que mesmo a região tendo esse aspecto negativo, o *shopping* recebe um bom público da classe média, porém no caso das mulheres, essas geralmente vão ao local acompanhada por amigos e/ou parentes. Dessa forma, o espaço apresenta uma circulação de pessoas muito significativa, porém a limitação apontada anteriormente está relacionada à necessidade do acompanhante, o que restringe uma freqüência mais assídua.

Vários pontos de ônibus localizam-se em frente ao *shopping*, já que uma estação BH BUS foi instalada na Avenida Oiapoque, e, com isso grande número de pessoas embarcam e desembarcam todos os dias no local. Além disso, o shopping é bem divulgado sendo articuladas várias propagandas na mídia e um jornal de anúncios fica exposto, gratuitamente, em suas entradas e em vários pontos do mesmo.



FIGURA 03: Rua Oiapoque onde está localizado os *Shoppings* Oiapoque e Xavantes
Fonte: Acervo Pessoal

Os primeiros boxes instalados no local se destinaram aos 180 camelôs que atuavam na própria Avenida Oiapoque, onde funcionava uma feira conhecida por ser atacadista. Apesar da resistência de alguns, a transferência foi considerada “pacífica”. As reclamações estavam relacionadas à falta de alvará de funcionamento, de um projeto de prevenção e combate a incêndio e falta de banheiros. No entanto, após as primeiras semanas de adaptação, os camelôs perceberam a pequena mudança ocorrida, ou seja, as vendas se mantiveram e os clientes continuaram procurando por eles, agora com mais segurança.

De acordo com informações da PBH, foram remanejados para o local 650 trabalhadores informais. Destes, 112 eram portadores de deficiência física que atuavam na Rua Carijós, esquina com Rua Curitiba. Porém, no trabalho de campo, fomos informados de que o número de boxe chega hoje a 1800.

Internamente, o Oiapoque é tão ou mais confuso como quaisquer outros *shoppings* populares de Belo Horizonte. Há vários setores distribuídos em vários corredores e identificados por cores, algumas escadas e rampas e a sinalização não o faz de forma precisa. Outro ponto interessante diz respeito às diferenças existentes entre os vários setores: alguns são espaçosos, os corredores são largos e os boxes são maiores, outros, porém, têm corredores muito apertados – verdadeiros “becos” – os boxes são pequenos e muito próximos uns aos outros. Há, ainda, uma parte descoberta onde está sendo construído um telhado. No shopping há vários restaurantes e lanchonetes próximos uns dos outros; ou seja, há uma praça de alimentação. Há banheiros que, como nos demais *shoppings*, são pagos pelos consumidores e, gratuitos para seus “empreendedores”.



FIGURA 04: Pátio II do *Shopping* Oiapoque
Fonte: Acervo Pessoal



FIGURA 05: Parte interna do *Shopping Oiapoque*
Fonte: Acervo Pessoal



FIGURA 06: Segundo andar do *Shopping Oiapoque*
Fonte: Acervo Pessoal



FIGURA 07: Segundo andar do *Shopping Oiapoque*
Fonte: Acervo Pessoal

Os produtos vendidos no Oiapoque são aqueles comercializados em todos os outros *shoppings* populares (roupas, cds, brinquedos, calçados, acessórios para celular, etc.) com apenas um diferencial no que diz respeito aos eletroeletrônicos. No *shopping* Oiapoque são encontrados desde os produtos de baixo preço, como rádios a pilhas e fones de ouvido (o que o torna comum aos outros *shoppings*) até os de alto valor comercial e de grande tecnologia, como dvd's portáteis, câmaras digitais, filmadoras e acessórios/suprimentos de informática, bolsas e bijuterias que imitam marcas famosas, tais como *Louis Vuitton*, *Pólo*, *Hugo Boss* o que o diferencia enormemente dos demais.

Muitos afirmam que o sucesso do Oiapoque está relacionado ao fato de ainda ser um *shopping* atacadista, como a antiga feira. Outros, que seu sucesso se deve às propagandas feitas, e outros afirmam serem ambos fatores a causa de tanto êxito. É interessante salientar que o segundo andar desse *shopping*, com exceção de pouquíssimas lojas, por não ter o mesmo destaque em vendas que o primeiro piso, não compartilha desse sucesso.

Vale pontuar, ainda, que o *shopping* Oiapoque é hoje freqüentado por vários segmentos sociais, sendo seus consumidores, desde outros “empreendedores” ou toreros, que compram no atacado, até consumidores da classe média que compram no varejo atraídos por seus baixos preços e variedade.

O “Xavantes Pop *Shopping*” foi o segundo a ser inaugurado, juntamente com o *shopping* Tupinambás, em agosto de 2004. Está localizado na Rua Curitiba, 149, Centro, com 293 boxes e duas entradas, uma no endereço acima e a outra em frente ao *Shopping* Oiapoque. O Xavantes está situado entre as Ruas São Paulo e Curitiba e a Rua Oiapoque e possui pequena extensão. Esse *shopping* ainda tem como referência a proximidade com a Rodoviária e a estação do metrô “Lagoinha”.



FIGURA 08: Fachada externa do *Shopping* Xavantes
Fonte: Acervo Pessoal



FIGURA 09: Fachada externa do *Shopping Xavantes*
 Fonte: Acervo Pessoal

O sorteio das vagas para ocupação do *shopping Xavantes* ocorreu em julho de 2004 e a transferência para ele aconteceu em 9 de agosto de 2004. Foram sorteadas 200 vagas para camelôs e toreros cadastrados.

Sobre a degradação moral do local, tudo que descrevemos acerca do *shopping Oiapoque* anteriormente, serve para caracterizar o entorno do Xavantes, isso porque ambos possuem localizações semelhantes.

A Rua Oiapoque, onde se localiza uma das entradas do *shopping*, foi amplamente revitalizada dentro do programa “Centro Vivo”, tornando-se ampla e devidamente sinalizada. Seus passeios foram reformados e a estação de ônibus BH BUS foi implantada no local. Essas ações proporcionaram uma melhora significativa no aspecto visual da rua, que ficou mais agradável, minimizando um pouco o estigma do local.

O *shopping Xavantes* tem poucos boxes no seu piso térreo, que praticamente não existe, pois sua área de construção encontra-se no segundo piso. A entrada pela Rua Curitiba possui uma rampa e em uma de suas laterais foram instalados alguns boxes. Na entrada da rua Oiapoque existe um boxe instalado próximo a uma escada de dois lances que dá acesso ao

shopping. Essa peculiaridade dificulta a sua visualização limitando, de alguma forma, o acesso dos consumidores ao local.



FIGURA 10: Entrada do *Shopping Xavantes* pela Rua Oiapoque
Fonte: Acervo Pessoal



FIGURA 11: Entrada do *Shopping Xavantes* pela Rua Curitiba
Fonte: Acervo Pessoal

Internamente percebe-se uma outra particularidade do Xavantes, que é ter somente um andar, assim, os boxes estão todos no mesmo nível, mas, como nos outros *shoppings*

visitados, a organização interna é confusa. A numeração dos boxes não é linear, não existe sinalização para a localização das saídas, dos banheiros, dos bebedouros e da administração; já o banheiro é público e tal como os outros *shoppings* somente os empreendedores têm gratuidade em sua utilização. Esse centro de compras não possui lanchonete e nem restaurantes; e os produtos comercializados não diferenciam muito dos outros *shoppings*, concentrado-se na venda de roupas, relógios, cds, eletroeletrônicos, bolsas, sapatos, brinquedos.

Após sua inauguração, o *shopping* recebeu mais 93 boxes. A área ampliada se diferencia significativamente da outra área do *shopping*, tendo uma estrutura física bem melhor, tanto no que se refere ao piso quanto à pintura e à iluminação.

Durante a pesquisa de campo foram encontrados 24 boxes fechados, alguns à venda e outros disponibilizados para aluguel.



FIGURA 12: Boxes fechados no *Shopping Xavantes*
Fonte: Acervo Pessoal

Os corredores centrais têm uma circulação significativa de consumidores e percebe-se uma boa movimentação de clientes nos boxes. Porém, em alguns pontos, principalmente em suas laterais, observa-se uma circulação quase mínima de pessoas.



FIGURA 13: Parte interna do *Shopping Xavantes*
Fonte: Acervo Pessoal



FIGURA 14: Parte interna do *Shopping Xavantes*
Fonte: Acervo Pessoal

O *Shopping* Tupinambás foi inaugurado em 09 de agosto de 2004, e o sorteio dos boxes ocorreu em julho do mesmo ano. Está localizado na Rua Rio Grande do Sul nº 54, antigo prédio da Mesbla Veículos, em uma região pouca movimentada, quando comparada com a circulação de pedestres presentes nos outros *shoppings* populares. Possui entradas por todas as ruas e avenidas que o circundam, facilitando o acesso dos pedestres. Assim, as entradas estão localizadas na Av. do Contorno, Rua Rio Grande do Sul e Rua Tupinambás. Apesar de o shopping se localizar nas mediações do Terminal Rodoviário de Belo Horizonte, seu acesso para o pedestre é dificultado, seja pela distância, seja pelo comércio local. Isso porque esse comércio é pouco atrativo para grande maioria dos consumidores, limitando-se a lojas do ramo de auto-peças, material elétrico e pesca.



FIGURA 15: Entrada do *Shopping* Tupinambás pela Rua Tupinambás
Fonte: Acervo Pessoal



FIGURA 16: Entrada do *Shopping* Tupinambás pela Rua Rio Grande do Sul
Fonte: Acervo Pessoal



FIGURA 17: Entrada do *Shopping* Tupinambás pela Av. do Contorno
Fonte: Acervo Pessoal

Tentando aumentar a movimentação de pedestres na região, a PBH transferiu alguns pontos de embarque e desembarque de ônibus para as proximidades do Tupinambás. De

acordo com entrevista realizada com o gerente dos Centros de Comércio Popular da PBH, essa medida foi tomada atendendo a uma reivindicação dos empreendedores populares.

Para o Tupinambás foram transferidos 767 camelôs e toreros cadastrados no período de 1998 a novembro de 2002. Mas, de acordo com a pesquisa de campo, alguns entrevistados declararam que o número de camelôs presentes no shopping reduziu consideravelmente, e que, no momento, há no local cerca de 120 camelôs e toreros .

Como os demais shoppings populares, o Tupinambás apresenta uma organização interna muito confusa, apesar da área construída ser ampla. Durante a pesquisa de campo, foi observado que a administração do shopping tentou estruturar melhor o funcionamento do espaço, criando um sistema de setorização por meio de uma divisão espacial do local, usando cores diferentes e uma numeração específica para cada cor. Essa iniciativa, entretanto, não obteve um resultado esperado, já que a localização dos boxes foi dificultada devido à existência de várias lojas com a mesma numeração, variando somente a cor, o que não é facilmente percebido por todos que circulam no local.

A distribuição dos boxes se faz em dois pavimentos, sendo que o segundo pavimento é dividido com o estacionamento. Esse deixou de funcionar a partir de agosto de 2005 devido à preparação do local para a instalação de uma empresa de *Call Center*. É importante salientar que, para alguns empreendedores, esse fato representa uma perda, pois o estacionamento para clientes era considerado um grande diferencial do *shopping* e atraía consumidores, principalmente da classe média. Já para outros empreendedores, a instalação daquela empresa proporcionaria a vinda de um número significativo de funcionários, que se caracterizariam como potenciais consumidores, alavancando as vendas locais.

Diferentemente dos outros *shoppings*, o Tupinambás possui corredores largos, facilitando a circulação dos consumidores e, além disso, em alguns pontos foram colocados bancos para descanso, oferecendo um maior conforto ao público que frequenta o espaço.



FIGURA 18: Parte interna no *Shopping Tupinambás*
Fonte: Acervo Pessoal



FIGURA 19: Parte interna no *Shopping Tupinambás*
Fonte: Acervo Pessoal

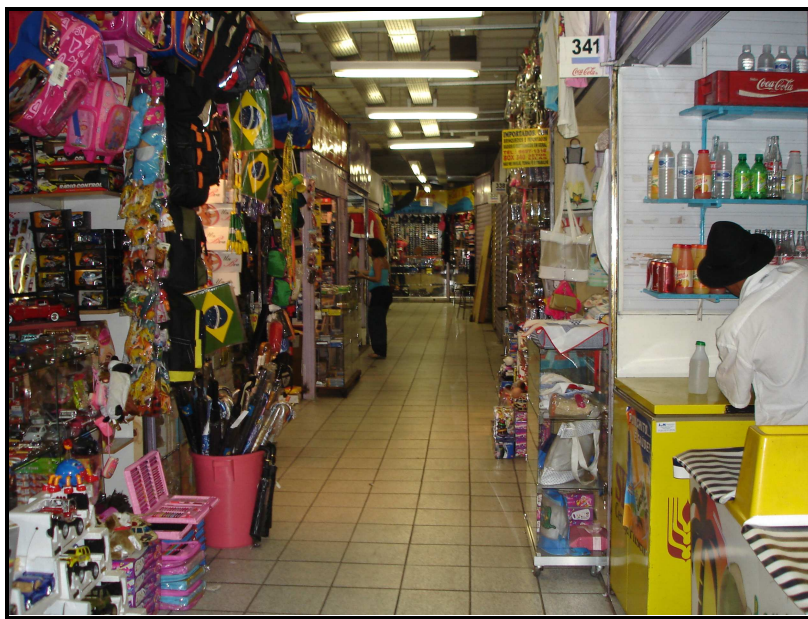


FIGURA 20: Parte interna no *Shopping Tupinambás*
Fonte: Acervo Pessoal

Quanto à circulação de clientes, o primeiro piso apresenta uma movimentação melhor em comparação com o segundo que hoje encontra-se praticamente desativado. O *shopping* apresenta, ainda, uma particularidade importante que diz respeito à grande variedade de mercadorias. Durante a pesquisa foram encontrados no local, além dos habitualmente encontrados em outros *shoppings* os seguintes itens: artesanatos, livros usados, cabeleireiro, ervas, comida, lojas de utensílio, produtos naturais, pedras e couro.

O *shopping* Caetés foi o quarto a ser criado, localizado na Rua dos Caetés 466, limitado pelas Ruas São Paulo e Rio Janeiro e com entradas pela Avenida Santos Dumont e Ruas Rio de Janeiro e Caetés, foi inaugurado em 05 de dezembro 2004 e teve seus boxes sorteados no mês de novembro. Do total de 155 boxes, 18 foram destinados a portadores de deficiência visual e 137 foram destinados a camelôs e toreros que atuavam na Rua Carijós, esquina com Rua Curitiba.

Sua localização pode ser considerada como a melhor em relação aos *shoppings* populares, devido à sua centralidade, ao movimento presente nas ruas mencionadas. Tais ruas concentram um grande número de lojas e ainda várias linhas de ônibus trafegam com embarque e desembarque de passageiros.



FIGURA 21: Rua Caetés revitalizada
Fonte: Acervo Pessoal



FIGURA 22: Rua Caetés onde está localizado o *Shopping Caetés*
Fonte: Acervo Pessoal

A Rua dos Caetés foi beneficiada pelo programa “Centro Vivo” e passou por uma grande requalificação, tendo seus passeios reformados e alargados; os prédios históricos da rua tiveram suas fachadas pintadas, e houve um grande esforço para controlar a poluição visual do espaço. Dessa forma, a rua tornou-se mais ampla, facilitando a movimentação e circulação dos pedestres e, além disso, o comércio e imóveis localizados na área tornaram-se mais valorizados e atraentes.

As entradas do Caetés possuem cada uma sua particularidade, sendo que a entrada pela Avenida Santos Dumont – em expansão – caracteriza-se por ser ampla, aberta, com várias portas e bem iluminada. Já a entrada da Rua dos Caetés apresenta-se de forma não comercial, com uma fachada externa sóbria, pouca atrativa, estreita e mal iluminada, com um corredor longo, vazio e ocupado por uma floricultura que não caracteriza bem os produtos comercializados nos *shoppings* populares. Cabe ressaltar, ainda, que a fachada externa e a placa que sinaliza o shopping não se destacam no conjunto arquitetônico local. A entrada pela Rua Rio de Janeiro é também estreita com somente uma porta e um grande degrau; além disso, no quarteirão do shopping a movimentação de veículos é pequena. Porém apesar disso, os boxes localizados na entrada comercializam mercadorias típicas de um shopping popular.



FIGURA 23: Entrada do *Shopping* Caetés pela Rua Caetés
Fonte: Acervo Pessoal



FIGURA 24: Entrada do *Shopping Caetés* pela Av. Santos Dumont
Fonte: Acervo Pessoal



FIGURA 25: Fachada externa do *Shopping Caetés* pela Av. Santos Dumont
Fonte: Acervo Pessoal

A estrutura interna do shopping é confusa: com poucas placas indicativas – as existentes não cumprem bem o seu papel – há muitas rampas e escadas que dificultam a locomoção de pessoas; há muitos corredores; a organização das lojas é mal feita; existem vários pisos em níveis diferentes e uma iluminação precária agravada pela pintura escura e o

piso rústico. O shopping possui um restaurante, bebedouros e banheiros públicos pagos pelos clientes e são gratuitos para os “empreendedores”.

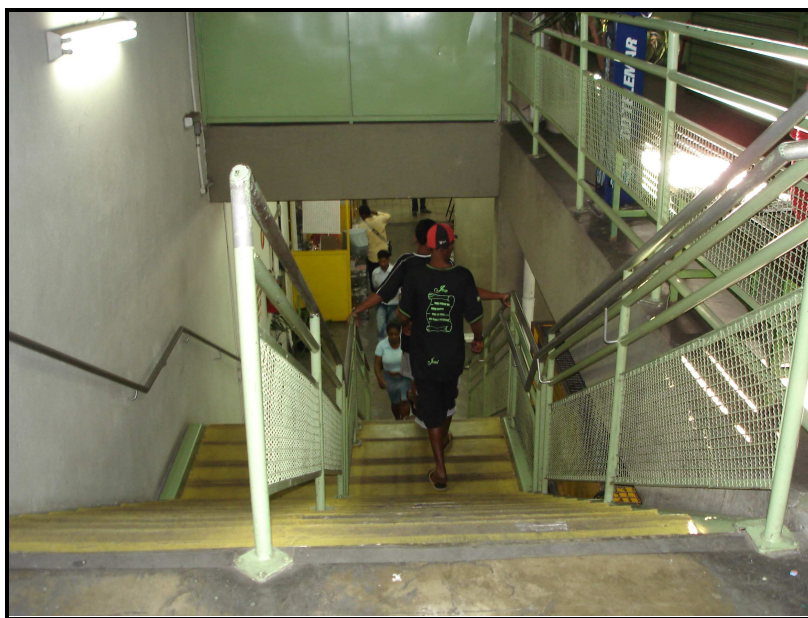


FIGURA 26: Parte interna do Shopping Caetés

Fonte: Acervo Pessoal



FIGURA 27: Parte interna do Shopping Caetés

Fonte: Acervo Pessoal



FIGURA 28: Parte interna do *Shopping Caetés*
Fonte: Acervo Pessoal



FIGURA 29: Parte interna do *Shopping Caetés*
Fonte: Acervo Pessoal

No *shopping*, os produtos mais comercializados são roupas (algumas de fabricação própria), brinquedos, relógios, bolsas, acessórios para celulares, material de pescaria, bordados, flores, cds, livros infantis, óculos, bijuteria e eletroeletrônicos de baixo preço. É interessante pontuar que, ao se fazer uma pesquisa de preço de alguns produtos

comercializados nesse centro, percebeu-se que o valor cobrado encontra-se mais alto do que aqueles ofertados em outros *shoppings* populares.

Durante a pesquisa de campo observou-se uma pequena movimentação e circulação de pessoas dentro do shopping e um grande número de boxes fechados, quase 50% deles.

A organização do comércio informal foi normatizada por meio do decreto 12.025, de 19 de abril de 2005, que regulamentou a Operação Urbana Centros de Comércio Popular. Essa operação havia sido instituída pela lei Nº 9058, que efetivou a instalação de boxes conforme as exigências do Chamamento Público. Essa lei, aprovada pela Câmara Municipal em dezembro de 2004, e sancionada em 14/01/2005, autorizou a transferência do direito de construir os boxes instalados nos *shoppings* populares, e permitiu aos donos dos imóveis a venda desse direito de construir, de cada metro quadrado dos boxes, podendo ultrapassar em até 20% o potencial construtivo do imóvel. Ou seja, para cada metro quadrado de boxe, puderam ser gerados três metros quadrados de potencial construtivo. De acordo com o Jornal *Hoje em Dia* de 26 de janeiro de 2005, só no Shopping Tupinambás onde estão instalados 1.104 boxes, serão gerados direitos de construir 9.204 metros quadrados referentes a 767 boxes, e o proprietário do *shopping* pode lucrar, com a venda dos direitos, cerca de R\$9,2milhões, caso consiga vender por R\$1mil o metro quadrado. Além de ganhar dinheiro com o direito de construir relata o jornal, os donos dos “camelódromos” faturarão com o aluguel dos boxes e com o pagamento da taxa de condomínio.

O funcionamento dos *shoppings* populares se faz através de um regulamento denominado Regulamento de Centro de Comércio Popular, que tem por finalidade atender à demanda do comércio informal do Município, e capacitar os Empreendedores Populares para atuarem no mercado de trabalho. Entende-se pelo regulamento como Empreendedor Popular a pessoa física, civilmente capaz, que exerce atividade lícita, por conta própria e sem relação de emprego, mediante prévia e expressa autorização da Secretaria Municipal da Coordenação de Gestão Regional Centro-Sul e abrange camelôs, toreros e artesãos. O empreendedor popular, ocupante do boxe, ainda é portador de autorização conferida pela Administração Municipal, titular proprietário da loja com alvará de funcionamento, dentro do espaço do Shopping

Popular, e também é responsável pelo pagamento dos valores das taxas decorrentes da atividade, além dos encargos previstos no contrato de locação. Além disso, são de inteira responsabilidade do Empreendedor Popular a identidade e a procedência dos produtos por ele comercializados.

Os *shoppings* populares são gerenciados por um Conselho Gestor composto por três membros, com a seguinte composição: um representante do Município de Belo Horizonte; um representante do locador; um representante eleito entre os Empreendedores Populares e Lojistas, e a Coordenação do Conselho Gestor será exercida pelo representante do Município de Belo Horizonte. Os membros do Conselho Gestor não farão jus a qualquer espécie de remuneração, e deliberarão sobre qualquer assunto dos Shoppings Populares, cabendo ao Coordenador o voto de desempate.

A utilização dos boxes nos shoppings se efetivará mediante autorização da Secretaria Municipal da Coordenação de Gestão Regional Centro-Sul, sendo considerada onerosa, pessoal e intransferível. Entretanto essa autorização pode ser revogada a qualquer tempo, a critério da Administração Municipal, se sobrepujar motivo de interesse público e se for alterada a destinação para a qual foi permitida ou por qualquer infração ao disposto no regulamento, não garantido ao interessado qualquer tipo de indenização.

O regulamento apresenta como de inteira responsabilidade do empreendedor popular e lojista o pagamento do valor correspondente aos encargos provenientes do funcionamento e operacionalização, tanto da área ocupada quanto das áreas de uso comum do shopping, como aqueles relacionados à água, esgoto, energia elétrica, limpeza, portaria, higienização, desratização, manutenção, conservação, serviços de informação de mercado, instalação e operação de sistema de sonorização e telefone, seguro contra incêndio, bem como outros encargos que vierem a ser instituídos pelo Conselho Gestor.

O regulamento ainda define, no capítulo referente às proibições, dentre várias outras que, é vedado aos empreendedores populares sob pena de perda de direito da autorização, ceder, arrendar, locar, sublocar, trocar, emprestar e vender a área objeto da autorização a

terceiros, como também, manter o boxe fechado por mais de 24 horas sem autorização do grupo gestor.

4.4 -PERFIL DOS ENTREVISTADOS

A pesquisa de campo, de caráter qualitativo, foi realizada nos shoppings Caetés, Tupinambás, Oiapoque e Xavantes, sendo entrevistados 43 empreendedores populares³, que desenvolveram atividades informais nas ruas da região central de Belo Horizonte e, posteriormente, foram transferidos para os *shoppings* populares. Nesse item será analisada essa categoria de trabalhadores, a fim de buscar conhecê-los enquanto trabalhadores informais, suas relações de sociabilidade nas ruas e nos *shoppings*, as principais dificuldades encontradas no desenvolvimento do trabalho, as relações estabelecidas com o poder público e a iniciativa privada, e a própria dinâmica de funcionamento da atividade informal, tanto nos *shoppings* quanto nas ruas.

A fim de mapear o perfil dos entrevistados serão apresentados alguns dados relacionados às características pessoais e ao trabalho formal, anteriormente desenvolvido. É importante salientar que a pesquisa não se propõe a desenvolver uma análise quantitativa dos dados, mas demonstrar alguns aspectos considerados relevantes do perfil dos entrevistados.

Pretendem-se levantar, ainda, os impactos da transferência para os *shoppings*, e responder a algumas indagações que fizeram parte do projeto de pesquisa: Havia satisfação em trabalhar na rua? O que significa ocupar ou mesmo apropriar-se de um espaço que é público? Quais os principais ganhos e/ou perdas com a mudança para os *shoppings* populares? Qual a avaliação dos empreendedores com relação à política urbana implementada pelo poder municipal, que determinou a desocupação das ruas?

³ De acordo com o Regimento da PBH, para funcionamento dos shoppings populares, o camelô, ao ser transferido para esses centros comerciais, passa a ser denominado empreendedor popular(ver anexo)

SHOPPING OIAPOQUE
(Total de entrevistados: 13)

Origem	Sexo	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Nº de filhos
Interior de Minas Gerais: 07 Belo Horizonte: 03 Outros estados: 03	Masculino: 09 Feminino: 04	De 20 a 60 anos Maioria entre 31 e 40 anos	Casados: 06 Solteiros: 04 Separado: 02 Viúvo: 01	Ensino fundamental incompleto: 03 Ensino fundamental completo: 02 Ensino médio incompleto: 02 Ensino médio completo: 03 Ensino superior incompleto: 02 Sem informação: 01	Com filhos: 09 Sem filhos: 04

SHOPPING CAETÉS
(Total de entrevistados: 09)

Origem	Sexo	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Nº de filhos
Interior de Minas Gerais: 06 Belo Horizonte: 02 Outros estados: 01	Masculino: 05 Feminino: 04	De 33 a 68 anos Maioria entre 37 a 51 anos	Casados: 05 Solteiros: 03 Viúvo: 01	Ensino fundamental incompleto: 06 Ensino fundamental completo: 01 Ensino médio completo: 02	Com Com filhos: todos

SHOPPING XAVANTES
(Total de entrevistados: 11)

Origem	Sexo	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Nº de filhos
Interior de Minas Gerais: 04 Belo Horizonte: 05 Outros estados: 02	Masculino: 09 Feminino: 02	De 19 a 44 anos Maioria entre 21 e 30 anos	Casados: 03 Solteiros: 07 Separado: 01	Analfabeto: 01 Semi-analfabeto: 01 Ensino fundamental incompleto: 02 Ensino fundamental completo: 03 Ensino médio completo: 03 Sem informação: 01	Com filhos: 07 Sem filhos: 04

SHOPPING TUPINAMBÁS
(Total de entrevistados: 10)

Origem	Sexo	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Nº de filhos
Interior de Minas: 08 Outros Estados: 02	Masculino: 06 Feminino: 04	De 20 a 30 anos: 01 De 40 a 50 anos : 04 De 60 a 70 anos: 02 De 70 a 80 anos: 02 Sem dados: 01	Solteiros: 01 Casado: 05 Viúvo:01 Separado: 02 Sem dados: 01	Analfabeto: 01 Ensino fundamental incompleto: 04 Ensino fundamental completo: 03 Ensino médio completo: 02	Com filhos: 09 Sem filhos: 01

Os dados do Quadro 01 mostram que, dentre os trabalhadores entrevistados, 29 eram homens e 14 eram mulheres com idade variando entre 20 anos a 80 anos, predominando a faixa etária de 21 a 40 anos. Assim, os dados sinalizam que a grande maioria dos entrevistados encontra-se em idade de plena capacidade produtiva e em condições de inserção no mercado de trabalho formal. A participação desse grupo no mercado mostra que o trabalho informal se transformou numa estratégia do trabalhador de se manter empregado com algum tipo de rendimento. Segundo Sena (2002, p. 113), “tal situação pode configurar a existência de mudanças internas na estrutura dos grupos de trabalhadores que formam o mercado de trabalho informal”.

A maioria dos entrevistados é natural do interior do Estado que, seguindo uma tendência muito observada em outras capitais, migrou do interior para a capital à procura de emprego e de melhores condições de vida. Os entrevistados declararam que vieram para Belo Horizonte ainda jovens e, inicialmente, não tinham intenção de exercer atividades informais, pois vieram buscar um emprego que lhes oferecesse um bom rendimento. Esse deslocamento para a capital à procura de oportunidades de trabalho tornou-se um fato comum principalmente entre as décadas de 1970 e 1980, período de desenvolvimento e expansão da metrópole. O tempo médio de residência desse grupo na cidade é de 25 anos, sendo que alguns chegaram na década de 1950. Além disso, observa-se que é pequeno o número de migrantes de outros estados brasileiros; já os nascidos em Belo Horizonte podem ser considerados um número significativo.

Quanto ao estado civil foi encontrado um número muito próximo de casados e solteiros, sendo 19 casados, 15 solteiros, 05 separados e 03 viúvos, porém, a grande maioria dos entrevistados, em número de 36, possui filhos e somente 07 disseram não tê-los, sendo a média de 02 filhos por família. Esse dado revela que a grande maioria dos entrevistados tem uma família para manter, e dessa forma, a atividade informal não se baseia somente na satisfação das necessidades individuais, mas no provimento de seus familiares.

Pode-se observar, ainda, o baixo grau de escolaridade desses trabalhadores: a maioria (18 entrevistados) possui o ensino fundamental incompleto e somente 02 entrevistados disseram que estão estudando no momento; 09 entrevistados têm o ensino fundamental completo; 11 possuem o ensino médio completo; 02 possuem o ensino médio incompleto; 02 possuem o superior incompleto. É importante salientar que muitos dos entrevistados declararam ter-se inserido no mercado de trabalho muito jovens, e essa inserção precoce pode ter sido responsável pelo comprometimento de sua vida escolar. Isso porque sem tempo para estudar, se desmotivaram e, conseqüentemente, abandonaram a escola.

Além da baixa escolaridade, poucos entrevistados têm formação específica, ou mesmo se profissionalizaram em alguma área de trabalho. Aqueles que apresentaram conhecimento ou mesmo habilidade se referiram a áreas pouco valorizadas no mercado, como por exemplo, cobrança de anúncio, vendedor, soldador, torneiro mecânico e costureira, dentre outras. Constata-se que a baixa qualificação das pessoas e a falta de profissionalização podem ser elementos importantes para o ingresso no mercado informal, principalmente por ser uma área de trabalho que exige pouca qualificação e pequeno investimento financeiro.

SHOPPING OIAPOQUE			
Tipo de Vínculo empregatício antes do ingresso no trabalho informal	Profissões exercidas no mercado formal	Tempo de Trabalho no mercado formal	Motivos de Desligamento do trabalho formal
Com carteira assinada: 10 Sem carteira assinada: 03	Vendedor, auxiliar de enfermagem, vigilante, técnico em contabilidade, pintor de automóveis, costureira, metalúrgico	De 07 meses a 22 anos Média: 08 anos	Baixos salários, busca por melhores condições de vida, aposentadoria por invalidez, término de contrato
SHOPPING CAETÉS			
Tipo de Vínculo empregatício antes do ingresso no trabalho informal	Profissões exercidas no mercado formal	Tempo de Trabalho no mercado formal	Motivos de Desligamento do trabalho formal
Com carteira assinada: 07 Sem carteira assinada: 02	Vendedor, torneiro mecânico, soldador, balconista	De 02 anos a 25 anos Média: 10 anos	Problemas de saúde (alcoolismo, lesão por esforço repetitivo); baixos salário, relacionamento ruim com a chefia
SHOPPING XAVANTES			
Tipo de Vínculo empregatício antes do ingresso no trabalho informal	Profissões exercidas no mercado formal	Tempo de Trabalho no mercado formal	Motivos de Desligamento do trabalho formal
Com carteira assinada: 07 Sem carteira assinada: 03 Sem informação: 01	Trabalhador rural, balconista, repositor de supermercado, diarista, vendedor, sapateiro, cobrador de pequenos anúncios, servente de pedreiro, vendedor de picolé e vendedor de banca de revista	De 07 meses a 13 anos Média: 05 anos e seis meses	Redução do quadro de empregados, pedido de demissão, salários baixos, condições precárias de trabalho
SHOPPING TUPINAMBÁS			
Tipo de Vínculo empregatício antes do ingresso no trabalho informal	Profissões exercidas no mercado formal	Tempo de Trabalho no mercado formal	Motivos de Desligamento do trabalho formal
Com carteira assinada: 07 Sem carteira assinada: 03 Sem informação: 01	Loja de conserto em celular, vidraceiro, marceneiro, encarregado de serviços gerais, carregador empregada doméstica, comerciário, ourivesaria	De 06 meses a 35 anos Média: 14 anos	Perda salarial, alcoolismo, falência

Quadro 02 : Experiência no mercado formal de trabalho

Fonte: do próprio autor

O Quadro 02 indica que a maioria dos entrevistados desenvolveu atividades no mercado de trabalho formal antes de ingressar na informalidade. De acordo com os dados

coletados, fica também evidenciado que os entrevistados que trabalharam com vínculo empregatício, antes de ingressarem no sistema informal, desenvolveram funções que exigiam pouca ou nenhuma qualificação e, conseqüentemente, a remuneração era reduzida. Assim, a baixa escolaridade dos entrevistados, dado apresentado na tabela anterior, tem uma relação direta com a falta de profissionalização, juntamente com a pouca qualificação.

A média de tempo de trabalho com carteira assinada pode ser considerada alta e os motivos de desligamento, em sua maioria, estão relacionados a baixos salários, condições precárias de trabalho, problemas de saúde, relacionamento com a chefia, busca de melhores condições de vida, demissão, dentre outros. Os desligamentos dos trabalhadores, de acordo com os relatos, aconteceram principalmente na década de 1990, período de agravamento da crise econômica brasileira. A recessão econômica brasileira, juntamente com o processo de reestruturação produtiva determinou no país, inclusive em Belo Horizonte, o aumento do desemprego, a redução da renda, a deterioração das condições de trabalho, o crescimento de atividades terciárias precárias e a própria informalização. Outras questões importantes serão analisadas no decorrer do capítulo.

4.5-O TRABALHO DOS CAMELÔS NAS RUAS DA REGIÃO CENTRAL DE BELO HORIZONTE

A opção pelo trabalho de camelô, de acordo com os relatos, se fez em função de vários fatores, dentre eles: falta de emprego, dificuldade de inserção no mercado formal acrescido da baixa escolaridade e falta de qualificação; problemas de saúde que dificultavam o ingresso no trabalho formal; ganhos financeiros recebidos no mercado formal insuficientes para a manutenção de suas despesas básicas e o desejo de manter um determinado nível de vida; interesse pelo negócio próprio acrescido da liberdade e da autonomia permitida pela

atividade; necessidade de cuidar dos filhos; influência e incentivo de familiares e amigos que atuavam nas ruas, e a própria facilidade no desenvolvimento da atividade, que exigia pouco investimento financeiro e nenhum tipo de qualificação específica.

Nos depoimentos a seguir, três entrevistados exemplificam a opção pelo trabalho informal da seguinte maneira: “...para quem não tem leitura a melhor profissão é o camelô, pois não precisa de estudo. Precisa somente tratar bem o cliente”. (Depoimento Verbal).⁴

Em outro relato o entrevistado declara: “.. comecei a trabalhar como camelô há mais ou menos dois anos Na rua há dois anos atrás eu conseguia tirar R\$ 1.000,00, e na firma eu conseguia tirar R\$ 240,00 líquido” . (Depoimento Verbal)⁵.

Em outro depoimento, o informante revela “cansei de enriquecer os outros e aí eu fui para a rua”. (Depoimento Verbal)⁶, explicitando seu desejo de romper a relação empregado-empregador. Tem-se, assim, uma certa imagem do trabalho informal, que, geralmente, está muito longe de refletir a realidade, ao considerá-lo sem a relação de dominação e exploração, com bons rendimentos e com uma grande flexibilidade na jornada de trabalho. Essa condição não passa muitas vezes de um grande mito criado em torno das atividades informais, não retratando a realidade e estrutura interna da organização das mesmas.

Percebe-se que os principais motivos apresentados para o início da atividade na rua estão relacionados à baixa escolaridade; à dificuldade de se inserir no mercado formal; ao desejo de ter uma melhor remuneração e, conseqüentemente, uma melhor condição de vida; à facilidade de desenvolver a atividade informal; à possibilidade de conciliação do trabalho com a educação dos filhos e a autonomia no sentido de ser dono de seu próprio negócio. Além disso, vale observar que vários entrevistados optaram pelo trabalho informal devido à influência de membros da família, como tios, irmãos, avós, que tiveram êxito nesse tipo de atividade e, por conseguinte, foram estimuladores e incentivadores para o ingresso, além de

⁴ Entrevista concedida por Usuário, em 01/08/2005.

⁵ Entrevista concedida por usuário do *Shopping Caetés*, 01/08/2005.

⁶ Entrevista concedida por usuário do *Shopping Oiapoque*, em 23/08/2005.

orientá-los em relação à dinâmica de funcionamento do trabalho nas ruas. Alguns entrevistados, desde criança, acompanhavam seus pais ao local de trabalho, ou seja, permaneciam na rua, ajudando-lhes no desenvolvimento das atividades. Dessa forma, essas crianças acompanharam toda uma trajetória de trabalho dos pais e mesmo que esses desejassem que os filhos buscassem outras oportunidades de trabalho com mais estabilidade e *status* social, os entrevistados, em grande parte, por falta de melhores oportunidades e a própria necessidade de sobrevivência seguiram a carreira dos pais. Dessa forma,

as razões da formação do setor informal não estão vinculadas somente à capacidade da produção industrial oferecer maior ou menor oferta de empregos, embora o setor se intensifique em períodos de grande desemprego. Tal conjunto de atividades se insere em costumes arraigados da cultura popular. (FRÚGOLI, 1995, p. 31).

O tempo de permanência dos camelôs nas ruas variou entre sete meses a 26 anos, sendo que a maioria trabalhou numa média de 10 anos. Cabe ressaltar que, para uma grande parte, o tempo de trabalho na rua coincide com o tempo de afastamento do mercado formal e, no geral, o ingresso na atividade se fez nas décadas de 80 e 90 e alguns no início do ano 2000.

Uma questão a ser destacada quanto à atividade do trabalho nas ruas era o fato de que, todos os dias, havia a necessidade de retirar as mercadorias e de um espaço para guardá-las. No que se refere ao armazenamento, o mesmo era feito em pontos de baixo valor imobiliário, como depósitos, estacionamentos, pequenas salas e lojas, sempre localizados na região central, e próximos ao local de montagem das barracas. Havia um gasto mensal que variava entre R\$150,00 a R\$200,00 com a locação do espaço para guardar a mercadoria e para o pagamento de pessoas que transportavam os produtos e desmontavam as barracas. O trabalho de apoio relacionado à montagem, desmontagem, transporte e armazenamento das mercadorias, geralmente era feito por outros trabalhadores, prestadores de serviço, que formavam uma rede extensa e que foi dissolvida com a transferência dos camelôs para os

shoppings populares. A estrutura de apoio ao trabalho do camelô construída nas ruas era formada por carregadores, funcionários das barracas, fornecedores, locatários das salas, estacionamentos e “puxadores”. Os trabalhadores que desenvolviam essas atividades estavam numa condição de grande exclusão, com pequenas possibilidades de inserção no mercado de trabalho e o rendimento proveniente dessas atividades garantia condições mínimas de sobrevivência. Assim, a transferência dos camelôs para os *shoppings* determinou o fim da estrutura criada em torno do trabalho informal nas ruas, já que não existem mais puxadores, guardadores. Através do relato a seguir, nota-se a gravidade dessa situação: “Os camelôs perderam, e a estrutura perdeu, agora não existem mais funcionários, puxadores, guardadores. Eu já vi puxador meu batendo carteira aqui na porta. Não há ganhos, foi uma troca, ganhamos o comércio, e as ruas foram liberadas”. (Depoimento Verbal)⁷.

Assim, observa-se, nessa dinâmica de trabalho, o desenvolvimento de uma certa relação de dependência e de exploração. Os trabalhadores informais, que prestavam serviços aos camelôs, donos das mercadorias a serem vendidas, desenvolviam as atividades de apoio ao trabalho informal, submetendo-se a uma baixa remuneração, a condições precárias de trabalho e a jornadas excessivas.

De acordo com os dados levantados sobre o custo do trabalho desenvolvido na rua, observa-se que este era muito próximo às despesas que, atualmente, pagam de condomínio e aluguel nos *shoppings*. As diferenças, segundo eles, são as vendas, que eram maiores nas ruas e a não obrigatoriedade de efetuar o pagamento de aluguel nesse espaço. Além disso, esse custo poderia ser diminuído, caso fosse dividido o aluguel com mais pessoas e/ou caso fizesse o próprio carregamento, etc. Essa situação não é permitida dentro dos *shoppings*, que exigem pagamento mensal e se o pagamento não for efetuado nas datas previstas, o boxe é fechado.

⁷ Entrevista concedida por usuário do *Shopping Caetés*, em 02/08/2005.

Ao descrever o trabalho desenvolvido nas ruas, os entrevistados levantaram informações bastante diversificadas, e aqueles considerados toreros apresentaram dificuldades maiores no desenvolvimento do trabalho, daqueles que eram licenciados. No entanto, para toreros e camelôs o trabalho não era fácil, demandava luta, imprevisibilidade, “correr” dos fiscais da PBH, muita perseguição, além de ser perigoso em função da violência urbana e do trânsito. Além disso, havia dificuldades para montar e desmontar as barracas todos os dias e, acima de tudo era muito arriscado, pois se a mercadoria fosse recolhida (no caso dos toreros), os trabalhadores poderiam perder todo o investimento. Em uma das entrevistas realizadas, ficam evidentes as dificuldades do trabalho nas ruas, já que o relato aponta para várias adversidades como perseguições, prejuízos, repressão, prisões, apreensão de mercadorias e desilusões – causadas pela atual crise política e econômica pela qual o país passa (escândalos de corrupção e altas taxas de desemprego) – enfrentadas no dia-a-dia desse entrevistado que foi torero:

O trabalho era muito difícil, muita perseguição. Era torero, mas vendia. O país que a gente vive é muito difícil, desemprego, corrupção. Eu não estou dando tanto prejuízo quanto eles alegam, os políticos dão muito mais. Estou indignado com esse país, minha vontade era de ir embora. Tenho vergonha de ser brasileiro. O pobre não tem vez. Já cansei desse país, depois de ter tomado prejuízo e ver a repressão ao trabalhador, quero mais é sair e nunca mais voltar. Eu fui preso a pouco tempo, a polícia apreendeu minha mercadoria e ainda tô pagando ela. Vou responder processo. Aqui eu não tenho futuro. Já falei para o meu pai, nosso erro foi entrar nesse negócio. (Depoimento Verbal)⁸.

Em outro relato, o entrevistado declara que: “o trabalho na rua era de coração apertado, dava para alimentar os filhos. Tinha risco de perder tudo, porque não tinha alvará.” (Depoimento Verbal)⁹

⁸ Entrevista concedida por usuário do *Shopping Xavantes*, em 09/08/2005.

⁹ Entrevista concedida por usuário do *Shopping Xavantes*, em 09/08/2005.

Na fala seguinte, é importante perceber a relação feita pelo entrevistado que, ao descrever os aspectos negativos do trabalho nas ruas, aponta a desonestidade e abuso dos fiscais contratados pela Prefeitura de Belo Horizonte:

(...) Final de semana, sábado e domingo, eu trabalhava pra pagar fiscal, eu não tinha lucro, meu lucro era pra manter vagabundo na rua, que até hoje sobrevive às custas do coitadinho do torero lá que não sobreviveu aqui dentro e tá lá na rua pagando propina pra trabalhar. (Depoimento Verbal)¹⁰.

Outros aspectos relacionados ao trabalho na rua citados pelos informantes estão relacionados ao sofrimento, ao desgaste, à desvalorização do trabalho, à discriminação quanto à seriedade das atividades desenvolvidas, ao cansaço tanto físico quanto “psicológico”, à humilhação, à dificuldade no que diz respeito à higiene pessoal e ao uso de banheiros, e ainda a exposição às intempéries da natureza. Também foi citado por um entrevistado que a rua é como um espaço vazio, no sentido de não oferecer uma segurança com relação ao futuro.

No relato a seguir o informante aponta as dificuldades enfrentadas na rua, principalmente por aqueles que não eram licenciados, e, ao mesmo tempo, apresenta sua indignação pelos licenciamentos concedidos pela Prefeitura de Belo Horizonte. Tal licenciamento foi feito a pessoas, que segundo ele, não desenvolviam a atividade e aproveitavam da necessidade daqueles que não tinham outra opção de trabalho, alocando as barracas, às vezes por valores que chegavam, em determinadas época do ano, a R\$1.200,00

Não era muito fácil não. Era enfrentar sol, chuva é... feriado, né? Então a gente, eu, por exemplo, nunca tive folga. Enquanto que os camelôs privilegiados licenciados gozavam desses... né? Às vezes sublocavam seus pontos né, hoje a maioria deles não sobreviveram aqui dentro exatamente porque sublocavam seus pontos, viveram na vadiagem e hoje tão aí reclamando da Prefeitura, porque não trabalharam lá na rua e

¹⁰ Entrevista concedida por usuário do *Shopping Tupinambás*, em 16/08/2005.

não vai trabalhar aqui dentro também não, são pessoas folgadas mesmo. (Depoimento Verbal)¹¹.

No estudo desenvolvido por Frúgoli na cidade de São Paulo (1995), sobre os espaços da cidade e os atores sociais da rua, o autor aponta que os mecanismos de obtenção de licença para a realização das atividades informais nas ruas são tortuosos e premiam, muitas vezes, aqueles não enquadrados nas prioridades, além de haver formas de burlar a lei, quando, por exemplo, um portador de necessidades especiais aluga irregularmente o ponto para um não portador, ou quando simplesmente atua-se ilegalmente, sem qualquer licença.

No entanto, apesar de todos os aspectos negativos levantados pelos entrevistados, o trabalho na rua foi considerado, pela maioria, como melhor que o do *shopping*, principalmente por oferecer melhor rentabilidade. O retorno financeiro compensava, segundo eles, as dificuldades enfrentadas e nunca voltavam para casa sem um “dinheirinho” qualquer e, ainda, o horário de trabalho era feito por eles próprios. Nos relatos a seguir fica evidente a lucratividade conseguida com o trabalho desenvolvido nas ruas e a própria satisfação com a atividade: “na rua a gente podia contar com comida em casa no dia seguinte e aqui (no *shopping*) a gente não conta com a comida do próprio dia”. (Depoimento Verbal)¹². “Tem muito movimento, o comércio gira mais, vende mais. O comércio na rua é muito bom. O que não é visto não é desejado”. (Depoimento Verbal)¹³. “A gente não ficava sem vender. A gente nunca voltava para casa sem um dinheirinho. O freguês via a mercadoria e comprava. Aqui a gente tem que esperar o freguês”. (Depoimento Verbal)¹⁴. “Por causa do dinheiro, chegava duro e de tarde já tinha dinheiro”. (Depoimento Verbal)¹⁵.

¹¹ Entrevista concedida por usuário do *Shopping Xavantes*, em 09/08/2005.

¹² Entrevista concedida por usuário do *Shopping Caetés* em 02/08/2005.

¹³ Entrevista concedida por usuário do *Shopping Tupinambás*, em 17/08/2005.

¹⁴ Entrevista concedida por usuário do *Shopping Tupinambás*, em 17/08/2005.

¹⁵ Entrevista concedida por usuário do *Shopping Xavantes*, em 10/08/2005.

Também foi citada a segurança em termos de empregabilidade oferecida pela atividade, pois “você não tinha medo de amanhã estar desempregada e não ter o que comer; me sentia mais segura neste trabalho” (Depoimento Verbal)¹⁶. A segurança citada pelo entrevistado está relacionada à instabilidade que o mercado formal oferece aos trabalhadores. Ou seja, diante das mudanças freqüentes na organização interna das empresas e da conseqüente redução no quadro dos empregados, os trabalhadores, muitas vezes, desenvolvem suas atividades diárias sem a segurança do emprego no dia seguinte. Dessa forma, o trabalho informal se desenvolve dentro da lógica das mudanças provocadas no tecido produtivo, assim como pela expansão das empresas capitalistas, pelas mudanças da estrutura de oferta e composição de demandas.

A rua ainda foi também caracterizada pelos informantes como divertida, local onde fatos e coisas engraçadas acontecem, espaço onde se sentem livres e autônomos, espaço da amizade, da solidariedade, do companheirismo, do maior contato com as pessoas. Mas também, segundo eles, é o espaço dos conflitos, das lutas, das manifestações e é por isso que a rua é tão desejada mesmo considerando todas as suas adversidades. Constata-se uma contradição no trato dessa questão, pois ao mesmo tempo em que a rua é desgastante e sacrificante, ela possibilita absorver e centralizar uma multiplicidade de fatos e formas e gerar satisfação.

Assim, segundo Arroyo (2003), as ruas se constituem em espaços públicos de múltiplas apropriações, lugares da comunicação, das trocas, dos encontros e desencontros, das manifestações, da moradia, do comércio, das festividades, além de serem o espaço onde os laços de convivência são construídos e as relações sociais estruturadas. E para Jacobs, 2003:

¹⁶ Entrevista concedida por usuário do *Shopping Caetés*, em 02/08/2005.

E ainda, a rua é o lugar a partir do qual se pode pensar na experiência, na rotina, nos conflitos, nas dissonâncias e na possibilidade de desvelar a dimensão do urbano – seu ritmo, suas contradições, assim como os sentimentos de estranhamento, a arte da sobrevivência, o contraste das construções, de suas formas, usos e cores. (JACOBS, 2003, p. 29).

Percebe-se que a rua, por sua dinâmica própria de diversidade e movimento, possibilitava ao camelô uma flexibilidade maior em termos de comercialização de produtos e, ainda favorecia o acompanhamento do movimento rápido das pessoas, exigido na atualidade, principalmente nas grandes cidades. As vendas nas ruas se faziam com mais facilidade e com mais rapidez, principalmente porque se vendia por “impulso”, ou seja, o cliente via, gostava, comprava e não pensava muito. A falta de tempo a que estão submetidos os sujeitos de uma metrópole, a necessidade e praticidade de resolver as coisas de forma rápida, seriam diferenciais positivos do trabalho dos camelôs nas ruas. Um dos entrevistados caracteriza bem esse tipo de comércio: “na rua as pessoas compram pelo olho, é como se fosse comida: viu, vê e compra. Ir ao shopping para comprar um relojinho ninguém vai. Só em época de festas”. (Depoimento Verbal)¹⁷.

Outro aspecto importante da rua trata-se da variedade e da troca dos produtos feitos com maior frequência, pois as mercadorias eram vendidas de forma mais rápida o que facilitava o giro do capital investido. Dessa forma, os camelôs conseguiam acompanhar a própria dinamicidade e exigências de consumo, no sentido de diversificar e oferecer produtos de acordo com a estação do ano, eventos, datas festivas, de produtos que geralmente estavam na moda ou que foram lançados pela mídia.

Analisando as falas dos entrevistados, percebe-se que a descrição do trabalho na rua e a própria satisfação na realização dessa atividade foram feitas comparando o rendimento obtido nas ruas, com o que hoje é ganho nos *shoppings*. Assim, apesar de alguns declararem as dificuldades encontradas no exercício da atividade, para a maioria, o trabalho na rua era

¹⁷ Entrevista concedida por usuário do *Shopping* Caetés em 02/08/2005.

bom, principalmente por ser mais lucrativo. Alguns dos entrevistados disseram que, através dessa atividade, conseguiram oferecer um bom padrão de vida para seus familiares, adquirindo bens materiais como carro, casa e a própria graduação dos filhos no ensino superior.

De forma geral, pode-se verificar que devido ao fato de muitos entrevistados se encontrarem insatisfeitos com as vendas no *shopping*, a descrição do trabalho na rua foi baseada mais na lucratividade alcançada nesse espaço, do que propriamente na forma como era realizada.

4.6-A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO DA RUA

A ocupação do espaço da rua foi uma pergunta que recebeu uma série de comentários por parte dos entrevistados. Para alguns tratava-se de um direito e se referiram à rua como o local de trabalho onde exerciam suas atividades; para outros era um grande transtorno para a região central, pois essa ocupação atrapalhavam os pedestres, incomodava os comerciantes e moradores, e desta forma, a decisão da Prefeitura de Belo Horizonte de retirada dos camelôs das ruas do centro da cidade foi correta. Nas falas a seguir ficam evidenciadas essas diversas formas de analisar a questão: “a gente sentia incomodado porque a gente tirava a liberdade das pessoas andarem, mas, ao mesmo tempo, eu sentia que o lugar era meu”. (Depoimento Verbal)¹⁸.

Eu, particularmente, tinha um bom convívio com os pedestre e... o pessoal que morava na região onde eu trabalhava, todos eles tinha um bom convívio comigo, mas eu acho que a maioria dos camelôs não tinha nem formação nem educação adequada pra viver ocupando o espaço da rua, prejudicando os pedestres e até [???

¹⁸ Entrevista concedida por usuário do *Shopping Xavantes* em 10/08/2005.

de veículos certa hora, então pra mim eu acho que foi a melhor coisa que a Prefeitura fez até hoje. (Depoimento Verbal)¹⁹.

É interessante pontuar, no entanto, que a maioria dos entrevistados considerava que sua presença na rua atrapalhava a circulação dos pedestres e dificultava as pessoas no seu “ir e vir”, principalmente quando chovia. Mas, ao fazer tal afirmação, justificaram dizendo que, se todos respeitassem a organização definida pela PBH, no que se refere à ocupação do espaço, não haveria nenhum tipo de problema.

Também foi mencionado por alguns que muitas pessoas gostavam de suas presenças nas ruas, pois ofereciam uma certa segurança à população, principalmente por coibirem casos ou ameaças de roubo e furtos. Mas ao mesmo tempo em que ofereciam segurança, também facilitavam a fuga de ladrões, um dos relatos exemplifica essa situação,”... muitos ladrões escondiam atrás de minha banca”.(Depoimento Verbal)²⁰. Interessante salientar a reflexão feita por um entrevistado que disse achar que não atrapalhava enquanto estava na rua, mas que agora (depois que havia saído dela) via tudo sob outro ângulo “... enquanto eu estava na rua , achava que não atrapalhava.” (Depoimento Verbal)²¹ .

Assim, apesar de perceberem o incômodo que causavam à circulação das pessoas, os camelôs se sentiam no direito de ocupar também esse espaço, ou seja, esse espaço também lhes pertencia, pois representava a única alternativa de sobrevivência. A apropriação da rua então, para muitos era um direito, principalmente porque estavam trabalhando dignamente e buscando o sustento de suas famílias.

Para um número reduzido de entrevistados, a ocupação da rua não atrapalhava a circulação dos pedestres, porém incomodava os lojistas, os quais achavam que os camelôs causavam desordem, prejuízo e dificultavam o tráfego de pessoas; assim como os moradores

¹⁹ Entrevista concedida por usuário do *Shopping Tupinambás* em 16/08/2005.

²⁰ Entrevista concedida por usuário do *Shopping Xavantes*, em 10/08/2005.

²¹ Entrevista concedida por usuário do *Shopping Caetés*, em 02/08/2005.

da região, devido à dificuldade de encontrar estacionamento e a sujeira deixada nas ruas. Cabe ressaltar, que alguns entrevistados afirmaram nunca ter pensado no assunto, uma vez que o local onde estava instalada sua barraca não atrapalhava²² ninguém, e que o incômodo era causado por outros que não tinham organização e desrespeitavam as normas estabelecidas pela Prefeitura de Belo Horizonte.

Essa questão da organização remete-nos à caracterização do espaço público como o lugar onde as normas deveriam ser respeitadas a despeito de todas as diferenças e discórdias entre os inúmeros segmentos sociais que circulam e convivem nesses espaços, e não somente voltadas a uma determinada categoria. As regras do convívio seriam condicionadas aos critérios impostos pela lei que regula os comportamentos em áreas comuns, não sendo permitido nenhum outro tipo de regulação. O espaço público seria o lugar onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças, quaisquer que sejam elas, teriam que se submeter às regras da civilidade e do respeito.

Observa-se que as atividades informais acabaram criando uma espécie de apropriação privada do espaço público da cidade por meio de uma regulamentação formal e também informal, na qual espaços foram demarcados, regras subterrâneas foram criadas, alianças internas dentro do segmento e externas foram constituídas, imprimindo ao espaço um uso social e estratégico voltado à luta pela sobrevivência, “recriando atividades que em grande parte subvertem a destinação dada ao espaço da rua pelo planejamento urbano, ligado fundamentalmente ao tráfego de pedestres, automóveis e ônibus” (FRÚGOLI, 1995, p. 41).

Dentro dessa perspectiva, o acesso igualitário ao espaço público não foi considerado e a lógica de ocupação desse espaço por uma determinada categoria reproduziu, de certa forma, um princípio não democrático, incluindo relações de proteção, de hierarquização, controle,

²² O local a que esse informante se refere trata-se da “feira de deficientes”, devidamente autorizada pela Prefeitura de Belo Horizonte, instalada em um quarteirão fechado da Rua dos Carijós, na qual as barracas eram montadas, não ocupando as calçadas.

violência, mesmo que tais organizações tenham sido formadas dentro de um contexto carente de empregos, com hostilidades e preconceitos sociais.

É importante destacar que a apropriação privada dos espaços públicos da região central de Belo Horizonte, a partir da década de 1990, aumentou consideravelmente, tornando-se um processo amplo, complexo e com manifestações e aspectos bem variados. O elemento fundamental dessa dinâmica está relacionado ao crescimento do setor informal, que se constitui em uma estratégia de sobrevivência para muitos trabalhadores, os quais se encontravam desempregados, sem perspectiva de inserção no mercado. A apropriação e uso dos espaços públicos foram sendo determinados por vários grupos sociais, a partir das ocupações diversificadas imprimidas nesses espaços, definindo, em decorrência, alguns padrões de interação, conflitos e diferenças.

A partir do estudo, observa-se que os trabalhadores informais possuem opiniões contraditórias com relação à ocupação das ruas. Ao mesmo tempo que concebem que as atividades informais limitavam o restante da população de usufruir plenamente das ruas, calçadas e praças, percebem essa apropriação como sendo um direito da categoria diante de suas necessidades de sobrevivência e do tipo de trabalho exercido, considerado digno e honesto.

4.7-SOCIABILIDADE DESENVOLVIDA NAS RUAS

As relações de sociabilidade foram estabelecidas com diferentes atores sociais no espaço urbano: como as relações entre camelôs e toreros, entre os próprios camelôs, entre camelôs e comerciantes, entre camelôs e a PBH, e camelôs e população de uma forma geral. Frúgoli, 2000, em seu estudo sobre a centralidade da cidade de São Paulo, aponta as redes de solidariedade estabelecidas entre os diversos grupos, da seguinte maneira:

Nos espaços públicos da área central da cidade, por conseguinte, distintos grupos sociais formaram variadas redes de relações voltadas à sobrevivência –como camelôs, engraxates, desempregados, aposentados, “plaqueiros”, vendedores de ervas....- com uma diversidade quanto ao tipo de uso do espaço embora com certas semelhanças entre si, em particular quanto à origem popular e muitas vezes nordestina, além de uma certa forma de organização interna, que combina princípios de solidariedade com outros de hierarquia, do tipo clientelista e personalista. (FRÚGOLI, 2000, p. 59).

A diferença entre camelôs e toreros foi apresentada de maneira contraditória e, ao mesmo tempo, diversificada pelos entrevistados. Alguns apresentaram a inexistência de diferença entre toreros e camelôs, mas, no entanto, alegaram que: “os toreros não respeitam o espaço de ninguém, o torero sofre mais, vive correndo, provocando brigas.”(Depoimento Verbal)²³. Outros entrevistados afirmaram não existir diferença entre camelôs e toreros, justificando que todos têm direito de trabalhar e que a única diferença era uma questão “burocrática”, “pois o camelô tem barraca e licença e o torero tem tabuleiro e trabalha em feira” (Depoimento Verbal)²⁴. Segundo um entrevistado, o camelô tem um espaço ou área delimitada e o torero, por não possuir esse local, ocupa as chamadas “áreas zero”, ou seja, áreas impedidas onde não é permitida a comercialização de produtos. Dessa forma, o torero é visto, para esse entrevistado, como o transgressor, aquele que não respeita as normas estabelecidas pelo poder público.

Mas a diferença entre o trabalho do camelô e do torero é evidente para muitos dos entrevistados, principalmente porque os toreros não tinham um ponto fixo. Dessa forma, não possuíam uma referência, pois geralmente estavam em movimento na região central, buscando algum espaço para expor suas mercadorias. Já os camelôs, por serem licenciados e terem uma barraca instalada em um ponto fixo, ofereciam mais segurança ao consumidor, pois caso fosse necessário a troca de um produto, o comerciante poderia ser localizado. Essa

²³ Entrevista concedida por usuário do *Shopping Tupinambás*, em 16/08/2005.

²⁴ Entrevista concedida por usuário do *Shopping Tupinambás*, em 16/08/2005.

condição era um grande diferencial no trabalho das duas categorias, garantindo ao camelô a formação de uma clientela mais fiel.

Assim, os toreros não conseguiam conquistar a confiança dos clientes devido a sua grande mobilidade e, ainda se sentiam muito inseguros, pois poderiam perder suas mercadorias, caso fossem localizados pela fiscalização. Os toreros ainda foram considerados como atrevidos, mal educados, despreocupados, desorganizados, “destrambelhados”, sem limites, sem responsabilidade, ousados, os não licenciados, e aqueles que não pagam impostos, etc., sendo que os camelôs pagavam uma taxa de licenciamento anual à Prefeitura de Belo Horizonte.

Mas é interessante pontuar que também um número significativo de entrevistados declarou não haver conflitos entre toreros e camelôs, sendo sinalizado um certo respeito pelo espaço de cada um, além de caracterizar os “toreros como normais”, e que não causam nenhum problema, respeitam o espaço do camelô e têm menos recursos que esses.

No entanto, são evidentes as diferenças entre as duas categorias, apesar da dificuldade de alguns entrevistados em explicitar essa realidade, que mesmo existindo de forma concreta, era de alguma maneira não revelada, com intuito talvez, de não evidenciar o conflito existente entre elas. Percebe-se, em algumas das entrevistas, que os camelôs se sentiam numa condição privilegiada em relação aos toreros, que buscavam estabelecer boas relações com eles, não invadindo suas áreas com a venda das mesmas mercadorias, principalmente porque temiam ser identificados como toreros e perder suas mercadorias. Assim, a relação estabelecida entre as categorias era de uma certa maneira hierarquizada e desigual, com demarcação de atividades e pontos de trabalho, com lideranças constituídas. Nessa relação o torero, devido a sua falta de licenciamento e à ilegalidade da prática da atividade, tinha que se submeter às determinações daqueles que estavam numa situação mais favorável. Diante desse contexto de diferenciações, desigualdades, competição e muita concorrência, o conflito entre as categorias

se fazia presente no dia- a- dia, mas, na maioria das vezes, de forma mais velada do que manifesta, devido ao receio da perda do espaço. Isso porque uma manifestação violenta por parte deles, poderia criar um enfrentamento com o poder público com possíveis perdas para ambas as partes. Segundo Frúgoli (1995, p.104), a esse conjunto de ocupações foi dado o nome de “cultura das ruas” e se baseia, de certa forma, por razões estratégicas, nas quais”(...) seus agentes articulam uma “invisibilidade social”, ao procurarem ocupar um espaço mas ocultar a dinâmica de suas relações internas...”

As relações de amizade mantidas na rua entre os camelôs foram constituídas de maneira bem diferenciada pelo grupo entrevistado: alguns conseguiram criar laços fortes de amizade, outros somente criaram relações de coleguismo e para um outro grupo não foi formado nenhum tipo de relação considerada importante. Percebe-se que tal fato tem uma relação tanto com aspectos subjetivos do indivíduo, por meio dos quais alguns conseguem estabelecer laços de confiança, de ajuda mútua, amizade e outros não, como também tem relação com o contexto onde as atividades eram desenvolvidas. Nesses espaços, era comum a existência de muita competição e concorrência, e esses elementos podem ser considerados dificultadores no estabelecimento de relações de confiança e de troca. As falas a seguir caracterizam as relações estabelecidas na rua, para alguns camelôs:” Amigos não, só colegas. Muita competição. Cada um trabalha por si, é um comércio muito competitivo, muita guerra. Só tinha união para pegar ladrão”. (Depoimento Verbal)²⁵.” Tinha amigos na rua, os fregueses, os lojistas e os próprios camelôs”. (Depoimento Verbal)²⁶.

Só tive um amigo na rua, era um torero. O camelô na rua é um prejudicando o outro. Alguns conseguiram crescer, é uma loteria. Não tem união. Não tem amigos para lutar por interesses de todos. É um querendo prejudicar o outro. Aqui dentro é a mesma coisa, é muita concorrência. A desunião é muita. Para mim a Prefeitura colocou os camelôs aqui porque os camelôs é uma raça desunida. Dentro desse

²⁵ Entrevista concedida por usuário do *Shopping* Oiapoque em 24/08/2005.

²⁶ Entrevista concedida por usuário do *Shopping* Oiapoque em 24/08/2005.

shopping, se tiver 10% ou 20% de camelô da rua é muito. Devido o valor do aluguel, todo mundo vende ou aluga. (Depoimento Verbal)²⁷.

Percebe-se que a concorrência entre os camelôs, apresentada por um grande número de entrevistados, contribuiu, de maneira significativa, para a implementação das ações desencadeadas pelo poder público na região central de Belo Horizonte, que determinou a retirada dos camelôs, toreros e a transferência dos mesmos para os shoppings populares. A desorganização do grupo, a falta de diálogo e a preocupação em garantir interesses individuais e privados foram elementos determinantes para a desmobilização da categoria e a pouca reação com relação às mudanças que seriam implementadas. Apesar de alguns confrontos e tensões provocados inicialmente com o poder público, tal enfrentamento não chegou a preocupar a estrutura de funcionamento da região central, e nem causou nenhuma mudança com relação às intervenções urbanas que haviam sido definidas pelo Plano Diretor do Município para o hipercentro, dentre elas, a retirada dos camelôs dos espaços públicos das ruas.

No entanto, é interessante pontuar que os entrevistados do *shopping* Oiapoque, principalmente aqueles que trabalharam na Rua Oiapoque, salientaram uma relação muito forte de amizade. Esse grupo de camelôs que faziam parte do “canteiro”²⁸, devido principalmente às dificuldades que passaram no local (mudança de área, apreensão de mercadorias, região considerada perigosa devido à prostituição, à venda de drogas, à marginalidade, à sujeira do local, às intempéries da natureza) transformaram-nos em um grupo unido e forte. A unidade do grupo foi importante para a conquista de certos ganhos dentro do *shopping*, principalmente com relação à instalação dos boxes, pois todos basicamente ficaram no pátio II, considerado por muitos, o mais valorizado. Ainda é

²⁷ Entrevista concedida por usuário do *Shopping* Xavantes em 09/08/2005.

²⁸ Os camelôs que trabalharam na Rua Oiapoque exerciam anteriormente suas atividades de vendas no atacado no canteiro central da Avenida Paraná, e esse local ficou conhecido como “canteiro”. Posteriormente, foram transferidos para a Rua Oiapoque e a denominação de “canteiro” permaneceu caracterizando esses trabalhadores.

importante pontuar que a representação da categoria dos empreendedores junto ao Conselho Gestor do *shopping*, faz parte desse grupo e que esse mesmo grupo com frequência organiza eventos festivos, buscando manter a fortificação e união dos membros. Esse diferencial do grupo foi determinante para a garantia de algumas vantagens concedidas a eles, sendo que somente nesse *shopping* foi encontrado um grupo com essas características, ou seja, solidificado e organizado.

A relação com os comerciantes foi apresentada pela maioria dos informantes como tranqüila e afirmaram não existirem problemas de convivência com eles e sem nenhum tipo de conflito, os entrevistados destacaram que havia ajuda e proteção mútua e outros consideraram que o bom relacionamento tinha uma relação com fato de serem legalizados. Também foi mencionado que tinham um bom convívio com os funcionários das lojas, chegando mesmo a receber algum tipo de favor por parte deles, tais como: utilização de banheiro e guarda da mercadoria. É interessante pontuar a ênfase dada por alguns entrevistados ao tipo de relação estabelecida com os funcionários das lojas, chegando a citar nomes de pessoas com quem tinham uma forte ligação. Em contrapartida, declararam que os donos das lojas já não eram tão receptivos à presença deles nas ruas, já que pareciam incomodar-lhes. Acrescente a isso, o fato de alguns proprietários acreditarem que a presença dos camelôs nas ruas dificultava as ações da Polícia Militar nos casos relacionados a roubo.

Entretanto, um número significativo de entrevistados foram categóricos ao afirmar que a convivência entre lojistas e camelôs era conflituosa. Alguns destacaram dificuldades basicamente relacionadas ao tratamento, uma vez que os comerciantes nunca lhes deram apoio, não os aceitavam, não gostavam da presença dos camelôs nas ruas, principalmente por se tratar de uma concorrência desleal a partir do momento em que os camelôs não pagavam impostos. Também foi citado que o problema maior era com o plástico usado, no período das chuvas, nas barracas. Assim se expressaram: “a Prefeitura intermediava as discussões,

arrumava uma obra na rua e afastava a gente quando a CDL reclamava”. (Depoimento Verbal)²⁹. (...) “Os lojistas pressionavam a Prefeitura e a mesma os pressionavam”. (Depoimento Verbal)³⁰. “(...) a convivência era meio termo, de 0 a 10, era 5”. (Depoimento Verbal)³¹.

Deve-se destacar que alguns entrevistados tinham clareza do incômodo gerado com as suas presenças na rua e reconheciam que prejudicavam as vendas do comércio. Isso porque as barracas tiravam a visibilidade das lojas, dificultavam o acesso dos clientes aos estabelecimentos, como também impediam a circulação dos pedestres nas calçadas, que eram obrigados a transitar no meio da rua.

Pelos relatos, pode-se considerar que os camelôs chegaram a ter boas relações com lojistas, porém não estabeleceram nenhuma relação direta com os donos das lojas, segundo informaram, de alguma forma tentaram não criar nenhum tipo de conflito com os comerciantes, principalmente porque estavam nas ruas numa condição de subordinação e de vulnerabilidade. Observa-se, ainda, uma preocupação por parte de alguns em respeitar o comerciante, no sentido de evitar qualquer tipo de transtorno.

Percebe-se que também nesse caso, os entrevistados evitaram expressar qualquer tipo de conflito entre as duas categorias, apesar de um número significativo pontuar a existência desses conflitos. Observou-se, durante o trabalho de campo, uma certa preocupação por parte dos trabalhadores informais em criar uma imagem positiva da categoria, pois a explicitação de conflitos seria uma maneira de evidenciar os aspectos negativos de suas ocupações na região central da cidade, ou seja, seria assumir uma condição que buscavam de alguma forma negar ou mesmo ocultar.

No estudo desenvolvido por Sena (2003) na cidade de Belém a autora, considera que:

²⁹ Entrevista concedida por usuário do *Shopping Caetés* em 02/08/2005.

³⁰ Entrevista concedida por usuário do *Shopping Xavantes* em 09/08/2005.

³¹ Entrevista concedida por usuário do *Shopping Tupinambás* em 17/08/2005.

Um primeiro ponto a ser analisado na relação existente entre os empresários e os vendedores ambulantes está ligado à questão da concorrência entre os ambulantes e os estabelecimentos formais. Nesse contexto, é preciso inicialmente salientar que essa concorrência direta não acontece porque essas atividades informais adquiriam uma dinâmica que lhes permitiu controlar e até mesmo substituir as atividades formais. Quando essa concorrência direta se estabelece, tal situação está ligada ao fato de as próprias atividades formais deixarem espaço para isso; são então, problemas na conjuntura econômica, que afetam as atividades formais, os elementos que permitem às atividades informais se desenvolverem e ocuparem esses espaços. (SENA, 2003, p. 195).

No trato da questão relacionada à convivência com a PBH enquanto estavam nas ruas, as respostas foram muito divergentes. Alguns entrevistados apresentaram não haver problemas, e em um dos relatos, o entrevistado chegou a mencionar que era papel da PBH a organização do trabalho desenvolvido por eles.

Percebe-se, através dos dados, que os trabalhadores informais tentavam manter boas relações com a fiscalização da PBH, evitando qualquer tipo de problema, principalmente porque alguns estavam numa condição de submissão, caso daqueles que não eram licenciados. Aqueles que relataram dificuldades buscaram resolvê-las, por meio de acordos considerados não lícitos, porém aceitos pelos fiscais.

No entanto, muitos confessaram uma relação tortuosa com a PBH, principalmente devido à apreensão de mercadorias que, em alguns casos, ocorreu mais de uma vez e, conseqüentemente, eram submetidos a multas. Houve quem mencionasse que a PBH sempre procurou prejudicar os camelôs.

Pelos depoimentos analisados, pode-se considerar que os entrevistados que mais tiveram problemas com a PBH, em função principalmente de mercadorias apreendidas e de multa, são aqueles que estavam nas ruas na condição de torero, que trabalhavam de forma ilícita por não terem licença, comercializavam produtos ilegais ,e, com isso, estavam mais vulneráveis a sofrer penalizações por parte do poder público.

4.8 - A MUDANÇA PARA OS SHOPPINGS POPULARES

A mudança das ruas para os *shoppings* populares foi avaliada de forma diferenciada pelos entrevistados e as respostas foram bem ambíguas. Para aqueles que mantiveram o rendimento financeiro recebido nas ruas ou até mesmo aumentou, a mudança foi positiva, pois, no *shopping*, os produtos passaram a ser mais valorizados, assim como o trabalho tornou-se mais reconhecido dentro da sociedade, ganhando um certo “*status* social”. Assim, a transferência para os *shoppings* populares, para alguns entrevistados, proporcionou uma elevação no seu *status* social, e deixaram de fazer parte da categoria de camelô, se transformando em empreendedor. Essa mudança foi considerada muito significativa, principalmente para aqueles que se sentiam discriminados pelo exercício das atividades nas ruas, o que pode ser evidenciado nesta fala: “na rua a gente era discriminado, aqui não, aqui a gente tem que pensar não como camelô, tem que pensar como empreendedor do futuro. Eu pretendo legalizar futuramente e se possível até gerar emprego direto ou indireto”. (Depoimento Verbal)³².

Os entrevistados ainda reconheceram o conforto, a segurança, a organização, a tranquilidade, a não necessidade de armar barraca todos os dias, o ganho de um “ponto” e o melhor atendimento ao cliente proporcionado pelo *shopping*. Porém, esses ganhos foram considerados irrelevantes para a maioria, que diante da perda de poder aquisitivo provocado com a transferência, consideram a rua insubstituível, devido, sobretudo, ao movimento que ela propiciava. Em uma das falas, o entrevistado caracteriza bem essa questão “... aqui é um lugar que nos oferece conforto, mas nada substitui a rua”. (Depoimento Verbal)³³.

Consideram que na rua estavam mais próximos do “povão”, e no *shopping* eles têm que esperar as pessoas, tornando o empreendimento mais difícil, pois trabalham com produtos

³² Entrevista concedida por usuário do *Shopping* Tupinambás em 16/08/2005.

³³ Entrevista concedida por usuário do *Shopping* Tupinambás em 17/08/2005.

que geralmente são comprados por impulso. As estratégias de venda e divulgação dos produtos se modificaram, já não são mais realizadas através dos “gritos”, dos “chamamentos”, das frases repetitivas e conhecidas, mas através de cartões de visita. Nota-se que essa estratégia tornou-se comum dentro do *shopping* e cada empreendedor individualmente tem buscado fazer sua clientela e divulgar seus produtos.

Alguns entrevistados, principalmente aqueles instalados nos *shoppings* Caetés e Xavantes, declararam que nesse espaço não há o que fazer durante todo o dia e, com isso, o trabalho tem se tornado um grande “sacrifício”. A circulação de clientes é baixa e ainda faltam recursos financeiros para mudança dos produtos. Ao serem transferidos para o *shopping*, a maioria disse não ter mudado o tipo de mercadoria que comercializavam, principalmente devido à falta de capital. No depoimento a seguir percebe-se, de forma clara, o desalento das pessoas com relação ao trabalho nos *shoppings*:” Hoje não vejo que isto aqui é trabalho. Nem ladrão passa aqui. Isso aqui não é trabalho, é pesadelo. Na rua, mesmo não vendendo, passava um brincava com a gente”. (Depoimento Verbal)³⁴.

No entanto, outros entrevistados conseguiram mudar o tipo de mercadoria ou mesmo aumentaram o tipo de produto comercializado na rua, buscando adaptar-se às novas condições de trabalho. Um entrevistado disse ter dobrado o estoque de mercadoria, e que também passou a acompanhar melhor os lançamentos da moda. Outro declarou que vendia fones, carteiras e capas para celular o que lhe garantia um bom rendimento, e hoje no *shopping*, vende CD “pirata”, pois é o único produto que consegue comercializar.

As pessoas, de uma forma geral, estão desacreditadas com o investimento e alegam que não foram preparadas para o exercício desse trabalho. Consideram muito alto o preço do aluguel cobrado pelos administradores dos *shoppings*, que oscila de acordo com o *shopping* e com a localização do box, muito alto (variando de R\$120,00 o aluguel e R\$65,00 de

³⁴ Entrevista concedida por usuário do *Shopping* Caetés em 02/08/2005.

condomínio no *shopping* Caetés, mas no *shopping* Oiapoque o valor do aluguel pode chegar a R\$550,00) o que tem dificultado o investimento no negócio.

Verifica-se, na análise dos depoimentos, que muitos camelôs/ toreros, ao serem transferidos para os *shoppings*, não tinham capital de reserva para investir na compra de mercadorias e equipamentos para a montagem do boxe. Dessa forma, a ocupação se fez deslocando sua barraca ou mesmo o “tabuleiro” para dentro do *shopping*, e os produtos foram expostos de maneira precária, não atraindo os clientes e tornando as vendas bastante prejudicadas. Com a pouca movimentação do *shopping*, as baixas vendas e a pouca divulgação, o “empreendedor” não conseguiu investir no seu negócio, mantendo as mesmas mercadorias que vendiam nas ruas, sem estoque e sem diversificação. Com isso alguns se utilizaram de meios ilícitos, como a venda de cd falsificado, para sobreviverem no local, e outros passaram a se arriscar nas ruas tentando vender algum produto para pagar o aluguel do shopping. É interessante pontuar que essa situação ficou mais evidenciada nos *Shoppings* Caetés e Xavantes .

O boxe para muitos empreendedores é o único bem que possuem e representa uma grande esperança de melhores condições de vida. Percebe-se, nas falas do entrevistados, que, apesar das dificuldades enfrentadas no momento, existe uma crença na possibilidade de melhorar as vendas no futuro, e o negócio se tornar um grande investimento. Dessa forma, eles vêm tentando efetuar o pagamento do aluguel regularmente, para não perder seu direito de uso. Mas para conseguirem os recursos necessários para a efetuação dos pagamentos obrigatórios relacionados a aluguel e condomínio, conforme dito anteriormente, eles têm utilizado de algumas estratégias, dentre elas: “tourar” em alguns pontos da cidade, onde a fiscalização é menor ; participar de feiras em cidades do interior ou mesmo montar barracas em bairros periféricos da metrópole.

A entrada de muitos lojistas nos *shoppings* também é outra dificuldade apontada pelos entrevistados, pois se sentem muito fragilizados em função de não conseguirem competir com esses lojistas. Eles se instalaram no local através da compra de boxes de camelôs que não conseguiram se manter no local, ou mesmo por meio de negociação com os proprietários dos imóveis. Assim, ao receberem o licenciamento dos boxes, muitos camelôs e toreros não tiveram condições de montá-lo, e, então transferiram o direito de uso do espaço, por valores que variaram entre R\$25.000 a R\$35.000,00, especificamente no Shopping Oiapoque, de acordo com os entrevistados. É importante ressaltar que, buscou-se confirmar esse valor com a administração do shopping, mas não se obteve confirmação para essa questão. Alguns desses camelôs adquiriram o direito de uso dos boxes em outros *Shoppings* populares (Tupinambás e Caetés) por valores menores (R\$2.000,00 a R\$3.000,00), e pensaram que teriam uma boa lucratividade com a negociação, porém nesses espaços a movimentação, por ser pequena, ocasionou o fechamento do negócio ou até mesmo seu repasse. Segundo um dos entrevistados, há no Oiapoque 1000 boxes e apenas 220 camelôs (shopping Oiapoque). De acordo com informação da PBH, a venda ou mesmo o aluguel dos boxes não são permitidos, no entanto, não existe nenhum tipo de controle dessa situação, que se tornou comum nos *shoppings* populares de Belo Horizonte. O Gerente dos Centros de Comércio Popular, representante do poder público, assim se manifesta sobre o assunto:

...quando eu me tornei gerente e assumi o trabalho, percebi que a maioria já tinha vendido, alugado seus boxes. Eu só entreguei o regulamento para aquele que foi sorteado. Ou seja, voltou mais da metade dos regulamentos para trás. Então nisso eu não vou nem poder mexer. Se fosse alguns poucos que tivessem vendido ou alugado, a gente poderia até fazer uma ação, porque o regulamento não permite que se alugue ou mesmo que se venda, mas são muitos que transferiram seu direito de uso. (Depoimento Verbal)³⁵.

³⁵ Entrevista concedida pelo Gerente dos Centros de Comércio Popular, em 14/12/2005.

Percebe-se que somente permaneceram nos *shoppings* populares aqueles camelôs que conseguiram, durante o período de trabalho na rua, fazer uma certa poupança, pois, para se instalarem no espaço, inicialmente tiveram que investir não só em mercadorias, como também na estruturação dos boxes (colocação de portas, prateleiras, manequins, etc) e no pagamento das taxas mensais de aluguel e condomínio. Dessa forma, muitos não conseguiram se estabelecer no local devido à falta de recursos financeiros e materiais, e abandonaram o espaço por meio da venda ou aluguel dos boxes. A fala a seguir ilustra bem essa situação:

Então nós saímos da rua com um custo que a gente tinha zero e entramos numa dívida de mais de mil real, porque pra por a porta, a porta ficava em torno de mil e poucos reais depois foi caindo e caiu pra oitocentos, né? Então aquela reservinha que a pessoa tinha, pôs porta, teve que por vitrine, teve que fazer isso, fazer aquilo então o que aconteceu, hoje... é o *Shopping* Tupinambás ele de 767, eu não gostaria que você perguntasse isso pra Prefeitura não porque eles vão falar que tão aqui, mas dos 767 que entrou aqui só tem 121 inadimplentes...(Depoimento Verbal.)³⁶.

Nos diários oficiais em anexo, comprova-se um grande número de notificações junto aos empreendedores populares de diversos *shoppings* populares, que perderam suas autorizações para exploração dos boxes, por infração ao disposto nos artigos 18 e 41, inciso XVII do Regulamento dos Centros de Comércio Popular, que se refere a “manter o boxe fechado por mais de 24 horas sem autorização do Grupo Gestor”(regulamento do Centro de Comércio Popular).

Na rua a concorrência se fazia entre iguais e no *shopping* ela se torna muito desigual.

Nos depoimentos a seguir fica evidenciada essa situação:

...segundo o CDL um shopping pra firmar é cinco anos, eles consideram o que houve com o Oiapoque um fenômeno. Então quando isso tiver funcionando nós que

³⁶ Entrevista concedida por usuário do Shopping Tupinambás, em 17/08/2005.

fomos sorteados pra vim pra cá já não vamos estar mais aqui. Porque o shopping tá se tornando um shopping de empresários. Porque o cara paga uma loja quatro mil reais na rua, aí de repente ele pega três boxes aqui e paga, e paga mil e poucos reais de aluguel, pra ele é um negócio, cê pode ver que esses pessoal que tá com essas lojas grandes de informática são, num são camelôs, são lojistas, cê entendeu? Porque tem um poder maior de buscar dez mil dólar no Paraguai de mercadoria, né e a gente não tem. Tivemos mais perdas . (Depoimento Verbal)³⁷.

A gente não tá 100% satisfeito. A gente não tem suporte para concorrer com um atacadista. Eles colocaram a gente aqui para concorrer com gente grande. Dos 200 que entraram aqui, hoje só tem 40 e os que entraram no lugar são muito forte. Tem muitos que são lojistas. É um negócio da “China”. O poder deles aumenta no meio “dos pequeno”. Eles crescem no meio “dos pequeno. (Depoimento Verbal)³⁸.

Dessa forma, a concorrência, a competição, a necessidade de recursos para investir no negócio, assim como o preço do aluguel, para muitos, considerado alto, dificultou a boa lucratividade do empreendimento. Para alguns entrevistados a situação complicou muito com a chegada de “chineses” vindos de São Paulo, que adquiriram várias lojas em locais privilegiados, considerados os melhores em termos de fluxo de pessoas do *shopping* Oiapoque. A aquisição desses espaços, de acordo com um depoimento de um entrevistado do shopping, se fez por meio de articulações e de uma grande soma de dinheiro, “ (...) você não imagina o que é preciso para se ter um ponto aqui” (Depoimento Verbal)³⁹. Portanto, esse grupo é considerado forte competidor, devido a sua capacidade de investimento, e alguns entrevistados disseram não se sentirem capazes de concorrer com eles. Os camelôs do *shopping* Oiapoque relataram que, enquanto estavam na rua, ou melhor, no “canteiro”, lutaram contra a chegada dos “chineses”. Em alguns relatos foi percebida uma certa discriminação com relação a esses comerciantes, considerados uma ameaça para a atividade que desenvolviam. Porém, no *shopping* esse grupo conseguiu se estabelecer, pois foi permitida a venda de um certo número de boxes, de acordo com a lei municipal.

³⁷ Entrevista concedida por usuário do *Shopping* Tupinambás, em 17/08/2005.

³⁸ Entrevista concedida por usuário do *Shopping* Xavantes, em 09/08/2005.

³⁹ Entrevista concedida por usuário do entrevistado *Shopping* Oiapoque, em 24/08/2005.

Quem saiu ganhando foi o dono do *shopping*, o Valadares, que é muito simples mas é como cigano por causa de ouro. Nós saímos perdendo, porém temos mais conforto, tem proteção e não atrapalhamos os pedestres. A concorrência aumentou muito, eram 180 camelôs no canteiro, agora são mais de 1.000 boxe e cada dia que passa chega mais chinês de São Paulo. No canteiro, não podiam entrar (...) são fortes, têm muito dinheiro, não tem como competir com eles. Na rua gastava bem menos. (Depoimento Verbal)⁴⁰.

È interessante salientar, a avaliação feita por alguns entrevistados do shopping Oiapoque, que tiveram um grande sucesso com a mudança para esse shopping. Esse grupo acredita que os bons resultados do empreendimento têm uma relação com a manutenção dos clientes que permaneceram fiéis com a transferência deles para o shopping popular. O “canteiro” (nome que adotaram para caracterizar a parte da Rua Oiapoque onde estavam instalados) era visto por muitos como um local sujo, perigoso, zona de prostituição e venda de drogas, o “lixo do hipercentro”, mas lá trabalhavam em média 180 camelôs que vendiam tanto no atacado quanto no varejo. Além disso, tinham uma grande clientela formada por camelôs da região central, região metropolitana e interior, que os procuravam principalmente por estarem localizados próximos à rodoviária. A transferência desses camelôs para o *shopping* não causou uma mudança significativa no trabalho desenvolvido, pois a localização permaneceu a mesma, e os clientes acostumados a procurá-los na rua, continuaram fazendo isso, só que agora de uma forma mais segura e confortável, dentro de um *shopping*. Os camelôs somente entraram para uma estrutura fechada, o que, na realidade, foi um grande ganho devido às instalações e ao conforto. Essa é uma peculiaridade importante desse shopping, pois, para 180 camelôs que estavam no “canteiro”, a mudança não foi tão relevante e ainda a perda da freguesia apresentada por muitos como o grande problema da mudança para o shopping, não se constitui em perda para esse grupo.

⁴⁰ Entrevista concedida por usuário do *Shopping* Oiapoque, em 24/08/2005.

SHOPPING OIAPOQUE	
Renda na rua	Renda no Shopping
De R\$ 800,00 a R\$ 2.000,00: 06 De R\$ 2.500,00 a R\$ 4.000,00 : 05 De R\$ 8.000,00: 01 Não responderam: 02	Não suficiente para o suprimento das necessidades: 04 Média de R\$ 300,00: 03 R\$:30.000,00: 01 R\$ 6.000,00: 01 R\$ 2.500,00: 03 Não responderam: 02
SHOPPING CAETÉS	
Renda na rua	Renda no Shopping
De R\$ 800,00 a R\$ 3.000,00: 04 Não responderam: 02 R\$ 7.200,00: 01 R\$ 14.400,00: 01 Sem informação: 01	Não é suficiente para o suprimento das necessidades básicas: 07 R\$ 720,00: 01 R\$ 7.200,00: 01
SHOPPING XAVANTES	
Renda na rua	Renda no Shopping
De R\$ 200,00 a R\$ 6.000,00	Não é suficiente para o suprimento das necessidades básicas: 08 Semelhante à da rua: 03
SHOPPING TUPINAMBÁS	
Renda na rua	Renda no Shopping
De R\$ 300,00 a R\$ 10.000,00	Suficiente para a manutenção das despesas básicas: 02 Não suficiente para o suprimento das necessidades básicas: 08

Quadro 03: Comparação dos rendimentos na rua e nos *shoppings* populares
Fonte: entrevistas realizadas com os camelôs

Na questão relacionada à renda obtida com o trabalho desenvolvido nas ruas, as respostas foram muitas vezes evasivas, sem precisão e em outras vezes, os entrevistados recusaram-se claramente em responder. Os dados obtidos com relação a essa pergunta foram

extremamente polarizados e contraditórios, no que se refere aos valores mensais obtidos com as vendas das mercadorias nas ruas e nos shoppings, sendo que nenhuma das informações apresentadas pelos entrevistados puderam ser comprovadas por meio de documentos. Assim, alguns declararam ganhos elevados nas ruas e boa lucratividade nos shoppings populares; outros alegaram perdas financeiras ou baixo rendimento, principalmente nos shoppings.

Alguns também declararam que nas ruas “... não tinha uma base” ou ainda “uns três salários mínimos”. O rendimento apresentado nesse espaço variou de R\$300,00 a R\$14.400,00. No final do ano, esse rendimento aumentava consideravelmente, o que pode ser verificado através de um relato, “(...) de R\$1.500,00 a R\$3.000,00 mensais. Dava para trocar de carro todo final de ano. No final do ano em média o lucro chegava a uns R\$30.000,00”. (Depoimento Verbal)⁴¹. No entanto, apesar da lucratividade alcançada nas ruas, um entrevistado declarou que muitos camelôs não se preocupavam em poupar e despendiam gastos elevados com bebidas, “programas com mulheres”, jogos e consumo de drogas. A fala a seguir exemplifica essa situação:

É preciso capital para investir, caso o tenha ganha-se mais nos shoppings que nas ruas. Se você não tem capital, não tem investimento. Mas 60% dos camelôs vendeu os boxes porque não tinham dinheiro para investir. Gastavam muito com bebidas, mulheres, drogas e jogo. Assim não tinham estrutura e venderam o boxe. (Depoimento Verbal)⁴².

Os resultados das vendas estavam relacionados à localização da barraca, aos produtos comercializados e à clientela estabelecida. Porém, percebe-se que o rendimento para a maioria era muito elevado, principalmente porque muitos entrevistados não quiseram responder à questão, e aqueles que apresentaram os valores do rendimento demonstraram uma renda muito boa, garantindo condições de vida muito favoráveis.

⁴¹ Entrevista concedida por usuários do *Shopping Caetés*, em 02/08/2005.

⁴² Entrevista concedida por usuário do *Shopping Oiapoque*, em 24/08/2005.

Foi observada, ainda durante a pesquisa de campo, uma certa insegurança dos entrevistados em comentar sobre o rendimento obtido com o trabalho nas ruas. Para um dos entrevistados a divulgação dos ganhos dos camelôs pela imprensa foi determinante para a retirada deles do espaço da rua. No relato a seguir, o participante explicita essa questão:

Isso aí é um dos problemas que gerou esse miserê aqui dentro do *Shopping*. Que quando a imprensa chegava no camelô lá ele falava que ganhava, “ah! Eu ganho cem salários mínimos, cinquenta salários mínimos, eu ganho dois mil reais por mês”, só que o danado nunca teve uma planilha de custo-lucro-benefícios que é o que a gente pedia aqui dentro do *shopping*, porque pras pessoas “vender” a mercadoria tem um custo, cê vendeu cem reais vai ter... que o camelô ele é burro, ele compra por dez e vende por onze, não sabe pôr margem em mercadoria. Então ele compra cem reais de mercadoria e se ele trabalhar com uma margem de trinta por cento ele vai ter trinta de lucro né, cem é pra ele repor. Dos trinta ele tem passagem, almoço, é tem... despesa de casa, etcetera e tal, aqui dentro ele tem condomínio, aluguel, não sobra nada! Aqui dentro desse shopping tem pessoas aqui, eu tomo conta da loja de uma senhora aqui, que ela vendeu oitenta reais em seis meses, ela tá pagando duzentos e vinte e cinco reais de condomínio e aluguel mensais, pra vender oitenta e quatro reais em seis meses! (Depoimento Verbal)⁴³.

Observa-se, pelo relato apresentado, que o entrevistado considera ainda que os valores cobrados de aluguel e condomínio dentro do shopping popular estão relacionados ao conhecimento por parte do poder público dos valores recebidos pela categoria com o trabalho desenvolvido nas ruas. No entanto, o mesmo entrevistado sinaliza um desconhecimento do real rendimento obtido pela categoria, devido à falta de uma planilha de custos, ou seja, alega que os camelôs não tinham um conhecimento exato de seu negócio e de seu lucro, desenvolvendo um trabalho sem planejamento adequado. Pode-se concluir que a dificuldade na apresentação do rendimento por parte dos entrevistados, pode tanto estar relacionada a um desconhecimento devido à falta de um planejamento do negócio, como pela apreensão de possíveis conseqüências do uso de informações confidenciais por parte do poder público.

⁴³ Entrevista concedida por usuário do *Shopping* Tupinambás, em 17/08/2005.

No entanto, o rendimento alcançado no *shopping* foi apresentado pela maioria dos entrevistados com mais exatidão, e poucos declararam obter uma renda superior ao da rua. Muitos disseram que a renda garantida no *shopping* às vezes não é suficiente nem para cobrir as despesas de condomínio e aluguel, e apresentaram uma grande queda de poder aquisitivo, o que desencadeou uma série de mudanças em suas vidas, afetando suas relações sociais e familiares. Um entrevistado afirmou que suas duas filhas adolescentes e sua esposa tiveram que começar a trabalhar para complementar a renda da família. Em outro caso, apesar de o rendimento obtido no shopping não ser tão baixo, o nível de vida do entrevistado piorou significativamente. Outro entrevistado também, alegou ter que utilizar sua pensão do INSS para manter suas despesas, e que ainda precisou recorrer a um empréstimo bancário.

No relato a seguir o entrevistado descreve os problemas que está enfrentando pela diminuição de seus rendimentos:

Aqui estou há mais de um ano e não dá nada. Só no Natal vendi bem. Tenho várias boletas de aluguel atrasado. Tô vendendo terreno que comprei com o dinheiro da rua pra pagar o aluguel. Aqui no *shopping* chegamos às 9h, na rua 9:00 a gente já podia ir embora. (Depoimento Verbal)⁴⁴.

As vendas baixas e a perda de lucratividade com a mudança para os *shoppings* populares foram questões apontadas pela maioria dos entrevistados, em todos os centros de compras pesquisados. Vale salientar que mesmo nos shoppings que apresentaram uma boa circulação e movimentação de pessoas, as queixas com relação à diminuição da rentabilidade também foram frequentes. Assim, as perdas com a transferência se sobrepõem aos ganhos, principalmente se comparado às idealizações iniciais da categoria, que almejava reconhecimento, formalização e legalização do trabalho, elevação do *status* e maiores ganhos

⁴⁴ Entrevista concedida por usuário do *Shopping* Tupinambás, em 17/08/2005.

econômicos. A fala a seguir ilustra com clareza a frustração e descrédito com as ações executadas:

Eu me sinto assim impossibilitada, me sinto assim fracassada porque é, a gente, nós lutamos demais pra poder construir o *shopping* e o sonho da gente era sair da informalidade pra formalidade, e a gente tá vendo que hoje é Fulano amanhã é Beltrano e da mesma forma eu também, porque eu não tenho jeito de pagar aluguel. Depois que nós viemos pra cá eu tornei a ser despejada de onde eu morava, cê entendeu? Então eu vejo assim com muita tristeza, sabe? Eu vejo que foi uma luta em vão porque o pessoal que tinha, que tá nesses espaços, eles não vão tá quando a coisa tiver funcionando... sabe? Por isso que eu acho que foi uma política perversa que a prefeitura usou com a gente de não deixar opção, né? Ou você vem pra cá ou você, ou você vem ou vem, então uma situação assim... sabe? Você vê aquelas pessoas que tem trinta anos que andou com cê na rua, pessoas que realmente não tem condição de... de comprar mercadoria, sabe? Todos têm filhos... (Depoimento Verbal)⁴⁵.

O *Shopping* Oiapoque, considerado o de maior sucesso devido ao grande fluxo de pessoas, foi o que mais apresentou volume de vendas, satisfação dos empreendedores e aumento do lucro. Porém, os empreendedores situados no 2º piso e em algumas laterais demonstraram muita insatisfação com o negócio e declararam perdas financeiras decorrentes da mudança. Assim, o desenvolvimento do negócio tem uma relação direta com o investimento feito no empreendimento, a localização do boxe e os produtos comercializados.

Ainda cabe ressaltar a administração interna dos *shoppings* como um dos elementos importantes para o bom funcionamento do empreendimento. No Xavantes, por exemplo, existe uma preocupação por parte da administração em fazer propagandas para a divulgação do espaço. A estrutura interna do local facilita a circulação de pessoas e, durante as visitas realizadas, percebeu-se uma boa organização do local. Também no Tupinambás a administração tem buscado incrementar as vendas e já foi instalado, ao lado do shopping, um *call center* e está prevista, de acordo com informações da PBH, a criação de uma farmácia popular no local. Essas ações estão sendo implementadas em parceria com a PBH, e, no relato abaixo, o Gerente dos Centros de Comércio Popular explica as estratégias que estão sendo viabilizadas:

⁴⁵ Entrevista concedida por usuário do *Shopping* Tupinambás, em 16/08/2005.

Está sendo negociado a instalação de um *call center* no *shopping* Tupinambás, que funcionará com mil e quinhentas pessoas. Ou seja, vai circular gente lá dentro. A farmácia popular também será instalada e parece que no início do ano começa a funcionar. A previsão é de um giro em torno de quinhentas, oitocentas pessoas / dia circulando lá dentro da farmácia. Assim acreditamos em uma melhora na movimentação de pessoas dentro desse shopping. (Depoimento Verbal)⁴⁶

No entanto, no Caetés foi verificada uma situação inversa no que diz respeito à administração interna. A estrutura física do *shopping* é confusa e muito desorganizada, e a distribuição dos boxes se realiza em vários níveis, o que dificulta a mobilidade e a localização das pessoas dentro do espaço. Esse *shopping* foi o que apresentou o menor fluxo de pessoas e também o maior número de empreendedores insatisfeitos, mesmo sendo localizado em uma das ruas mais movimentadas da região central.

Verifica-se que a falta de preparação, organização e planejamento para a ocupação dos shoppings populares foram determinantes para o sucesso do novo modelo. Porém, esses elementos não foram valorizados durante o processo de transferência, o que determinou o insucesso de muitos camelôs. Pode-se observar que aqueles que alcançaram bons resultados, foram camelôs que estavam mais organizados, que planejaram, que tinham uma certa reserva financeira, e, dessa forma, puderam investir no negócio - aumentando estoque, mudando a mercadoria, diversificando produtos ou mesmo adquirindo boxe em pontos estratégicos, dentre outros - e também aqueles que tinham uma certa visão de negócio e de investimento.

4.9- SOCIABILIDADE ESTABELECIDADA NOS SHOPPINGS POPULARES

Na pergunta relacionada à existência de amigos dentro do *shopping*, as respostas foram bastante diversificadas e um número significativo descreveu que dentro do *shopping* o

⁴⁶ Entrevista concedida pelo Gerente dos Centros de Comércio Popular, em 14/12/2005.

que existe é coleguismo, companheirismo, boa convivência, tranquilidade, mas poucos amigos. Destacaram existir muita concorrência, competição e inveja entre os empreendedores e que é difícil definir quem é de fato amigo. Quase todos os entrevistados, no trato da questão relacionada à amizade, apresentaram relações diferenciadas no espaço da rua e do *shopping*. Percebe-se pelos relatos que a amizade estabelecida na rua era mais solidificada, caracterizada pela confiança, ajuda mútua e trocas. Já no *shopping*, ela é estabelecida de maneira mais casual e informal, as pessoas buscam uma boa convivência e nota-se a presença da concorrência e da competição permeando as relações e determinando ainda um individualismo muito forte no local. A seguir um relato que exemplifica bem as divergências entre o grupo: “- Eu convivo bem, mas aqui existe muita concorrência. Tem pessoas difíceis aqui dentro. Não existe muita união”(Depoimento Verbal)⁴⁷.

A amizade no *shopping* é sempre estabelecida com quem está mais próximo, e o tamanho do local dificulta a aproximação e interação entre as pessoas. No entanto, alguns entrevistados afirmaram ser possível estabelecer laços de amizade dentro do *shopping* e sempre aqueles que estão passando por algum tipo de dificuldade são ajudados por outros em melhor condição financeira. Um entrevistado declarou que: “(...) o espírito não mudou, só mudou a questão financeira” (Depoimento Verbal)⁴⁸.

No *shopping*, percebe-se que as relações estabelecidas são permeadas por muita concorrência, rivalidade e competição, e apesar de esses sentimentos existirem nas ruas, ficaram mais evidenciados nesse espaço. A obrigatoriedade de efetuar os pagamentos das taxas mensais exigidas para o funcionamento do box, a dificuldade de diversificar a mercadoria, infrequente a pouca movimentação de pessoas no local, e a necessidade de aumentar as vendas para viabilizar o negócio, são elementos geradores de um ambiente de

⁴⁷ Entrevista concedida por usuário do *Shopping* Tupinambás, em 16/08/2005.

⁴⁸ Entrevista concedida por usuário do *Shopping* Tupinambás, em 16/08/2005.

disputa, de pouca cooperação. O que prevalece nesses espaços é o individualismo, a garantia de interesses privados e o antagonismo social, típicos do sistema capitalista, que opera de maneira nefasta quanto mais aumenta a competição e a concorrência.

4.10-AVALIAÇÃO DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS PELA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

A avaliação das ações da PBH com relação à criação dos shoppings populares e a retirada dos camelôs da rua foi considerada para a maioria dos entrevistados, como sendo negativa. Para eles, a PBH somente se preocupou com a desocupação das ruas, e que a transferência deles para os *shoppings* populares não foi feita de forma estruturada e organizada, com preparação e assessoramento técnico. A maioria dos entrevistados declarou um certo despreparo para a ocupação dos *shoppings* populares, e foram citados desde a falta de recursos financeiros para a compra de mercadoria e montagem dos boxes, até a mudança rápida no final do ano, para alguns shoppings, num período de maior venda. No relato a seguir, o entrevistado comenta sobre o despreparo na ocupação dos *shoppings* populares pelos camelôs :

Eles tiraram a gente da rua sem nos preparar, nos trouxeram para cá, sem nada arrumado, perdemos o Natal, pois nos expulsaram no início do mês, época em que mais ganhamos dinheiro. Se tivesse deixado o camelô na rua o mês de dezembro, poderíamos ter nos capitalizado mais para investir no *shopping*. (Depoimento Verbal)⁴⁹.

Apesar de a PBH ter oferecido uma oficina através do SEBRAE, denominada “Oficina do Empreendedor”, a mesma, para a maioria que participou, não ofereceu nenhuma novidade,

⁴⁹ Entrevista concedida por usuário do *Shopping* Caetés, em 02/08/2005.

nenhum conhecimento novo para o trabalho desenvolvido dentro dos *shoppings*, e, além disso, ocorreu de forma tardia, já que foi realizada, muito tempo após a transferência deles para os shoppings. O depoimento abaixo explicita essa questão:

Então tinha que haver um curso de capacitação, porque cê tem uma pessoa que vende mandioca há trinta anos, todo dia chega, monta o tabuleiro com suas mandiocas, de repente essa pessoa ganha uma loja, né? uma loja cê tem que trabalhar em situação diferente que você trabalha na rua. (...)Olha, eu acho que a prefeitura, ela foi irresponsável, usou uma política perversa com o torero porque, é... os shoppings não são populares, eles têm aquela placa lá de popular, mas não é. O *shopping* é particular (Depoimento Verbal)⁵⁰.

Já para o Gerente dos Centros de Comércio Popular da PBH, a oficina desenvolvida pelo SEBRAE foi um trabalho importante de preparação dos camelôs e toreros para a nova realidade de trabalho, e comenta:

...o SEBRAE participou desenvolvendo uma oficina chamada de “Oficina do Empreendedor”, que não exigiu escolaridade. Uma oficina super prática, utilizando jogos, inclusive. O trabalho buscou chamar a atenção para a importância de se desenvolver um espírito de empreendedor. Claro! Dentro do espírito capitalista...(Depoimento Verbal)⁵¹.

È interessante pontuar que os camelôs, acostumados a ter somente uma cobrança anual da taxa de licenciamento, mais os gastos empregados para o armazenamento e transporte da mercadoria, se depararam com aluguel e taxa de condomínio mensais, cujo valor muitos consideram-no alto, ao se transferirem para os *shoppings* populares. Alguns entrevistados sugeriram que a intervenção da PBH deveria ter garantido um período de carência para a cobrança dessas taxas e que essas iniciassem, quando o negócio já estivesse mais estabelecido. Também foi citado por um grupo de entrevistados, a criação, pela PBH, de

⁵⁰ Entrevista concedida por usuário do *Shopping* Tupinambás, em 16/08/2005.

⁵¹ Entrevista concedida pelo Gerente dos Centros de Comércio Popular, em 14/12/2005.

um espaço único, onde se concentrariam todos os camelôs, sem cobrança de aluguel e somente fosse cobrada uma taxa de manutenção. Para esse grupo, a divisão dos camelôs em quatro shoppings foi extremamente prejudicial para a categoria, pois além de separá-los, eles foram desarticulados.

Assim, além dos aspectos negativos anteriormente citados, também foram ainda mencionados pelos entrevistados, a pequena participação do poder municipal na resolução dos problemas enfrentados pelos empreendedores dentro dos *shoppings*, e o seu não envolvimento nos assuntos internos, demonstrando uma grande passividade, e não cumprindo seu papel de mediador. Fizeram uma lista de críticas quanto ao papel da PBH nessa transferência. Segundo os entrevistados ela não demonstrou interesse por eles e somente valorizou os possíveis “acordos” firmados; não agiu corretamente, pois deveria ter negociado o preço do aluguel e condomínio com os donos dos *shoppings*; deveria ter controlado a entrada de comerciante, já que, no local, há muitos lojistas; a PBH, segundo um depoimento, “privatizou” os camelôs, ou seja, para esse entrevistado a PBH os “traiu”, pois, a partir da transferência para os *shoppings*, tornou-se ausente, buscando não se envolver com os problemas vivenciados pelos empreendedores, e que a PBH vinculou uma outra imagem da transferência na mídia, ou seja, positiva e benéfica. Nos relatos abaixo ficam exemplificados, a avaliação feita pelos empreendedores: Todo mundo pensa que a gente não paga nada. O prefeito falou que foi bom para os camelôs, é mentira. Tem muito pouco camelô aqui. A maioria já vendeu os boxes. (Depoimento Verbal)⁵².

(..)para o povo de fora foi bom, limpou as ruas da cidade. Para o camelô não foi.O povo de fora não tá na pele do camelô. O camelô está passando dificuldade.A prefeitura foi muito “sacana”, jogou a gente na boca do tubarão.Issso aqui é particular. Ela tirou o “rabo” dela fora. A prefeitura tinha que montar o *shopping* popular da prefeitura e a gente pagar uma taxa de manutenção. Aqui em cima

⁵² Entrevista concedida por usuário do *Shopping* Xavantes, em 09/08/2005.

ninguém está satisfeito. Se a gente for pagar aluguel, a gente deixa de colocar mercadoria. (Depoimento Verbal)⁵³.

Em outro relato, o entrevistado deixa clara sua indignação, com relação às ações da PBH, que, para ele, se basearam somente em “limpar a rua” e dar uma resposta aos comerciantes da região central pelo pagamento de impostos municipais: “a PBH só quis tirar os camelôs da rua, só foi fachada. Limpar a rua para os lojistas que pagam impostos. Nos tirou da rua e nos colocou na mão dos empresários e não fez mais nada”. (Depoimento Verbal)⁵⁴.

Em uma das falas, o entrevistado declara que “suas intenções (da PBH) são negativas, jogou a gente na mão de empresários”. (Depoimento Verbal)⁵⁵.

Vale destacar, também, um relato de um entrevistado que aponta o interesse político da PBH, relacionando a eleição do prefeito municipal com a retirada dos camelôs das ruas, que ocorreu próxima às eleições municipais, vista como uma grande realização do poder público pela população local.

Outro ponto negativo apresentado trata-se da falta de investimento da PBH na divulgação dos *shoppings*, alguns entrevistados alegam que a divulgação maior se destina ao *shopping* Oiapoque. Em função disso, algumas iniciativas, divulgação em uma rádio da cidade, panfletagem, cartões de visita, têm sido feitas pelos próprios empreendedores junto aos seus gestores. Porém, de acordo com o Gerente dos Centros de Comércio Popular, a Prefeitura não fará publicidade e a divulgação do *shopping* Oiapoque não foi feita pelo poder municipal, mas pela mídia local, de forma espontânea. Segundo o gestor esse trabalho é de responsabilidade dos *shoppings* ou mesmo dos empreendedores.

⁵³ Entrevista concedida por usuário do *Shopping* Tupinambás, em 16/08/2005.

⁵⁴ Entrevista concedida por usuário do *Shopping* Tupinambás, em 16/08/2005.

⁵⁵ Entrevista concedida por usuário do *Shopping* Oiapoque, em 24/08/2005.

No entanto, alguns entrevistados disseram que a mudança para os *shoppings* era inevitável e concordam com as ações da PBH. No entanto, esses informantes reclamaram do valor cobrado de aluguel e condomínio.

Para o Gerente dos Centros de Comércio Populares, alguns camelôs e toreros, durante o período que permaneceram nas ruas, estabeleceram vínculos muito fortes com os fiscais da PBH, o que gerou uma certa dependência da categoria com a instituição. Nos *shoppings* populares, essa relação se modificou e a categoria passou a ser responsável pelo seu próprio negócio sem a participação da PBH. No relato a seguir, o Gerente de Centros de Comércio Popular revela seu posicionamento diante dessa situação:

... a Prefeitura chegou no seu limite e daqui pra frente os camelôs serão os responsáveis pelo seu negócio. Assim, terão que investir, comprar, analisar o tipo de mercadoria que vão vender, levantar os pontos fracos e os pontos fortes do seu investimento. As pessoas sempre foram muito dependentes da Prefeitura, principalmente quando estavam nas ruas, inclusive muitos fiscais até eram padrinhos de muitos camelôs. Agora, não é possível mais estabelecer esse tipo de relação... (Depoimento Verbal)⁵⁶.

Ainda foram mencionadas pelo Gerente dos Centros de Comércio Popular algumas estratégias que estão sendo implementadas em alguns shoppings, atendendo às reivindicações dos empreendedores, buscando aumentar o fluxo de pessoas no local. Dentre elas cabe destacar: a transferência de pontos de ônibus de linhas consideradas importantes para ruas próximas ao *Shopping Tupinambás*, criação de farmácias e restaurantes populares e praças de alimentação dentro dos *shoppings*.

Após a análise dos relatos, percebe-se que a maior insatisfação apontada pelos entrevistados com relação às ações da PBH não está relacionada somente à retirada dos mesmos das ruas, mas ao seu distanciamento após a mudança para os *shoppings* ter sido efetivado. A não participação da PBH nas negociações dentro dos *shoppings*, o seu

⁵⁶ Entrevista concedida pelo Gerente dos Centros de Comércio Popular, em 14/12/2005.

afastamento a partir do momento que estabeleceram no local, a falta de divulgação do estabelecimento fazem com que os entrevistados se sintam abandonados, inseguros, sem representação e “entregues” às determinações da iniciativa privada; entretanto os Conselhos Gestores dos *shoppings* não foram citados nas falas. Os entrevistados acreditavam numa participação mais efetiva da PBH na administração dos *shoppings* populares, pois confiavam no poder público municipal e na implementação de uma política pública efetiva que viesse também beneficiá-los; ou seja, tinham como ideário a regulamentação da atividade informal, a formalização do trabalho, a valorização e o desenvolvimento de um “espírito empreendedor”, que garantisse lucro e condições adequadas para a realização do seu trabalho.

Quanto a esta questão, é importante ressaltar que na entrevista realizada com o Gerente dos Centros de Comércio Popular, ficou claro que após a construção dos *shoppings* populares, a PBH diminuiu sua relação direta com os camelôs e essa passou a ser estabelecida com os administradores dos *shoppings*, e o representante dos empreendedores dentro dos *shoppings*. Assim, o que se percebe é uma mudança quanto à forma de gerenciar o trabalho, que deixa de ser desenvolvida por meio de relações diretas e passa a ser feita via representação, não se constituindo em um “abandono” ou distanciamento por parte da PBH, como apresentado pelos entrevistados.

Percebe-se que, apesar das críticas com relação ao papel da PBH no acompanhamento dos *shoppings* populares, ações têm sido implementadas e esforços têm sido feitos de forma incrementar os *shoppings*, tanto por parte da PBH como dos próprios administradores desses espaços.

Ainda é importante salientar que as ações implementadas pelo poder público foram muito valorizadas pela população da capital. O depoimento do presidente da Associação dos Comerciantes do Hipercentro ao jornal “Hoje Em Dia”, no dia 24 de abril de 2006, ilustra de forma clara essa avaliação, ao reconhecer que a retirada de camelôs e toreros do centro deu

“cara nova” ao lugar; que as ocorrências policiais diminuíram e sem as barracas a visibilidade nas ruas ficou melhor, ele ainda declarou que os marginais perderam os locais para se esconderem. Também apontou que as mudanças devolveram aos consumidores as ruas e fizeram os imóveis comerciais trancados reabrirem. Segundo esse mesmo jornal, em 2004, havia 164 portas fechadas de pontos comerciais apenas nas Avenidas Olegário Maciel e Santos Dumont, e no momento atual quase todas estão reocupadas. Assim, para moradores e trabalhadores que desenvolvem suas atividades na região central e ainda consumidores, a retirada dos camelôs das ruas trouxe de volta a tranquilidade ao local, principalmente pela diminuição de roubos, a melhoria da segurança, o conforto garantido com a abertura das ruas e a própria facilidade de trafegar e realizar compras.

4.11-OS INTERESSES COLETIVOS

No que tange ao trabalho da associação dos camelôs e a participação dos entrevistados nas reuniões e eventos promovidos pelas entidades, houve basicamente um consenso quanto à crença na falta de resultados positivos das iniciativas da associação, e todos, com exceção de poucos entrevistados, avaliaram de forma negativa o trabalho desenvolvido pelas representações da categoria. Para eles, os representantes faziam muitas promessas, porém não as cumpriam, o que acabou gerando descrédito e falta de confiança na representação. Também pontuaram a preocupação dos representantes em garantir interesses próprios, a desunião da categoria, a falta de força política e o seu papel manipulatório. Vários entrevistados acreditam que ocorreu uma cooptação dos representantes, que foram corrompidos e beneficiados pelo poder público e pela iniciativa privada, principalmente durante o processo de transferência para os *shoppings* populares recebendo mais de um boxe ou podendo escolher uma melhor localização dentro do *shopping*. Os depoimentos a seguir exemplificam bem a avaliação que

fazem das associações representativas: A gente percebe que os representantes não têm muita força e os camelôs são desunidos. A gente fala e não tem retorno nenhum”. (Depoimento Verbal)⁵⁷.

Associação protetora de vagabundo, né? Porque esse pessoal da associação devia caçar serviço. Eles é que estão prejudicando o andamento do *shopping*, né?(...) Eu fui participar de uma manifestação na porta da Prefeitura, quando eu cheguei lá descobri que o rapaz que tava liderando a manifestação era candidato pra vereador, eu caí fora... (Depoimento Verbal)⁵⁸.

Durante 20 anos, eu mexi com a Associação. Era muito boa. Nós fomos traídos pelos nossos comandantes. A nossa situação está no pé que está hoje, em função dos nossos representantes. Os nossos representantes não souberam aproveitar as vantagens, em função de questões políticas. Os representantes não tiveram capacidade de discutir a saída dos camelôs da rua. Falta de união do próprio camelô. Foi chamado para briga e o camelô achou que teria vantagem no *shopping*. (Depoimento Verbal)⁵⁹.

Eu já participei., eles são comprados. Eles são mais “forte”, então eles podem comprar os líderes... foi dividindo o pessoal, e o movimento foi enfraquecendo... eles foram comprando, arrumando lugar pra uns, pra outros. A questão não é esperteza, é poder. (Depoimento Verbal)⁶⁰.

Pra mim é a mesma coisa de político. Só fui uma vez em reunião. O que manda é o dinheiro dentro do *shopping*. Não acredito no trabalho deles. (Depoimento Verbal)⁶¹.

Outro ponto que merece destaque trata-se do desconhecimento por parte dos entrevistados dos nomes das lideranças atuais da Associação dos Camelôs, sendo que, para alguns, a associação foi desativada e, no momento, a única representação da categoria é o gestor do conselho do *shopping*. De acordo com o Gerente dos Centros de Comércio Populares da PBH, no momento não existe uma representação oficial da categoria, e a

⁵⁷ Entrevista concedida por usuário do *Shopping Xavantes*, em 09/08/2005.

⁵⁸ Entrevista concedida por usuário do *Shopping Tupinambás*, em 15/08/2005.

⁵⁹ Entrevista concedida por usuário do *Shopping Tupinambás*, em 15/08/2005.

⁶⁰ Entrevista concedida por usuário do *Shopping Xavantes*, em 09/08/2005.

⁶¹ Entrevista concedida por usuário do *Shopping Xavantes*, em 09/08/2005.

Associação dos Camelôs está inativa desde a transferência para os *shoppings* populares. Porém, em um programa televisivo, a categoria foi representada por uma pessoa identificada como presidente da associação dos empreendedores populares, denominada de AGEPOPS.

É interessante pontuar que, no shopping Oiapoque, o gestor, representante da categoria, foi reconhecido somente por dois entrevistados, mas este ao ser entrevistado, alegou ser bem aceito pelo grupo e que todos confiam nele. A gente tinha uma briga inicial de um grupo, porém depois o pessoal foi se afastando .Eu não tenho briga com o Mário, porém os camelôs não têm confiança nos administradores.Eles confiam em mim (Depoimento Verbal)⁶².

Percebe-se que o representante tem uma visão bem restrita do que ocorre dentro do shopping. Devido ao tamanho do empreendimento, e à questão da localização dos boxes ser bastante diferenciada, ou seja, dois pavimentos e áreas com muito movimento, e o mesmo não ocorre em outras áreas, o reconhecimento pelo trabalho do gestor foi fundamentalmente de entrevistados que possuem boxes próximos ao dele ou no mesmo pátio. Ainda, foi citado, durante a entrevista com o gestor, um churrasco organizado na semana anterior, o qual teve a participação de vários empreendedores, inclusive o dono e os administradores do *shopping*, sendo avaliado pelo gestor como um grande evento. Observa-se que o gestor tem buscado criar uma aproximação maior e uma certa articulação entre eles e os administradores dos *shoppings*, através de eventos festivos. Porém, tal fato não foi mencionado por nenhum entrevistado localizado fora do pátio, onde se encontra o boxe do gestor, podendo ser analisado como uma ação isolada, sem grandes repercussões .

Verifica-se que os entrevistados reclamam da situação em que se encontram, mas não se envolvem diretamente com os problemas que estão enfrentando dentro do *shopping*, e têm deixado a cargo de seu gestor a busca de solução para as dificuldades. Esse comportamento é

⁶² Entrevista concedida pelo Gestor do *Shopping* Oiapoque, em 14/12/2005.

semelhante àquele que tinham quando trabalhavam na rua, ou seja, a categoria continua desarticulada, enfraquecida, fragmentada, com baixo poder de negociação e, acima de tudo, desacreditada. Observa-se a reprodução de uma apatia no que diz respeito à participação política e à luta por interesses coletivos. Essa situação pode estar relacionada à falta de confiança e credibilidade na representação da categoria, que sempre foi considerada como aliada do poder público, e preocupada com a garantia de interesses particulares.

4.12-RELAÇÃO COM OS ADMINISTRADORES DOS SHOPPINGS POPULARES

A pergunta relacionada à opinião dos entrevistados acerca dos donos dos *shoppings* foi respondida de forma bem diferenciada nos quatro centros comerciais, sendo que, em alguns locais, foram criticados, em outros, elogiados, e ainda em um deles esta pergunta foi relacionada às ações dos administradores.

É importante salientar que os dados levantados no *Shopping Caetés*, se diferenciaram dos outros três. Nesse shopping, os entrevistados relacionaram a pergunta às ações desenvolvidas pelos administradores do empreendimento. Com exceção de um entrevistado, todos os outros depoentes criticaram suas posturas, considerando-os despreparados, “perdidos”, sem qualificação para assumir o cargo, com pouco investimento no negócio, arrogantes, sem diálogo, com dificuldades de empenho na resolução dos problemas, além de estarem apenas preocupados com o recebimento do aluguel dos boxes, cobrando juros altos, no caso de atraso do pagamento. Além disso, os funcionários contratados pela administração foram considerados igualmente despreparados e sem qualificação para o cargo que ocupam, especialmente no que se refere aos serviços de segurança.

Os administradores do *shopping* fazem parte de uma mesma família e, de acordo com alguns entrevistados, existem muitos conflitos entre eles, que são evidenciados nas relações de trabalho. Esses entrevistados disseram se sentir constrangidos e incomodados com determinadas situações que presenciam e com a maneira como eles tratam os funcionários: aos gritos e com arrogância.

Um relato ilustra bem as questões apontadas: (...) “uma das primeiras falhas foi entregar a administração para uma pessoa sem competência. O cara não tem competência, não tem dinheiro, eles brigam entre família, mal tratam os funcionários, gritam com os funcionários”. (Depoimento Verbal)⁶³.

Outro ponto também levantado diz respeito à dificuldade em buscar respostas para os problemas que vão surgindo no dia-a-dia. Declararam que “um empurra para o outro (administração do *shopping* e PBH) e os problemas geralmente não são resolvidos”. (Depoimento Verbal)⁶⁴.

Outra questão que merece destaque refere-se à ampliação que está sendo feita no *shopping*. Para os entrevistados, esses boxes possuem uma infra-estrutura bem melhor que a dos boxes onde estão instalados, e sentem-se prejudicados e injustiçados.

Observa-se uma insatisfação generalizada por parte dos entrevistados com relação à administração do *shopping*. Os aspectos levantados anteriormente sobre os responsáveis pela administração dificultam muito o desenvolvimento e implementação do negócio. Os empreendedores não confiam na administração, consideram-nos sem condições de dirigir o empreendimento, e diante da falta de diálogo com eles, buscam estratégias para divulgar o *shopping*, e atrair clientes isoladamente. Assim, dos quatro *shoppings*

⁶³ Entrevista concedida por usuário do *Shopping* Caetés, em 02/08/2005.

⁶⁴ Entrevista concedida por usuário do *Shopping* Caetés, em 02/08/2005.

pesquisados, encontramos nesse a menor movimentação em termos de fluxo de pessoas, e conseqüentemente, aquele com o maior índice de insatisfação e queixas.

Nos demais *shoppings*, as respostas apresentadas pelos entrevistados foram bastante diversificadas, mas alguns entrevistados não responderam à pergunta. Alguns disseram não gostar dos administradores e outros disseram que gostam e procuram manter uma boa relação com eles. Segundo os entrevistados, os administradores são pessoas de fácil acesso e “não têm nada contra eles” (Depoimento Verbal)⁶⁵. Também destacaram que esses administradores se esforçam para melhorar os empreendimentos, mas, novamente, o principal ponto negativo levantado refere-se ao valor alto cobrado nos aluguéis.

No entanto, o dono do *shopping* Oiapoque, apesar de elogios recebidos, foi criticado de maneira veemente por alguns empreendedores, conforme os relatos a seguir: “Sem ética, sem respeito aos comerciantes. Autoritário e sem compromisso com o próprio estabelecimento”. (Depoimento Verbal)⁶⁶. “Os donos dos shoppings só “vê” o lado deles”(Depoimento Verbal)⁶⁷. “É gente boa e simples, trata todos com educação e brincadeiras, mas quase não vejo e é rigoroso com a cobrança, até lacra o boxe”. (Depoimento Verbal)⁶⁸. “Ganha muito dinheiro, o único que tá bem, não tá nem aí pra gente”. (Depoimento Verbal)⁶⁹.

Diante dos relatos coletados, observa-se que alguns empreendedores analisam a figura dos donos dos *shoppings* como empresários, preocupados com o aumento do lucro e que administram o negócio como se fosse um empreendimento privado, sem vínculo com poder público. Outros já criticam a postura desses proprietários, pois acreditavam numa

⁶⁵ Entrevista concedida por usuário do *Shopping* Xavantes, em 09/08/2005.

⁶⁶ Entrevista concedida por usuário do *Shopping* Oiapoque, em 24/08/2005.

⁶⁷ Entrevista concedida por usuário do *Shopping* Oiapoque, em 20/08/2005.

⁶⁸ Entrevista concedida por usuário do *Shopping* Oiapoque, em 23/08/2005.

⁶⁹ Entrevista concedida por usuário do *Shopping* Oiapoque, em 23/08/2005.

administração mais popular em que os interesses coletivos fossem reconhecidos, e não somente os privados.

Pode-se inferir, a existência de uma clara articulação do poder público com a iniciativa privada, em torno de uma operação urbana, que após a concretização, não se preocupou mais com a divulgação ou legitimação de seus objetivos, expressando interesses mercadológicos e não pressupondo negociações públicas.

4.13-PERSPECTIVA PARA O FUTURO

Ao serem interrogados sobre o desejo de deixar a atividade informal e ter emprego fixo com carteira assinada, as respostas foram bem variadas e diversificadas de acordo com os *shoppings*.

Nos Shoppings Tupinambás e Caetés poucos foram os entrevistados que disseram não querer mudar de atividade, e aqueles que responderam não à pergunta, foram pessoas aposentadas, com idade mais avançada ou com algum problema de saúde. Os demais apresentaram o desejo de ter um emprego formal, no entanto, a mudança dependeria de algumas condições como salário, função e empresa. Esse grupo acredita que, no mercado formal, poderá ter um futuro melhor, pois o *shopping* tem garantido somente o suprimento das necessidades básicas. “Sim, de balconista, por exemplo.” “No *shopping* só dá para comer e beber, e o futuro?”. (Depoimento Verbal)⁷⁰. “Carteira assinada? É tentador e muito melhor, mas depende da proposta” . (Depoimento Verbal)⁷¹.

A possibilidade de obter um emprego formal e com carteira assinada é considerada, por alguns, como a solução para garantir um salário fixo, horário regulado, benefícios diretos

⁷⁰ Entrevista concedida por usuário do *Shopping* Tupinambás, em 16/08/2005.

⁷¹ Entrevista concedida por usuário do *Shopping* Caetés, em 02/08/2005.

e indiretos e segurança. Assim, pode-se notar que ter um trabalho com carteira assinada ainda tem um simbolismo muito forte para alguns, muitos se sentiriam mais prestigiados caso tivessem um emprego formal.

Também no trato da questão, alguns entrevistados disseram que gostariam de mudar, porém não gostariam de ter patrão; ou seja, desejam ter um salário fixo, segurança, mas não querem perder a liberdade de escolha do horário de trabalho, e ainda não querem ser subordinados a nenhuma chefia.

Já nos Shoppings Oiapoque e Xavantes, a maioria não deseja ter trabalho formal ou apresenta restrições a isso, principalmente no que se refere ao salário. Percebe-se que essa categoria de trabalhadores encontra-se há muito tempo fora do mercado de trabalho formal e alcançaram uma determinada autonomia. O retorno ao trabalho formal é visto como um retrocesso, uma derrota e uma subjugação àquilo que alguns condenam, e não desejam, que é a relação patrão *versus* empregado e os baixos salários recebidos. “Não tenho profissão. Não ia achar um emprego que pague o suficiente. Se eu ganhasse quinhentos, seiscentos, eu iria” (Depoimento Verbal)⁷². “De maneira alguma, não é viável. Não tenho estrutura para ganhar mal nem para hierarquia de patrão”. (Depoimento Verbal.)⁷³.

Essa questão apresenta alguns aspectos que merecem ser analisados. Primeiramente, os entrevistados tinham um rendimento na rua que lhes garantiam uma boa qualidade de vida e, provavelmente, no mercado formal teriam sérias dificuldades em conseguir um rendimento semelhante. Os entrevistados conseguiram, através do trabalho informal, uma certa autonomia na relação de trabalho devido à inexistência da figura do patrão, como também uma flexibilidade do horário de trabalho. Devido a esses aspectos, os entrevistados, apesar da insatisfação com relação às vendas nos *shoppings*, determinam algumas condições para o retorno ao mercado formal, dentre elas: salário, condições de trabalho, cargo, empresa; ou

⁷² Entrevista concedida por usuário do *Shopping* Xavantes, em 09/08/2005.

⁷³ Entrevista concedida por usuário do *Shopping* Oiapoque, em 23/08/2005.

seja, após vivenciarem a experiência no mercado informal, verifica-se uma certa exigência por parte desses trabalhadores no estabelecimento do vínculo formal de trabalho. Assim, o desenvolvimento das atividades informais determinou uma nova condição de trabalho para essa categoria de trabalhadores, que, apesar da precariedade das condições, principalmente para alguns, satisfazia mais que o sistema formal de trabalho, principalmente por permitir uma certa autonomia, liberdade e também melhores ganhos. Observa-se que esse grupo de trabalhadores se sentia, nessa condição, menos explorados que no sistema formal de trabalho.

5-CONCLUSÃO

A proposta deste trabalho foi analisar a presença dos camelôs nas ruas do centro de Belo Horizonte e sua transferência para os *shoppings* populares, e, conforme procuramos mostrar, essa transferência determinou uma série de mudanças no desenvolvimento do trabalho para essa classe.

A região central de Belo Horizonte, durante décadas, concentrou atividades comerciais, financeiras, habitacionais e culturais, caracterizando-se pela heterogeneidade e diversidade, além de ter seus espaços referenciados pela sociabilidade e pela imprevisibilidade da experiência cotidiana. Assim, diante de tal polarização, a área central da capital mineira tornou-se um espaço atrativo de pessoas à procura de entretenimento, serviços diversos, compras, encontros, diversão, trabalho, sobrevivência ou mesmo vivência. A rua, como espaço público, nesse contexto, passou a ser utilizada de diferentes maneiras, de acordo com interesses e necessidades dos grupos que nela viviam e circulavam.

A marca da ocupação popular nos espaços públicos da cidade também se fez presente desde o início do século. Percebe-se, ao estudar a história da metrópole, que ao longo de sua formação, a presença de trabalhadores informais, desenvolvendo atividades nas ruas, sempre foi uma constante e isso se deu em alguns momentos que foram determinantes para a própria construção da metrópole.

No entanto, com o posterior crescimento da cidade, ocorreu um gradativo abandono das áreas centrais pelas camadas sociais de maior poder aquisitivo, que passaram a buscar em outros espaços, comodidade, conforto e segurança. Esse fato ocorreu devido ao processo de deterioração urbana, ocasionada pela diminuição relativa de investimentos públicos na infraestrutura da região, estagnação no ritmo das edificações, queda do uso habitacional e, ao mesmo tempo, pela intensificação da utilização popular do centro. Esta região passou a ser

ocupada principalmente por camelôs, ambulantes e toreros que buscaram, nesse espaço, uma forma de inserção no mercado de trabalho.

Assim, a área central da cidade tornou-se, ao longo tempo, o espaço de sobrevivência de uma população com baixa qualificação, que atingida pela instabilidade da oferta de empregos, principalmente em períodos de agravamento do desemprego, buscou, no setor informal, uma estratégia de trabalho para a garantia de um rendimento.

As transformações no mercado de trabalho nacional tiveram como ponto de partida as mudanças que se manifestaram na economia brasileira a partir de 1990. Essa década foi marcada por modificações significativas no processo produtivo das empresas capitalistas que, diante da necessidade de se manterem competitivas dentro do mercado, implementaram programas voltados à reestruturação produtiva, envolvendo novas formas de gestão e organização do trabalho. Esse processo implementado pelas empresas brasileiras desencadeou impactos diretos no mercado de trabalho brasileiro, agravando alguns problemas já existentes, dentre eles, o aumento do desemprego e a precarização das relações de trabalho.

Verifica-se, então, a partir principalmente dessa década, um aumento considerável do número de trabalhadores informais ocupando as ruas da região central da metrópole e apropriando-se de espaços públicos, como estratégias de sobrevivência. A rua, como espaço físico que compõe as cidades, num primeiro momento responsável pela circulação de pessoas, foi apropriada por diversos grupos que, diante de interesses e necessidades, passou a ocupá-la de várias maneiras, transformando um espaço de passagem em um ambiente privado. Observa-se uma redefinição de usos e funções dos espaços públicos a partir da maneira como passam a ser usados pelas pessoas que nelas se instalam, apropriando-se deles como locais de trabalho e/ou moradia.

O poder público por meio de leis e ações buscou, em diversos momentos da história da capital, garantir a organização e o funcionamento do trabalho informal desenvolvido nas ruas

centrais da cidade. No entanto, conflitos de interesses existentes entre os comerciantes informais e os comerciantes formais, representados pela Câmara dos Dirigentes Lojistas, e, ainda, a ocupação do espaço público, a sujeira dos passeios, a dificuldade de locomoção dos pedestres, a pouca visibilidade das lojas comerciais e o próprio acesso a elas, dentre outros aspectos, foram fatores importantes para a retirada dos camelôs das ruas centrais da cidade e a sua alocação em *shoppings* populares criados pelo poder público municipal em parceria com a iniciativa privada, sob o gerenciamento desse último.

Assim, as ações do poder público relacionadas à retirada dos camelôs das ruas e sua transferência para os *shoppings* populares foram implementadas por meio do *Código de Posturas do Município de 2003*, e tais estratégias faziam parte do Programa de Requalificação da área Central de BH, denominado *Centro Vivo*. Essa requalificação teve como objetivo a transformação do centro da cidade em um lugar melhor para se morar, trabalhar, passear, aprender e conviver. Para isso, o programa teve como metas o tratamento de espaços públicos como ruas e avenidas, a preservação do patrimônio construído, o fomento das atividades econômicas, a valorização da paisagem urbana, a melhoria das condições de mobilidade e a adequada segurança para os transeuntes.

Os camelôs e o toreros começaram a ser transferidos para os *shoppings* populares, no final do ano de 2003, e, apesar da resistência de alguns, a mudança foi feita de maneira tranqüila por meio do sorteio de boxes. Entretanto, a definição a cerca de qual *shopping* esses atores sociais ocupariam se fez de acordo com a localização deles nas ruas. Para os toreros, que se encontravam numa situação irregular, sem licitação e “correndo” da fiscalização, a garantia de um espaço regular para trabalhar representou um grande ganho. Porém, para os camelôs licenciados isso não deu da mesma forma. Assim, em função de interesses próprios e particulares das categorias, não foi consolidada a organização de um grupo forte que representasse os trabalhadores informais. Durante o período de trabalho nas ruas, foram

formadas duas organizações representativas da categoria: o *Sindicato dos Camelôs do Estado de Minas Gerais* e o *Sindicato dos Trabalhadores na Economia Informal de Belo Horizonte*. Os representantes desses dois sindicatos não conseguiram, nas suas gestões, estabelecer um nível de confiança e de credibilidade, e esses aspectos geraram um forte descrédito junto aos trabalhadores do setor informal e, ao mesmo tempo, uma desmobilização e apatia da categoria. A falta de participação, a dificuldade de se mobilizarem e a não definição de uma proposta única da categoria favoreceram enormemente as ações do poder público. Dessa forma, as negociações realizadas acabaram garantindo alguns ganhos para grupos isolados em detrimento da categoria como um todo.

A transferência para os *shoppings* populares potencializou ainda mais a fragmentação da categoria, que perdeu o pouco elo de união e de identidade que existia enquanto estavam nas ruas. Este elo foi construído principalmente pelas condições adversas que esse espaço oferecia. A busca para efetivação de certas garantias passou a ser isolada nesse novo local, visto que cada *shopping* possui sua particularidade, sua organização, seu público e suas necessidades. Essa diversidade determinou o aumento das diferenças entre a categoria, tornando-se ainda mais difícil a luta por interesses coletivos.

Nas ruas, o trabalho desenvolvido por essa categoria incorporou formas de organização, combinando princípios de solidariedade, amizade, com outros de hierarquia e subalternidade. Existia uma estrutura própria de funcionamento que contava com uma rede de apoio e que foi desfeita com a mudança para os *shoppings*. Apesar das dificuldades enfrentadas no desenvolvimento das atividades, a grande maioria dos trabalhadores informais entrevistados se sentia satisfeita com o trabalho, principalmente por ele garantir uma renda e, conseqüentemente, a sobrevivência deles e da família. Assim, a rua pela sua dinamicidade, mobilidade, fluxo constante de pessoas, permitiu a esses trabalhadores diversificar e renovar suas mercadorias, seguir modismos e a produção massiva, mudar os produtos atendendo às

necessidades dos clientes, e ainda tornou possível acompanhar o movimento rápido exigido às pessoas na atualidade. Esse trabalho tinha como diferencial a proximidade com os clientes, o consumo atraído pelo impulso, a rapidez na efetuação da compra, a propaganda feita por meio dos chamamentos, e ainda o preço das mercadorias, que era inferior ao oferecido pelos lojistas.

Já nos *shoppings* populares, os camelôs e toreros se depararam com um universo bem mais complexo do que aquele vivido nas ruas; ou seja, conforme a pesquisa mostra, esses espaços foram ocupados não somente por pessoas do setor informal, provenientes das ruas, mas também por lojistas e grandes atacadistas vindos até de outras regiões do país, que compraram os boxes mediante certo pagamento em dinheiro. Dessa forma, a competição tornou-se mais acirrada nos *shoppings* populares, e muitos camelôs e toreros não conseguiram se tornar “empreendedores”. Com isso transferiram o direito de uso do boxe para terceiros, mediante recebimento de valores monetários, ou mesmo abandonaram o espaço. A falta de capital para investir, a pouca preparação para o novo empreendimento, a limitada visão de negócios, o não planejamento, a obrigatoriedade de pagamentos de aluguel e condomínio, e ainda a localização e tamanho do boxe, o tipo de produto comercializado foram alguns dos elementos determinantes do insucesso dos *shoppings* populares. Dessa forma, percebe-se que muitos camelôs não conseguiram manter o negócio, principalmente devido à falta de uma preparação anterior, o que deveria ter sido, conforme nos disse um dos entrevistados, uma preocupação do poder municipal durante o desenvolvimento do processo de transferência dos camelôs das ruas para aqueles espaços.

Com isso, o “sonho” de muitos dos camelôs de rua quanto à formalização das atividades informais, assim como o aumento dos ganhos financeiros acabou em “pesadelo”, poucos conseguiram êxito dentro dos *shoppings* populares, no que diz respeito aos aspectos econômicos. Mas, no que se refere às condições físicas oferecidas pelo local, a mudança foi

analisada de forma positiva pela maioria dos entrevistados, principalmente pelo conforto, pela segurança, por garantir um melhor atendimento ao cliente, e acima de tudo, pela valorização do produto e da própria atividade informal, que se tornou mais reconhecida nesse espaço.

No entanto, para o poder público a retirada dos camelôs representou um ganho significativo, legitimando a imagem da instituição perante a população, que avaliou como positiva as ações implementadas, principalmente pela reapropriação do espaço público da rua, que voltou a ser plenamente usado. Os passeios foram liberados e ainda ampliados e reformados, os prédios considerados como patrimônio foram restaurados, as lojas tornaram-se mais visíveis e de fácil acesso, vários estabelecimentos comerciais foram reabertos, e as ações ligadas à segurança tornaram-se facilitadas, garantindo mais tranquilidade aos transeuntes. Assim sendo, a rua, espaço público de uso coletivo, volta a ser apropriada pela população da metrópole e não mais por uma única categoria de trabalhadores. A PBH, então, viabiliza de forma efetiva suas ações e transforma a área central, por meio do *Programa de Requalificação Centro Vivo*, em um espaço de grande significância, reforçando seu papel como centro simbólico da cidade e do Estado, valorizando suas diversidades como local de encontro de todos e para todos.

Os empreendedores que ainda continuam nos *shoppings* populares sentem-se pouco reconhecidos e até mesmo “traídos” pelo poder público municipal, e avaliam as ações implementadas como direcionadas à garantia de interesses privados. Eles ainda consideram que a grande preocupação da prefeitura de Belo Horizonte era retirá-los da rua e consolidar uma imagem positiva do poder municipal junto à população local.

Cabe ressaltar que dos quatro *shoppings* pesquisados, nem todos se encontram nas mesmas condições, em termos de movimentação e vendas. O *Shopping Caetés*, considerado o melhor em termos de localização, tem sérios problemas de funcionamento, e muitos empreendedores já deixaram o local.

Os *Shoppings* Xavantes e Tupinambás se assemelham em termos de movimentação e circulação de pessoas, que apesar de não ser tão grande, apresenta uma certa vitalidade. Nesses dois *shoppings*, durante as entrevistas e visitas posteriores, observaram-se muitas lojas fechadas, e, de acordo com relato de um gestor, muitos camelôs perderam seus boxes, devido à inadimplência.

O *Shopping* Oiapoque, considerado a maior referência dos *shoppings* populares da cidade, reconhecido popularmente tanto dentro como fora da capital, apresenta o maior fluxo de clientes, e a movimentação nesse espaço é constante, inclusive nos finais de semana, que aumenta de maneira significativa. Nesse local, encontram-se lojas muitas bem equipadas, e uma diversidade enorme de produtos são oferecidos à clientela; porém, a competição no espaço é grande, e, além disso, lá estão instalados lojistas e atacadistas. Portanto, nem todos os camelôs conseguiram se fixar nesse *shopping*, e muitos deles repassaram o direito de uso de seus boxes para outros comerciantes por valores altos em termos de mercado.

Finalmente, acreditamos que os problemas enfrentados pelos empreendedores só poderão ser superados quando estes forem capazes de articular uma representação política mais consistente, em torno de metas previamente definidas, com uma organização coletiva que de fato lute por interesses gerais e não privativos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE Luciana Teixeira; JAYME Juliana Gonzaga; ALMEIDA Rachel de Castro. Espaços Públicos: Novas Sociabilidades, Novos Controles. XXVIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Caxambu,2004

ARROYO, Michele Abreu. **Reabilitação Urbana Integrada e a Centralidade da Praça da Estação**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ARAÚJO, Wânia Maria. **População de rua em Belo Horizonte:A Reinvenção de Espaços Domésticos no Improviso da Moradia**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, Belo Horizonte.

BAGNASCO, Amaldo. **A Economia Informal**. Porto Alegre: Ensaio Fundação de Economia e Estatística, v.18, n.2, 1997.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Mudanças Estruturais e o Ajustamento do Mercado de Trabalho no Brasil na Década de Oitenta. In: CACCIAMALI, Maria Cristina. **Estudos Econômicos**. São Paulo:USP, v..22, 1992, p. 133-150.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. In CACCIAMALI, Maria Cristina. **Economia e Sociedade**. Campinas: Unicamp, n.14, 2000, p. 153-174.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano – Novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

CASTRO, Maria Aparecida. **O Camelô na Cidade de Belo Horizonte: Informalidade e Identidade**. 2003.Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, Belo Horizonte.

COUTO, Jony Rodarte Gontijo. Os Camelôs no Hipercentro de Belo Horizonte:uma análise exploratória. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós Graduação em Tratamento da Informação). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte,2003.

DEDECCA, Cláudio. Desemprego e Regulação no Brasil Hoje. Campinas: **Cadernos do CESIT**, n. 20, cap. 2, p.1-73. Ago. 1996.

DRUCK, Graça (Org.) “Dossiê. Trabalho, Flexibilidade e Precarização”. **Cadernos do CRH**. n. 37. Salvador, p. 47-139. 2002.

FILGUEIRAS, Luiz; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela. O Conceito de Informalidade. **Cadernos do CRH**, Salvador, v. 17, n. 41, p. 211-229, 2004.

FIGUEREDO, Fernanda Odilla; MORAIS, Mariana Ramos. **A elite no camelódromo: O inesperado efeito da construção do shopping popular em Belo Horizonte**. XI Encontro Nacional da ANPUR. Belo Horizonte, PUC Minas. 2004.

FRÚGOLI, Heitor. **São Paulo: espaços públicos e interação social**. São Paulo: Marco Zero, 1995.

FRÚGOLI, Heitor. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: Cortez, 2000.

FRÚGOLI, Heitor. A Questão dos camelôs no contexto da revitalização do centro da metrópole de São Paulo. In: Souza M.A.A de; *et. (Org.)*. **Metrópole e Globalização**. São Paulo: CEDESP,1999. p. 151-165.

GOMES, Paulo César. **A Condição Urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HUGON, Phillippe. O Setor Informal: balanço de 25 anos de Trabalho. **Ensaio FEE**, Porto Alegre,v.18, n.2, p.32-63, 1997.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

JULIÃO, Letícia. **Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna**.1992. Dissertação, (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

LEITE, Rogério Proença. Contra-Usos e Espaço Público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.17, n. 49, p. 115-175, jun. 2002.

LEITE, Rogério Proença. **Espaço Público e Política dos Lugares- usos do patrimônio Cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo**. Tese (Doutorado em Antropologia) Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEMOS, Celina Borges. **Antigas e Novas Centralidades: a Experiência da Cultura do Consumo no Centro Tradicional de Belo Horizonte**. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade de Campinas, Campinas.

LEMOS, Celina Borges. **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994.

LIMA, Jacob. Trabalho e Novas Sociabilidades. **Cadernos do CRH**, Salvador, n.41. p.167-181, Mai/Ago 2004.

LIMA, Jacob; SOARES, Maria José. Trabalho Flexível e o Novo Informal: Trabalho, Flexibilidade e Precarização. **Caderno CRH**, Salvador, BA, n.37, p. 163-180, jul/dez, 2002.

MATTOSO, J. ; POCHMAN, M. Mudanças Estruturais e Trabalho no Brasil. **Economia e Sociedade**. Campinas, n.10, p. 213-43, jun.1998.

MELO, Hildete Pereira; TELES, Jorge Luiz. Serviços e Informalidade: O Comércio Ambulante no Rio de Janeiro. IV Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, **Anais...** São Paulo, ABET- Associação Brasileira de Estudos do Trabalho- São Paulo, 1999. v. 1. p. 379-401.

POCHMANN, Márcio. O excedente de mão de obra no município de São Paulo. In: POCHMAN, Márcio. **Mapa do trabalho nformal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Plano de Ação para o Hipercentro**. Belo Horizonte: PBH, 2000, p. 11, 13-14.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Relatório da Oficina de Planejamento Participativo**. Belo Horizonte: PBH. 2001, p. 19.

SENA, Ana Laura. **Trabalho Informal nas Ruas e Praças de Belém: Estudos sobre o comércio ambulante de produtos alimentícios**. Belém: NAEA, 2002. Originalmente apresentado como dissertação do autor (mestrado – Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2001. 276 p.

SILVA, Luiz Antonio Machado. Da Informalidade à Empregabilidade(reorganizando a dominação no mundo do trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, n.37, p. 81-109. ju/dez/2002.

SENNET, Richard. **O Declínio do Homem Público-as tiranias da Intimidade**.São Paulo: Schwarcz Ltda, 2001.

ULYSSEA, Gabriel. **Informalidade no Mercado de Trabalho Brasileiro: uma resenha da literatura**. Texto para discussão – IPEA, Rio de Janeiro, fev. 2005.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas:mapeando cultura e poder. ARANTES, Antonio (Org.). **O espaço da diferença,Campinas**, Papirus, 2000, p. 80-110.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

ANEXO B

DECRETO 14424 DE 22 DE AGOSTO DE 2003

LEI 8728 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003

DECRETO NO. 12025 DE 19 DE ABRIL DE 2005

**REGULAMENTO DE CENTRO DE COMÉRCIO POPULAR
SHOPPING POPULAR TUPINAMBÁS**

DIÁRIOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO (NOTIFICAÇÕES)

CONTRATO DE COMPRA E VENDA